

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA  
NÍVEL MESTRADO**

**PAOLA GABRIELA KONRAD**

**A BUSCA VS. O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES  
EM INTERROGATÓRIOS POLICIAIS:  
UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA FALA-EM-INTERAÇÃO**

**SÃO LEOPOLDO**

**2018**

PAOLA GABRIELA KONRAD

**A BUSCA VS. O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES  
EM INTERROGATÓRIOS POLICIAIS:  
um olhar sob a perspectiva da fala-em-interação**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestra em  
Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-  
Graduação em Linguística Aplicada da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -  
UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Ostermann

São Leopoldo

2018

K82b Konrad, Paola Gabriela

A busca vs. o resguardo de informações acerca dos crimes em interrogatórios policiais : um olhar sob a perspectiva da fala-em-interação / por Paola Gabriela Konrad. – 2018.

149 f. : il., 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Ana Cristina Ostermann.

1. Interrogatórios policiais. 2. Busca de informações acerca de crimes. 3. Resguardo de informações acerca de crimes. 4. Perguntas e respostas. 5. Análise da conversa de base etnometodológica. I. Título.

CDU 81'33

Catálogo na Fonte:

Bibliotecária Vanessa Borges Nunes - CRB 10/1556

PAOLA GABRIELA KONRAD

A BUSCA VS. O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES  
EM INTERROGATÓRIOS POLICIAIS:  
um olhar sob a perspectiva da fala-em-interação

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestra em  
Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-  
Graduação em Linguística Aplicada da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -  
UNISINOS

Aprovada em 28/08/2018

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Maria do Carmo Leite de Oliveira – PUC-Rio

---

Profa. Dra. Márcia de Oliveira Del Corona – UNISINOS

---

Profa. Dra. Ana Cristina Ostermann (Orientadora) – UNISINOS

Dedico este trabalho a quem me ensinou o valor do estudo e,  
sobretudo, do amor: minha mãe, Sandra, e meu pai, Sérgio.

## AGRADECIMENTOS

Nos dois anos em que me dediquei à dissertação de mestrado, tive a satisfação de ter ao meu lado pessoas admiráveis e instituições muito importantes, às quais registro o meu agradecimento:

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), por ter me acolhido desde a graduação e por ter continuado a me assegurar um estudo de qualidade, com uma excelente estrutura física e, sobretudo, com profissionais de alto nível acadêmico.

À Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação (UAPPG) da Unisinos, que me concedeu a bolsa Pe. Theobaldo Frantz de Formação Docente para Qualificação de Professores da Escola Básica, sem a qual a realização do mestrado não se tornaria possível.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Unisinos, atualmente coordenado pela Profa. Dra. Cátia de Azevedo Fronza, por todo o suporte recebido; ao corpo docente do Programa, pelos ensinamentos os quais levarei para a vida toda; às funcionárias da secretaria, em especial à Vanessa, por ter estado sempre disposta a ajudar; aos funcionários do posto de atendimento, pela disponibilidade e pela prontidão em me atender sempre que necessário.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Cristina Ostermann, por ter despertado em mim o interesse pela pesquisa e por ter me instigado a gerar os meus próprios dados para a dissertação; agradeço também pelas orientações – que não foram poucas –, pelas análises de dados conjuntas, pelos ensinamentos, pela paciência, pelo cuidado, pela preocupação, por ter me perguntado constantemente se eu havia chegado bem em casa depois de alguns quilômetros rodados e, principalmente, por ter acreditado em mim. Minha sincera gratidão à Profa. Ana, a quem eu prezo e admiro muito.

Às bancas de qualificação e de defesa de mestrado, compostas pelas professoras Dra. Márcia de Oliveira Del Corona, Dra. Daniela Negraes Pinheiro Andrade, Dra. Virgínia Colares, Dra. Maria do Carmo Leite de Oliveira e Dra. Ana Cristina Ostermann, agradeço pela disponibilidade, pela leitura atenta do projeto de qualificação e do trabalho final e pelas importantes contribuições que engrandeceram o estudo.

Aos colegas e amigos do Grupo de Pesquisa Fala-em-Interação, pela acolhida, pelos ensinamentos, pela ajuda, pela companhia, pela amizade e por terem tornado as minhas sextas-feiras mais agradáveis e divertidas.

De maneira especial, agradeço às autoridades policiais que viabilizaram a realização deste estudo nas Delegacias de Polícia pelas quais são responsáveis. Também agradeço por

terem me acolhido tão bem ao longo da realização da pesquisa e por terem me explicado os principais procedimentos quanto ao interrogatório policial.

Agradeço, também de modo especial, aos participantes da pesquisa, que permitiram que eu os acompanhasse e os gravasse, mesmo se tratando de um contexto delicado.

À Michele Valent, por ter possibilitado que os momentos finais da dissertação fossem menos temíveis, mais produtivos e proveitosos.

À advogada e amiga, Nathalia Zart do Couto, por ter esclarecido minhas dúvidas sobre Direito Penal e por ter sugerido fontes seguras de pesquisa no que concerne à área em pauta.

Às minhas amigas e amigos, por compreenderem as minhas ausências e falta de tempo, principalmente nos últimos meses da dissertação, e por me enviarem palavras de aconchego e energias positivas.

Ao Eric Kramer Pinotti, pela compreensão de minhas ausências e por ter estado, mesmo assim, o tempo todo comigo; pela ajuda com o nosso amado Meg; e por ter me mostrado que o amor acontece o tempo todo e em qualquer lugar: em um restaurante romântico ou em um final de semana de estudos.

Ao meu amado irmão, Gustavo Konrad, pelas conversas, brincadeiras, abraços, e por sempre lembrar o quanto me ama.

Aos meus pais, Sandra e Sérgio, pelo amor incondicional. Minha eterna gratidão, também, por terem me ensinado, desde pequena, a valorizar o estudo, e por terem oportunizado que eu me dedicasse exclusivamente ao mestrado. Seu apoio e aconchego foram indispensáveis para a viabilização desta conquista – que também é de vocês.

*Isto eu hei de contar mais tarde, num suspiro,  
nalgum tempo ou lugar desta jornada extensa:  
a estrada divergiu naquele bosque – e eu  
seguí pela que mais ínvia me pareceu,  
e foi o que fez toda a diferença.*

(FROST, 1920)



## RESUMO

A prática de perguntar e de responder consiste em uma atividade trivial na vida das pessoas, seja na fala-em-interação mundana ou institucional. Nesta dissertação, analisam-se sequências de perguntas e respostas, bem como as consequências por elas ocasionadas, em um evento interacional de caráter institucional permeado pela prática de perguntar e de responder: o interrogatório policial. O objetivo consiste em investigar, por meio do arcabouço teórico-metodológico da Análise da Conversa de base etnometodológica (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974), como ocorre a busca vs. o resguardo de informações acerca dos crimes sob investigação em interrogatórios policiais de três Delegacias de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Propõe-se, de maneira específica, analisar e descrever as implicações interacionais: (1) dos formatos das perguntas utilizados pelos policiais investigadores na busca por informações concernentes aos crimes; e (2) dos recursos por meio dos quais os participantes dos interrogatórios resguardam informações acerca dos crimes sob investigação. O *corpus* deste estudo advém de gravações em áudio e/ou vídeo de dez interrogatórios policiais ocorridos em três Delegacias de Polícia Civil, entre abril de 2017 e janeiro de 2018. No que concerne à busca dos fatos dos crimes, a análise evidencia que é a partir das perguntas de formatos menos abertos e de formato fechado, ou então do estreitamento sequencial de perguntas de formato aberto para perguntas de formato fechado, que informações acerca dos crimes são alcançadas pelos policiais investigadores. Essas informações são seguidas de justificativas e/ou informações adicionais que podem não apenas ser substanciais para as investigações, como também podem ser usadas em favor da própria inocência dos interrogados. Em relação ao resguardo das informações acerca dos crimes sob investigação, a análise revela que ele pode ser: (1) realizado pelos interrogados em seus turnos de fala responsivos; e (2) oportunizado pelos policiais investigadores em suas perguntas. Os interrogados resguardam os fatos dos crimes ao resistirem ao provimento das informações solicitadas pelos policiais e ao fornecerem respostas não conformativas àquelas tornadas relevantes nas perguntas, cujas ações consistem em declarações de desconhecimento, deslembração e dessaber, dentre outras. Os policiais oportunizam que informações concernentes aos crimes sejam resguardadas pelos interrogados quando realizam perguntas cuja composição integra verbos de cognição, tais como “saber” e “lembrar”, possibilitando, assim, que os interrogados declarem, em suas respostas, dessaber e/ou deslembração sem que revelem resistência ou não conformidade em relação à pergunta. A partir desses resultados, reflete-se sobre a interface entre a ciência da linguagem e as ciências jurídicas, bem como sobre as contribuições que este estudo linguístico-interacional tem a oferecer ao contexto de investigação e ao aparato da Análise da Conversa.

**Palavras-chave:** Interrogatórios Policiais. Busca de Informações Acerca de Crimes. Resguardo de Informações Acerca de Crimes. Perguntas e Respostas. Análise da Conversa de Base Etnometodológica.

## ABSTRACT

Questioning and answering are trivial activities in people's lives, either in mundane or institutional talk-in-interaction. This dissertation analyzes sequences of questions and answers, as well as its consequences, in interactional and institutional events constituted by questioning and answering practices: police interrogations. The objective is to investigate, supported by the theoretical and methodological framework of Conversation Analysis (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974), how pursuit vs. preservation of information concerning crimes under investigation occur in police interrogations of three Police stations in Rio Grande do Sul State, Brazil. More specifically, it proposes to analyze and describe the following interactional implications: (1) question formats used by police agents in the pursuit of information concerning crimes; and (2) resources through which interrogated individuals preserve information related to crimes under investigation. The corpus of this study is composed of audio and/or video recordings of ten police interrogations from three Civilian Police stations, collected between April, 2017 and January, 2018. Regarding pursuit of crime facts, the analysis shows that information about crimes is obtained by police agents when they use less open or closed questions, as well as when they switch from open to closed-question sequences. This information precedes justifications and/or additional information, which not only can be substantial for the investigation process, but also can be used in favor of the innocence of the individual being interrogated. Concerning preservation of information related to crimes under investigation, the analysis demonstrates that it can be: (1) carried out by interrogated individuals in their responsive turns; and (2) enabled by police agents due to the question formats they choose. Interrogated individuals preserve crime facts when resisting to provide information requested by police agents and when supplying nonconforming responses concerning answers that are made relevant by the question format, performing actions such as lack of knowledge, forgetfulness and unawareness declarations, among others. Police agents enable information related to crimes to be protected by interrogated individuals when they choose question formats which include cognition verbs, such as “to know” and “to remember”, which makes possible, thus, that interrogated people, in their answers, declare ignorance and/or lack of memory without demonstrating resistance or nonconformity towards the question being answered. Based on these results, the study reflects on the interface between linguistic and legal sciences, as well as on contributions that this linguistic and interactional study has to offer to the investigated context and to the Conversation Analysis framework.

**Keywords:** Police Interrogations. Pursuit of Information Concerning Crimes. Preservation of Information Concerning Crimes. Questions and Answers. Ethnomethodological Conversation Analysis.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipos da prática de perguntar.....	32
Figura 2 - Perguntas de formatos aberto e fechado .....	33
Figura 3 - Grau epistêmico e formato da pergunta.....	36
Figura 4 - Organização Estrutural Geral dos interrogatórios policiais.....	51
Figura 5 - Codificação dos dados gerados.....	56
Figura 6 - Captura de vídeo das imagens do Excerto 14.....	64
Figura 7 - Captura de vídeo das Imagens do Excerto 15.....	67
Figura 8 - Captura de vídeo das imagens do Excerto 18.....	78
Figura 9 - Captura de vídeo das imagens do Excerto 21.....	87
Figura 10 - Captura de vídeo da imagem do Excerto 22.....	91
Figura 11 - Captura de vídeo das imagens do Excerto 23.....	96
Figura 12 - Captura de vídeo da imagem do Excerto 24.....	98
Figura 13 - Estreitamento dos tipos de perguntas .....	102
Figura 14 - Síntese das possibilidades de resguardo de informações acerca dos crimes .....	120

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Tela 1 do Portal da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.....	24
Fotografia 2 - Tela 2 do Portal da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.....	25
Fotografia 3 - Sala do interrogatório policial (Delegacia de Polícia C) .....	46
Fotografia 4 - Termo de Interrogatório.....	55

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação entre o formato da pergunta e o nível de conhecimento sobre a informação requerida.....	35
Quadro 2 - <i>Corpus</i> total da pesquisa .....	49
Quadro 3 - Descrição formal da trajetória sequencial a partir das <i>Perguntas de Busca Aberta</i> ...	70
Quadro 4 - Descrição formal da trajetória sequencial a partir das <i>Perguntas QU- de Contar</i> .	80
Quadro 5 - Descrição formal da trajetória sequencial a partir das <i>Perguntas QU- de Tipo Específico</i> .....	89
Quadro 6 - Silogismo lógico identificado no Excerto 22 .....	93
Quadro 7 - Descrição formal da trajetória sequencial a partir das <i>Perguntas Polares</i> .....	100
Quadro 8 - Descrição formal das sequências de resguardo de informações acerca dos crimes por meio de verbos de cognição e outras ações responsivas .....	112
Quadro 9 - Descrição formal das sequências de resguardo de informações acerca dos crimes oportunizado pela polícia por meio de perguntas com verbos de cognição .....	119

## LISTA DE SIGLAS

AC	Análise da Conversa
ACADEPOL	Academia de Polícia
Art.	Artigo
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
DP	Delegacia de Polícia
FEI	Fala-em-Interação em Contextos Institucionais e Não Institucionais
INT	Interrogado
POL	PoliciaI Investigador
1PP	Primeira Parte do Par Adjacente
2PP	Segunda Parte do Par Adjacente
SSP/RS	Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCT	Unidade de Construção de Turno
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 JUSTIFICATIVAS .....	16
1.2 OBJETIVOS .....	19
<b>1.2.1 Objetivo geral.....</b>	<b>19</b>
1.3 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO .....	19
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>21</b>
2.1 INTERROGATÓRIO POLICIAL: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS, COMPOSICIONAIS E DE CONDUÇÃO E ESTUDOS ANTERIORES .....	21
<b>2.1.1 Aspectos introdutórios do interrogatório policial.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.2 Composição e condução do interrogatório policial .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1.3 Interrogatórios policiais na perspectiva da Análise da Conversa.....</b>	<b>26</b>
2.2 A BUSCA E O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES SOB INVESTIGAÇÃO .....	28
<b>2.2.1 A prática de perguntar.....</b>	<b>28</b>
2.2.1.1 Os tipos, os formatos e as dimensões das perguntas .....	29
<b>2.2.2 A prática de responder.....</b>	<b>38</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>41</b>
3.1 ANÁLISE DA CONVERSA: UM PANORAMA GERAL .....	41
3.2 RELATO DE CAMPO SOBRE O CONTEXTO DE PESQUISA .....	42
<b>3.2.1 Inserção nos ambientes de investigação: Delegacias de Polícia.....</b>	<b>43</b>
<b>3.2.2 Submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unisinos .....</b>	<b>44</b>
<b>3.2.3 Equipamentos de gravação .....</b>	<b>44</b>
<b>3.2.4 Saídas a campo.....</b>	<b>45</b>
3.2.4.1 Organização Estrutural Geral .....	50
<b>3.2.5 Registro sistemático das saídas a campo .....</b>	<b>53</b>
<b>3.2.6 Fonte documental: Termo de Interrogatório.....</b>	<b>54</b>
<b>3.2.7 Codificação dos dados gerados.....</b>	<b>56</b>
3.3 TRANSCRIÇÃO DAS INTERAÇÕES GRAVADAS.....	57
<b>4 A BUSCA POR INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES POR MEIO DE PERGUNTAS DE FORMATOS ABERTO E FECHADO .....</b>	<b>58</b>

4.1 “TÁ E AQUELA MACONHA QUE TINHA NA TUA CASA LÁ?”: A BUSCA POR INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES POR MEIO DE <i>PERGUNTAS DE BUSCA ABERTA</i> .....	59
4.2 “[...] O QUE O SENHOR TEM PRA DIZER SOBRE ESSE FATO [...]?”: A BUSCA POR INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES POR MEIO DE <i>PERGUNTAS QU- DE CONTAR</i> 70	
4.3 “O SENHOR [...] CONHECIA ELA DA ONDE?”: A BUSCA POR INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES POR MEIO DE <i>PERGUNTAS QU- DE TIPO ESPECÍFICO</i> .....	81
4.4 “TU CONHECIA O FRANCISCO ANTERIORMENTE?”: A BUSCA POR INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES POR MEIO DE <i>PERGUNTAS POLARES</i> .....	90
4.5 DISCUSSÃO .....	101
<b>5 O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES .....</b>	<b>104</b>
5.1 “NÃO TÔ LEMBRADO DE TÊ COMPRADO”: O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES REALIZADO PELOS INTERROGADOS .....	104
5.2 “TU SABE MAIS OU MENOS QUE HORAS FOI?”: O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES OPORTUNIZADO PELA POLÍCIA .....	113
5.3 DISCUSSÃO .....	120
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>122</b>
6.1 RESULTADOS ALCANÇADOS .....	123
6.2 CONTRIBUIÇÕES PARA O CONTEXTO INVESTIGADO .....	125
6.3 CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DA CONVERSA .....	126
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICE A – MODELO DE CARTA DE ANUÊNCIA .....</b>	<b>134</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>135</b>
<b>APÊNDICE C – CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO.....</b>	<b>137</b>
<b>APÊNDICE D – CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO MULTIMODAL.....</b>	<b>138</b>
<b>APÊNDICE E – LISTA DE ABREVIATURAS DAS DESCRIÇÕES DOS GESTOS..</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE F – EXCERTO 14 COMPLETO.....</b>	<b>140</b>
<b>APÊNDICE G – EXCERTO 17 COMPLETO .....</b>	<b>142</b>
<b>APÊNDICE H – EXCERTO 19 COMPLETO .....</b>	<b>144</b>
<b>APÊNDICE I – EXCERTO 20 COMPLETO.....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICE J – EXCERTO 23 COMPLETO .....</b>	<b>146</b>
<b>APÊNDICE K – EXCERTO 24 COMPLETO .....</b>	<b>148</b>
<b>APÊNDICE L – EXCERTO 26 COMPLETO .....</b>	<b>149</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A prática de perguntar e de responder consiste em uma atividade trivial na vida das pessoas. Sequências de perguntas e respostas integram as mais distintas interações das mais variadas esferas, sejam elas mundanas ou institucionais:

Excerto 1: ALMOÇO\_paloma\_sofia\_08\_06\_2017<sup>1</sup>

01 PAL: tu botô: m::- (0.9) alho porró  
 02 (0.8)  
 03 SOF: pouco

Excerto 2: DPA\_pablo\_manuel\_ricardo\_JÚLIO\_11\_05\_2017

01 POL: o senhor já respondeu a outros inqúeritos  
 02 (1.2)  
 03 INT: NÃO.

As sequências de perguntas e respostas apresentadas acima, por exemplo, acontecem em circunstâncias que variam de um almoço corriqueiro (Excerto 1) a um interrogatório policial (Excerto 2). E, apesar de ocorrerem em contextos interacionais distintos, apresentam similaridades: os turnos de fala das linhas 01 e 03 de ambos excertos: (1) são produzidos por falantes diferentes; (2) são sequencialmente ordenados e relacionados, isto é, desempenham ações que acontecem uma após a outra (a ação de perguntar ou, mais especificamente, pedir uma informação, e de responder ou, então, prover uma informação); e (3) os turnos de fala da linha 01 de ambos excertos estabelecem a relevância condicional de uma ação responsiva específica: o provimento de uma informação, e não, por exemplo, um cumprimento. Essas similaridades caracterizam um conceito fundamental do aparato teórico-metodológico da Análise da Conversa de base etnometodológica (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974): o par adjacente. (SCHEGLOFF, 2007).

O par adjacente se trata da sequência mínima em uma interação (SCHEGLOFF, 2007), o qual, além das características apresentadas no parágrafo anterior, constitui-se de duas partes: Primeira Parte do Par (doravante 1PP)<sup>2</sup> e Segunda Parte do Par (doravante 2PP)<sup>3</sup>. A 1PP consiste em um primeiro turno de fala, ao passo que a 2PP se trata de um segundo turno de

<sup>1</sup> Fragmento de fala-em-interação gravado e transcrito pela autora, assim como todos os excertos desta dissertação.

<sup>2</sup> “First Pair Part (FPP)”.

<sup>3</sup> “Second Pair Part (SPP)”.

fala tornado relevante pelo primeiro. Nos Excertos 1 e 2, por exemplo, a 1PP consiste na pergunta (l. 01) e a 2PP, na resposta (l. 03)<sup>4</sup>.

Embora perguntas e respostas ocorram em quaisquer contextos interacionais, sejam eles cotidianos ou institucionais, nesta dissertação, investigamos tais sequências, bem como as consequências por elas ocasionadas, em um evento interacional de caráter institucional permeado pela prática de perguntar e de responder: o interrogatório policial<sup>5</sup>.

Tendo em vista que o propósito do inquérito policial, procedimento administrativo que integra o interrogatório, consiste na apuração da autoria e da materialidade de infrações penais, atesta-se a significância das perguntas e respostas ocasionadas no evento interacional em pauta. Assim, antes de explicitarmos os objetivos que compõem este estudo, justificamos a sua relevância para o contexto investigado e para a área da Análise da Conversa, que integra o escopo de pesquisa da Linguística Aplicada.

## 1.1 JUSTIFICATIVAS

As instituições policiais são de domínio público e de interesse da população. Observamos que, em muitos países, sobretudo no Brasil, há uma constante preocupação por parte dos cidadãos<sup>6</sup> com a segurança, devido aos elevados índices de violência e de criminalidade. De acordo com os relatórios de estatísticas criminais do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ANUÁRIO..., 2017), que consolida dados concernentes a 2016, registrou-se, no Brasil, o número de 61.619 mortes violentas no ano em questão<sup>7</sup>. Trata-se do maior número de pessoas assassinadas na história do País. E, ao mesmo tempo, segundo dados do Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2018), a quantidade inquéritos de homicídios arquivados revela-se alarmante. No Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, tendo em vista inquéritos instaurados até o ano de 2009, 24% resultaram em denúncias à

---

<sup>4</sup> Apesar de termos apresentado o conceito de par adjacente exemplificando trocas de perguntas e respostas, as interações naturalísticas de fala evidenciam a existência de uma infinidade de outros pares adjacentes, tais como cumprimento-cumprimento, oferta-aceite/recusa, pedido-concessão/negação. (CLIFT, 2016).

<sup>5</sup> Não negligenciamos, contudo, as pesquisas interacionais que abarcam a fala cotidiana. Pelo contrário, acreditamos que esse contexto de interação tem muito a ser explorado e é capaz de trazer notáveis contribuições à área. Ao encontro disso, pontuamos que muitos excertos utilizados como exemplos nesta dissertação são de fala cotidiana.

<sup>6</sup> Faz-se necessário esclarecer, logo no início dessa dissertação, que, apesar de reconhecermos que a flexão de gênero (como "o/a policial investigador/a") se constitui uma importante prática inclusiva, adotamos, aqui, a flexão no masculino genérico apenas para garantir maior fluidez à leitura. Salientamos, contudo, que buscamos, sempre que possível, especialmente em escolhas lexicais (como, por exemplo, quando nos referimos ao "ser humano"), fazer escolhas não-sexistas (como, no caso de ser humano, nunca usar "homem" para nos referirmos à população em geral).

<sup>7</sup> A edição de 2018 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública ainda não foi publicada.

justiça, 3% foram alterados para outros crimes e 73% foram arquivados sem que as autoridades descobrissem os autores dessas infrações penais.

Tais dados estatísticos alarmantes asseguram a relevância social deste estudo, no qual analisamos como acontece a busca vs. o resguardo de informações acerca dos crimes sob investigação em interrogatórios policiais<sup>8</sup>. Esses indicadores também nos mobilizam a proporcionar às instituições participantes desta pesquisa — três Delegacias de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil — os resultados provenientes dos dados gerados e analisados neste estudo, de modo a contribuir para a promoção de práticas qualificadas e civilizatórias na sociedade.

Quanto à relevância acadêmica, sobretudo para os estudos linguísticos, podemos dizer que esta pesquisa se torna significativa em razão de, conforme nossas pesquisas, existir um número escasso de estudos desenvolvidos pela Análise da Conversa no âmbito de interrogatórios policiais no Brasil. Como constata Oliveira (2009), os estudos da Linguística Aplicada situados fora do contexto escolar ocupam um lugar secundário no País. A autora reconhece, ao concordar com seu colega pesquisador Pedro de Moraes Garcez,

[...] que isso se explica em parte pela configuração do quadro histórico institucional dos estudos da linguagem mais amplamente concebidos na Universidade brasileira, em que o lugar histórico dos Departamentos/Institutos/Faculdades de Letras foi, além das belas letras, a formação de professores. Isso fez com que o profissional a ser formado seja um professor de língua e literatura, depois talvez um profissional de texto, depois um pesquisador em estudos da linguagem [...]. (OLIVEIRA, 2009, p. 94).

Esta pesquisa pretende, portanto, preencher uma lacuna existente nos estudos da Linguística Aplicada e da Análise da Conversa e, com isso, também colocar a abordagem da fala-em-interação realizada no contexto jurídico no cenário internacional.

Faz-se oportuna, aqui, a alusão a uma área de estudos linguísticos que emergiu e tem se desenvolvido largamente, especialmente em países de Língua Inglesa (COLARES, 2016), mas que até então é pouco explorada no Brasil<sup>9</sup>, ainda que tenha muito a oferecer em termos de resolução de problemas existentes na área jurídica: a Linguística Forense.

---

<sup>8</sup> Apesar de os indicadores apresentados aludirem especificamente ao crime de homicídio, este estudo abarca interações nas quais os interrogados são acusados também por outros crimes, a saber: tentativa de homicídio, posse e tráfico de drogas, roubo, roubo seguido de lesões, estelionato e agressão física.

<sup>9</sup> No Brasil, destaca-se a recém-publicada obra “Linguagem & Direito: caminhos para a linguística forense”, organizada por Colares (2016).

Segundo Olsson (2009, p. 5, tradução nossa<sup>10</sup>)<sup>11</sup>, “a Linguística Forense começou como um instrumento para corrigir erros judiciais”. E, apesar de seu pequeno começo há cinquenta anos (OLSSON, 2009), a disciplina teve reconhecimento e rápido desenvolvimento nos últimos vinte e seis anos. Em consequência disso, é considerada hoje uma disciplina emergente, com um número crescente de linguistas que atuam em tempo integral como especialistas em processos jurídicos. (COULTHARD; JOHNSON, 2007). De acordo com Andrade (2010), a Inglaterra, os Estados Unidos, a Austrália, a Holanda e o Canadá são exemplos de países em que linguistas forenses atuam como testemunhas especialistas<sup>12</sup>, isto é, como especialistas que lidam com questões linguísticas as quais podem servir como evidências acerca de um crime. As questões problemáticas de ordem linguística que podem ser substanciais e resultar em possíveis provas criminais abarcam aspectos como

[...] questões de ambiguidade e especificidade de significado, [...] evidência linguística a respeito do entendimento de uma pessoa sobre o que é perguntado, [...] a diferença entre representações de fatos *versus* opiniões, [...] características linguísticas no papel da especulação, [...] a significância da sociolinguística e contexto discursivo na interpretação de significado, [...] a evidência de erros cometidos *versus* linguagem intencionalmente enganosa e [...] o papel das diferenças culturais e linguísticas na interpretação do uso da língua. (SHUY, 2011, p. 21<sup>13</sup>).

Apesar de os linguistas forenses, assim como os analistas da conversa, utilizarem-se de gravações em áudio e/ou vídeo para analisar situações de fala-em-interação (ANDRADE, 2010), esta pesquisa possui propósitos mais despretensiosos, não abrangendo diretamente os objetivos da Linguística Forense – isso porque Coulthard (2016) explica que um dos papéis dos linguistas forenses concerne à interpretação das palavras; já na abordagem da Análise da Conversa, analisa-se como as palavras são ditas e para o que os falantes se orientam em uma interação, sem dar conta, assim, do caráter interpretativo do léxico. Contudo, não negamos, neste trabalho, a importância da Linguística Forense e as contribuições que essa disciplina é capaz de trazer para as práticas jurídicas, bem como as possíveis consequências negativas resultantes da inexistência de linguistas forenses atuando profissionalmente nos contextos judiciais do Brasil, sobretudo em Delegacias de Polícia.

<sup>10</sup> Visto que todas as traduções realizadas ao longo desta dissertação foram feitas por nós, a expressão "tradução nossa" será doravante omitida.

<sup>11</sup> “Forensic linguistics began life as an instrument to correct miscarriages of justice.”

<sup>12</sup> “Expert witnesses”.

<sup>13</sup> “[...] issues of ambiguity and specificity of meaning, [...] language evidence about whether a person understands what is asked, [...] the difference between representations of fact versus opinions, [...] language characteristics in the role of speculation, [...] the significance of sociolinguistic and discourse context in interpreting meaning. [...] the evidence of error-making versus intentionally deceptive language, and [...] the role of cultural and language differences in the interpretation of language use”.

## 1.2 OBJETIVOS<sup>14</sup>

A seguir, apresentamos o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo.

### 1.2.1 Objetivo geral

Esta pesquisa pretende investigar, por meio da abordagem da Análise da Conversa de base etnometodológica, como ocorre a busca vs. o resguardo de informações acerca dos crimes em interrogatórios policiais de três Delegacias de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar e descrever as implicações interacionais dos formatos das perguntas utilizados pelos policiais investigadores na busca por informações concernentes aos crimes sob investigação;
- b) Analisar e descrever as implicações interacionais dos recursos por meio dos quais os participantes dos interrogatórios policiais resguardam informações acerca dos crimes sob investigação.

## 1.3 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está organizada em seis capítulos. Neste primeiro, destinado à introdução, apresentamos, de forma geral, o estudo realizado, assim como suas justificativas e seus objetivos.

O segundo capítulo contempla o aporte teórico que serve de alicerce para o entendimento da organização do interrogatório policial como um todo. Nele, também são apresentados estudos anteriores que abordam o mesmo contexto de pesquisa sob o aparato teórico-metodológico da Análise da Conversa (doravante AC). O capítulo 2 ainda contempla uma explanação sobre os recursos (perguntas e respostas) com os quais são realizados a busca e o resguardo de informações acerca de crimes em interrogatórios policiais. O capítulo 3, por sua vez, abarca os fundamentos da metodologia da AC, além de contemplar um detalhado relato de campo, seguido de questões referentes à transcrição dos dados.

Os capítulos 4 e 5 compreendem a análise dos interrogatórios policiais. O capítulo 4 destina-se à busca de informações acerca dos crimes sob investigação por meio de diferentes

---

<sup>14</sup> Os objetivos desta dissertação não foram definidos aprioristicamente: eles emergiram de recorrências encontradas nos dados gerados.

formatos de perguntas, ao passo que o capítulo 5 evidencia como os fatos dos crimes podem ser resguardados nas respostas e, inclusive, nas perguntas. Por fim, o capítulo 6 concerne às considerações finais desta dissertação e, além de contemplar os resultados deste estudo, integra contribuições para o contexto investigado e para a abordagem da AC.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo trata do aporte teórico utilizado para esta pesquisa. Optamos por iniciá-lo com uma descrição das questões organizacionais concernentes ao interrogatório policial, seguida da apresentação de estudos anteriores sobre o contexto interacional em questão. Depois disso, discorreremos a respeito dos recursos por meio dos quais os participantes do interrogatório realizam a busca e o resguardo de informações acerca dos crimes sob investigação: as perguntas e as respostas.

### 2.1 INTERROGATÓRIO POLICIAL: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS, COMPOSICIONAIS E DE CONDUÇÃO E ESTUDOS ANTERIORES

Esta seção destina-se a uma apresentação do evento interacional a ser analisado neste estudo: o interrogatório policial. À vista disso, são explicados aspectos introdutórios, composicionais e de condução relacionados ao evento em questão. Em seguida, apresentamos estudos anteriores de interrogatórios policiais sob a perspectiva teórico-metodológica da AC.

#### 2.1.1 Aspectos introdutórios do interrogatório policial

No que tange aos aspectos introdutórios do interrogatório policial, explicitamos a seguir, de maneira sintetizada, a estrutura do evento interacional em questão, qual é a sua função frente às infrações penais e qual é a sua culminância para o inquérito policial.

O interrogatório policial, que acontece nas Delegacias de Polícia (doravante DP) Civil<sup>1</sup> no Brasil, integra o inquérito policial e consiste na etapa “persecutória inicial”, isto é, na primeira etapa concernente ao interrogatório do acusado<sup>2</sup>. (MARINHO, 2010). Trata-se do momento em que a autoridade policial interroga o indivíduo, de modo a ouvir a sua versão a respeito da imputação indiciária. (MARINHO, 2010).

Tendo em vista que o inquérito policial, procedimento administrativo que abrange o interrogatório, tem por finalidade a apuração da materialidade do crime e de sua autoria, de modo que o “[...] titular da ação penal possa ingressar em juízo” (PINTO, 2015, p. 119), verificamos a relevância do evento interacional a ser analisado neste estudo – isso porque as

---

<sup>1</sup> A Polícia Civil também é chamada de Polícia Judiciária.

<sup>2</sup> A segunda etapa do interrogatório do acusado consiste na fase judicial (MARINHO, 2010), que não é abordada neste estudo.

informações apuradas no interrogatório policial constituem meios de prova<sup>3</sup>, que podem confirmar a autoria do delito. Essas informações são registradas pelo policial investigador, ao longo do interrogatório, em um relatório de declarações (Termo de Interrogatório), que, após ser impresso, lido e assinado pelas partes, é anexado ao inquérito.

De acordo com o parágrafo 1º do Art. 10 do Código de Processo Penal (BRASIL, 1941), quando o inquérito policial é encerrado, a autoridade policial necessita elaborar um relatório sobre todas as investigações realizadas<sup>4</sup>, juntá-lo aos autos e encaminhar o inquérito ao juiz competente. Ao recebê-lo, o juiz “[...] determina que seja dada vista dos autos ao Ministério Público”. (CAVALCANTE, 2014). O Promotor de Justiça, assim, depois de analisar o inquérito, realiza uma das quatro opções a seguir (CAVALCANTE, 2014):

- a) caso entenda que já existem indícios suficientes de autoria e de materialidade do crime, concede denúncia contra o suspeito de tê-lo cometido<sup>5</sup>;
- b) caso entenda que ainda não há provas suficientes, requer ao juiz que este devolva os autos à autoridade policial, de modo que sejam realizadas novas diligências de investigação;
- c) caso conclua que não existe crime ou que não há provas suficientes, mesmo já tendo sido realizadas todas as diligências de investigação possíveis, requer ao juiz o arquivamento do inquérito;
- d) caso avalie que o atual juízo não é competente para apurar o crime sob investigação, requer ao juiz que “decline a competência ou que suscite conflito de competência”. (CAVALCANTE, 2014).

Elucidados os aspectos introdutórios que permeiam o objeto analítico deste estudo, passamos à descrição de seus elementos composicionais e de condução.

### **2.1.2 Composição e condução do interrogatório policial**

Nesta seção, discorreremos a respeito dos interagentes que compõem o interrogatório policial, bem como sobre aspectos que os policiais investigadores necessitam levar em conta ao conduzi-lo.

---

<sup>3</sup> Os meios de provas abrangem: depoimentos de pessoas que tenham algum conhecimento sobre o fato ocorrido, documentos, vistorias, exames, corpo de delito, dentre outros. (PINTO, 2015).

<sup>4</sup> Faz-se necessário esclarecer que não se trata do relatório realizado ao longo do interrogatório.

<sup>5</sup> Depois de aceita a denúncia pelo juiz, a ação penal é investigada no judiciário.



O interrogatório policial compõe-se, minimamente, dos seguintes interagentes: um policial investigador (a autoridade policial) e um interrogado acusado de uma (ou mais de uma) infração penal. Há, contudo, a possibilidade de mais policiais participarem do interrogatório. No caso de o interrogado ser menor de dezoito anos, é necessária, ainda, a participação de um responsável legal pelo acusado. Como veremos a seguir, há, também, a possibilidade de participação de um advogado de defesa do interrogado.

Em conformidade com Art. 6º, inciso V, da Lei 3.689/1941 (BRASIL, 1941), no que concerne aos ritos do Processo Penal, após ter conhecimento da prática da infração penal, compete à autoridade policial “[...] ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura”.

Dentre as observâncias a que a autoridade policial deve atender ao interrogar o acusado, estão as seguintes (BRASIL, 2003):

- a) o direito constitucional de assistência de advogado de defesa por parte do interrogado;
- b) o direito constitucional ao silêncio por parte do interrogado, devendo a autoridade policial, antes de iniciar o interrogatório, informar o acusado de seu direito de permanecer calado e de não responder às perguntas que lhe forem formuladas;
- c) o silêncio do interrogado não deve ser interpretado em prejuízo de sua defesa;
- d) o interrogatório deve ser constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

Tendo em vista os direitos constitucionais que o acusado possui durante o evento discursivo em pauta (de ser assistido por um advogado de defesa e de permanecer em silêncio), o interrogatório policial, além de se constituir em um meio de prova, como explicado anteriormente, consiste em um meio de defesa do interrogado. (NUCCI, 2009). Além disso, caso o interrogado decida não usufruir de seu direito ao silêncio e opte por declarar a sua versão sobre os fatos, a ele é concedido o direito de autodefesa, por meio do qual pode alegar inculpação acerca da imputação que lhe é atribuída.

Como expusemos anteriormente, o interrogatório policial deve ser constituído de duas partes. Na primeira delas, o policial investigador deve solicitar as informações pessoais do interrogado: endereço, meios de vida ou profissão, oportunidades sociais, vida pregressa, se já foi preso ou processado, dados familiares etc. (BRASIL, 2003). Essa primeira fase também é

denominada “qualificação”. Nesse ínterim, salientamos que a polícia já possui a maioria dos dados solicitados na primeira parte do interrogatório: os policiais civis utilizam as informações que constam no Portal da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS), como se pode visualizar nas fotografias a seguir. Assim, essas perguntas pessoais são realizadas para a polícia confirmar as informações fornecidas pelos interrogados e, no caso de qualquer alteração, para que a polícia atualize as informações no sistema.

Fotografia 1 - Tela 1 do Portal da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Segurança Pública do RS

Consultas Integradas

**Consultas Integradas**

Seleciona um módulo:  
Pesquisa

**Indivíduo**

Preso

Visitante

Condutor

Ocorrência

Mandado Cível / PAAI

Arma

SINARM

ARM / PC

Veículo

DETRAN RS

Furtado / Roubado

CEEE

**Pesquisa de Indivíduos**

Critérios de Pesquisa

Pesquisa por Filiação

Pesquisa por Características

ATENÇÃO: Conforme Resolução 137/11-CNJ a responsabilidade pelo cadastro dos mandados, de prisão crim mandados cíveis, alimentos e apreensão de adolescentes continuam sendo atualizados pela PC/RS.

Para a completa verificação da situação de um indivíduo, obrigatoriamente consulte também:  
- Menu Preso, situação de "Foragido"  
- Site [www.cnj.jus.br/bnmp](http://www.cnj.jus.br/bnmp)

RG:

Nome:

Pai:

Mãe:

Sexo:

Data Nascimento:  (ddmmaaaa)  (ddmmaaaa)

Nome anterior:

Nome social:

Fonte: Delegacia de Polícia A.

Fotografia 2 - Tela 2 do Portal da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul

The image shows a web application interface for the Rio Grande do Sul State Security Secretariat. The main content area is a form for entering individual data, with a sidebar menu on the left and a top navigation bar. The form is divided into several sections: 'Dados Gerais' (General Data), 'Características' (Characteristics), and 'Dados Complementares' (Complementary Data). The sidebar menu includes options for 'Indivíduo', 'Preso', 'Visitante', 'Condutor', 'Ocorrência', 'Mandado Cível / PAAI', 'Arma', 'SINARM', 'ARM / PC', 'Veículo', 'DETRAN RS', 'Furtado / Roubado', and 'CEEE'. The top navigation bar includes 'Condutor', 'Ocorrências', 'Impressão', 'Dados Básicos', 'Outros Nomes/Alcunhas', 'Imagens', and 'Procedimentos Policiais'. The form fields are mostly empty, with some text boxes containing placeholder text or labels like 'RG:', 'Nome:', 'Pai/Mãe:', 'Naturalidade:', 'Data Nascimento:', 'Doc.Origem:', 'CPF:', 'PIS/PASEP:', 'Altura:', 'Cor pele:', 'Cor olhos:', 'Vinculado:', 'Inquérito:', 'Endereço:', 'Bairro:', 'Nacionalidade:', 'Digitais - Série:', 'Cadastramento', 'Última Alteração', 'Documento/Data Órgão:', 'TC:', 'Município / UF:', 'Sexo:', 'Est. Civil:', and 'Seção:'.

Fonte: Delegacia de Polícia A.

A segunda parte do interrogatório, por sua vez, diz respeito às perguntas sobre os fatos do crime. Nela, o policial investigador deve perguntar ao interrogado (BRASIL, 2003):

- a) se a acusação que lhe é feita é verdadeira;
- b) caso a acusação não seja verdadeira, se há algum motivo particular para sua improcedência; se a parte interrogada tem conhecimento da pessoa ou das pessoas a quem deva ser imputado o crime; e se os supostos infratores com ela estiveram antes ou depois da prática do delito;
- c) onde estava no dia e no horário da infração e se teve notícia do fato;
- d) o que o interrogado sabe sobre as provas já apuradas;
- e) se tem conhecimento da/s vítima/s e/ou testemunha/as já inquirida/s ou por inquirir, e desde quando, e se tem algo a declarar contra elas;
- f) se tem conhecimento do instrumento com que foi praticado o crime, ou de qualquer objeto que com este se relacione e que tenha sido apreendido;
- g) se tem informações acerca dos demais fatos e detalhes que conduzam à elucidação dos fatos antecedentes e das circunstâncias do crime;
- h) se tem algo mais a declarar em sua defesa.

À vista dessas informações que devem ser solicitadas ao acusado na segunda parte do interrogatório, observamos que o item (g) fica a cargo do policial investigador, conforme o desenrolar da interação, e pode abranger uma série de outras perguntas que julgar necessárias, tendo em vista o propósito de apurar os fatos do crime, assim como a sua autoria.

Faz-se necessário tornar explícito que, ao contrário de outros países (por exemplo, Austrália, Canadá, Reino Unido etc.), não existem manuais nacionais que contenham técnicas e/ou métodos para apurar crimes em interrogatórios policiais. (PINTO, 2015). No Brasil, os policiais civis passam por um treinamento nas Academias de Polícia (ACADEPOL) de cada Estado, posteriormente à sua aprovação no concurso público para ingressar na Polícia Civil. (PINTO, 2015). E, em conformidade com o que nos foi relatado por policiais participantes desta pesquisa, o treinamento da ACADEPOL do Estado do Rio Grande do Sul, cuja carga horária é de 930 horas-aula (incluindo aulas teóricas e práticas), apesar de abranger o interrogatório policial, não oferece técnicas e métodos estandardizados para apurar informações concernentes aos fatos dos crimes. Cada interrogatório, dessa forma, é conduzido de acordo com a perspicácia do policial investigador, tendo em vista as informações que devem ser buscadas (topicalizadas acima), de acordo com o Art. 187 da Lei 10.792/2003 (BRASIL, 2003), atinente às alterações do Código de Processo Penal.

### **2.1.3 Interrogatórios policiais na perspectiva da Análise da Conversa**

Como foi expresso na introdução, há uma escassez de estudos na área de interrogatórios policiais sob a perspectiva da AC no Brasil. Sendo assim, nesta subseção, destacamos alguns deles. Em seguida, no que tange ao mesmo contexto analítico em questão, discutimos alguns trabalhos realizados no exterior.

No Brasil, Andrade e Ostermann (2007), ao analisarem o interrogatório policial de nosso País, comparam-no com interrogatórios policiais americanos, australianos e holandeses. As autoras percebem que, diferentemente dos demais países pesquisados, o interrogatório policial no Brasil é permeado por marcas de conversa espontânea. Nesse contexto, Andrade, Silva e Ostermann (2008) investigam a construção de linguagem e gênero, por parte de um inspetor, em uma interação em contexto de interrogatório policial. É importante ressaltar que as autoras das duas pesquisas mencionadas são membras do mesmo grupo de pesquisa do qual

faço parte, o qual está registrado no Diretório do CNPq e denomina-se “Fala-em-Interação em Contextos Institucionais e Não Institucionais”<sup>6</sup> (doravante FEI).

Ainda no que tange à esfera nacional, destacamos o trabalho de Marques (2008), que se utiliza da AC para analisar como a construção sequencial de pares adjacentes de perguntas-respostas contribui para uma tentativa de construção da verdade. Ressaltamos que a autora realiza esse estudo em uma DP especializada (de Repressão a Crimes Contra a Mulher), contexto diferente de uma DP não especializada, como é o caso da instituição de investigação deste estudo. Também no âmbito da Delegacia da Mulher, Gago e Pinto (2013) investigam o uso de reformulações utilizadas por um inspetor de polícia durante a atividade de negociação nos interrogatórios policiais, e Pinto (2015), em sua tese de doutorado, analisa práticas de apuração de crimes nesse tipo de interrogatório.

No circuito internacional, existem mais estudos sobre interrogatórios policiais à luz da AC do que nacionalmente; por isso, discutimos apenas aqueles que são mais diretamente relevantes para a pesquisa aqui proposta. Stokoe (2009), a título de exemplo, investiga a existência de autorrevelação por parte de policiais investigadores durante o andamento do interrogatório policial. A mesma autora, juntamente com Edwards, também analisa insultos raciais, bem como o discurso indireto presente em denúncias de vizinhos e em interrogatórios policiais. (EDWARDS; STOKOE, 2007). Os dois autores investigam perguntas e respostas consideradas tolas no mesmo contexto policial (EDWARDS; STOKOE, 2008), assim como as contribuições dos advogados durante o interrogatório. (EDWARDS; STOKOE, 2011). Além disso, em outro estudo, Edwards (2006) analisa os usos práticos do verbo modal da língua inglesa *would* no cenário em questão. Já Kidwell e Martínez (2010) analisam um método chamado de “acusação leve”, utilizado por instituições privadas de segurança nos Estados Unidos, e o comparam com métodos comuns utilizados por policiais ao interrogarem suspeitos. E, finalizando a exposição dos estudos envolvendo a AC no contexto de interrogatórios policiais no exterior, destacamos o estudo de Sidnell (2010), que investiga o desenho e o posicionamento das perguntas realizadas durante o interrogatório.

Diante da breve exposição dos estudos anteriores acerca de interrogatórios policiais sob a perspectiva da AC, é evidenciada, mais uma vez, a relevância desta pesquisa, visto que

---

<sup>6</sup> O grupo de pesquisa Fala-em-Interação em Contextos Institucionais e Não Institucionais (FEI) é coordenado pela Dra. Ana Cristina Ostermann, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É composto por bolsistas de iniciação científica, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos e outros pesquisadores de outros Programas de Pós-Graduação do País.

o Brasil carece de estudos nesse contexto, principalmente no que concerne não só à busca, mas também ao resguardo de informações concernentes aos crimes sob investigação.

## 2.2 A BUSCA E O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES SOB INVESTIGAÇÃO

Após discorrermos sobre a organização do interrogatório policial como um todo, abordamos a busca de informações acerca dos crimes sob investigação, que acontece por meio de perguntas realizadas pela polícia – e isso ocorre nos dados analisados, como veremos adiante. Nesse contexto, percebemos que, por meio das perguntas, a polícia, por vez, oportuniza que os acusados resguardem informações acerca dos crimes sob investigação. Vimos que essa conduta de resguardo dos fatos é, também, iniciada pelos próprios acusados em seus turnos de fala responsivos. Assim, ela acontece tanto em perguntas quanto em respostas.

À vista disso, convém discorrermos, nesta revisão de literatura, a respeito das perguntas e respostas – ou, dito de outra forma, da prática de perguntar e de responder. E, apesar de separarmos em subseções, observamos que ambas não estão dissociadas, visto que uma implica a outra. Assim, quando abordamos as perguntas, estamos, de certo modo, incluindo as respostas; ao passo que, quando tratamos das respostas, não estamos nos distanciando das perguntas.

### 2.2.1 A prática de perguntar

Iniciamos esta seção com o seguinte questionamento: o que é uma pergunta? Como analistas da conversa – e, portanto, cientes de que, por meio da linguagem, desempenham-se ações sociais –, poderíamos substituir esse questionamento por: o que podemos fazer por meio de uma pergunta? Há quem diga que, ao fazer uma pergunta, pede-se uma informação – o que não deixa de estar correto. Nos Excertos 1 e 2, que integram a introdução desta dissertação, vimos exemplos de perguntas que, de fato, realizam a ação de pedido de informação. Contudo, como discorrem as autoras Freed e Ehrlich (2010), por meio de uma pergunta, os interagentes podem exercer ações que vão além de um pedido de informação, tais como um convite, um pedido de confirmação, um pedido de concordância, uma oferta, dentre outras possibilidades.

Heritage (2002) inclusive considera elementar o fato de se conceituar uma pergunta como um pedido de informação. No que concerne à prática de perguntar, o autor ainda explicita que essa ação, quando realizada por meio de uma pergunta de sintaxe interrogativa, “[...] constitui um tipo de normatividade social congelada na gramática – uma normatividade gramaticalizada” (HERITAGE, 2002, p. 1427<sup>7</sup>). Freed e Ehrlich (2010) acrescentam que, embora as perguntas estejam tipicamente associadas ao formato interrogativo, já se provou que há outros formatos sintáticos com os quais se realizam perguntas. Ao mesmo tempo, as autoras explicam que nem todos os formatos interrogativos operam como perguntas – como é o caso das *perguntas retóricas*, que, em vez de tornarem relevante um turno de fala responsivo, evidenciam um posicionamento ou uma opinião do perguntador sobre alguma questão: por exemplo, “Como você pôde fazer isso?” (FREED; EHRLICH, 2010, p. 4<sup>8</sup>).

Antes de prosseguirmos, faz-se necessário explicitarmos que, apesar de as ações desempenhadas nas perguntas não se limitarem a pedidos de informação, no caso de interrogatórios policiais, em que se realiza a busca por informações concernentes aos fatos de crimes, larga parte das perguntas realizadas pela polícia performa a ação de pedido de informação, além de outras ações que circundam um pedido de informação, tais como pedido de confirmação, pedido de explicação etc.

### 2.2.1.1 Os tipos, os formatos e as dimensões das perguntas

As perguntas podem ser classificadas devido a seu tipo, seu formato e suas dimensões. Quanto aos seus tipos, optamos por adotar a terminologia oferecida por autores de estudos interacionais. (FREED; EHRLICH, 2010; STIVERS; ENFIELD, 2010; ENFIELD; BROWN; DE RUITER, 2012). Segundo eles, existem três tipos de perguntas:

- a) *Perguntas QU*<sup>9</sup>;
- b) *Perguntas Alternativas*<sup>10</sup>;
- c) *Perguntas Polares*<sup>11</sup>.

<sup>7</sup> “[...] embodies a kind of social normativity that is frozen in grammar – a grammaticalized normativity.”

<sup>8</sup> “How could you?”

<sup>9</sup> Na língua inglesa, estas perguntas são chamadas “wh-questions”. No português brasileiro, ganham outras nomenclaturas, tais como “perguntas abertas” (URBANO et al., 1993; PERINI, 2005) e “formas Q”. (CASTILHO, 2014).

<sup>10</sup> “Alternative questions”.

<sup>11</sup> Na língua inglesa, estas perguntas são denominadas “polar questions”. No português brasileiro, as perguntas polares também ganham denominações como “perguntas de sim ou não”, “perguntas fechadas” e “perguntas de confirmação/negação”. (URBANO et al., 1993).

As *Perguntas QU-* são aquelas que possuem um pronome interrogativo (qual, quem, quando, quanto etc.) em sua composição, como se pode observar na linha 01 do Excerto 3:

Excerto 3: ALMOÇO\_paloma\_sofia\_22\_05\_2017

01 PAL: -> quanto custa será uma mesa de si↑nuca  
02 SOF: °não° tenho ideia

Faz-se necessário explicar que as *Perguntas QU-* foram segmentadas em duas categorias pelas autoras Fox e Thompson (2010): (1) *Perguntas QU- de Contar* e (2) *Perguntas QU- de Tipo Específico*. (FOX; THOMPSON, 2010<sup>12</sup>). As primeiras referem-se a *Perguntas QU-* que buscam por respostas mais elaboradas, tais como explicações, relatos, narrativas etc., como se pode observar no fragmento abaixo:

Excerto 4: ALMOÇO\_augusto\_sofia\_paloma\_22\_05\_2017

01 PAL: -> por ↑quê  
02 (0.4)  
03 PAL: -> que que hove  
04 (0.6)  
05 AUG: não é que (.) tinha::: coisa de vaca lá e tava  
06 tudo assim:  
07 (0.5) ((AUG movimenta a mão direita  
08 horizontalmente))  
09 SOF: alagado

As *Perguntas QU- de Tipo Específico*, por sua vez, como o próprio nome sugere, buscam respostas mais específicas:

Excerto 5: FAZENDO\_CAFÉ\_luiza\_martha\_04\_05\_2018

01 LUI: -> quantas quantas tu co↑loca  
02 MAR: {{voz suave} trê>-} ↓não quatro

Dando continuidade à descrição dos tipos da prática de perguntar, as *Perguntas Alternativas* são caracterizadas por oferecerem duas ou mais opções em sua construção:

---

<sup>12</sup> “Telling Questions”; “Specifying questions”.



Excerto 6: ALMOÇO\_paloma\_enzo\_22\_05\_2017

01 PAL: -> como é que tu chama isso aqui coxa ou co↑xinha  
 02 (1.0)  
 03 ENZ: coxa

E as *Perguntas Polares* são aquelas que tornam relevantes respostas como “sim”, “não” ou equivalentes, tais como “mhm” e “arrã”, como se pode observar no Excerto 7:

Excerto 7: ALMOÇO\_augusto\_sofia\_03\_05\_2018

01 AUG: -> ô mã:e tu compra car↑tinha  
 02 (.)  
 03 SOF: ↓sim (.) a gente vai negociá

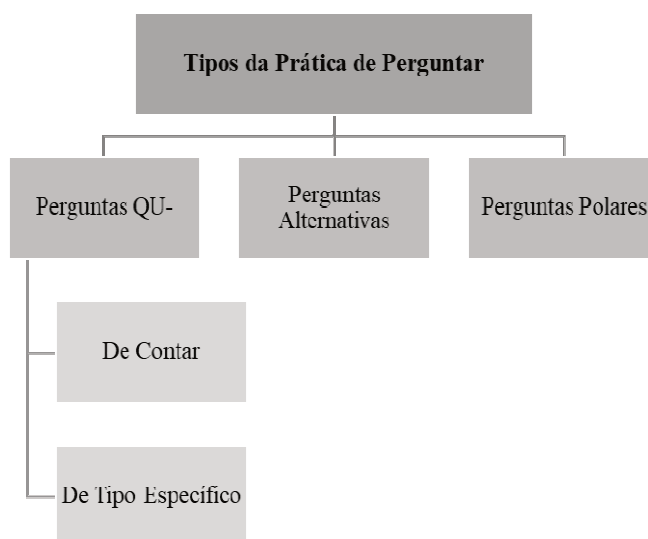
Apesar de termos encontrado, na literatura, os três tipos da prática de perguntar explicitados acima, identificamos, em nosso *corpus* composto por interrogatórios policiais, mais um, o qual chamaremos *Perguntas de Busca Aberta*. Trata-se de um tipo de pergunta que se assemelha às *Perguntas QU- de Contar*, em razão de tornar relevante respostas mais elaboradas. As *Perguntas de Busca Aberta*, entretanto, não integram pronomes interrogativos em sua composição. No Excerto 8, apresentamos um exemplo:

Excerto 8: DPC\_pablo\_AMANDA\_01\_06\_2017

01 POL: -> tá e: ↑daí  
 02 (0.8)  
 03 POL: vai me contando °tudo°  
 04 (.)  
 05 INT: aí: eu cheguei em casa, (0.4) tava as  
 06 {{rindo} duas} ch- s- abraçadas chorando dentro  
 07 de casa

De forma a sintetizar os tipos da prática de perguntar apresentados, elaboramos um organograma:

Figura 1 - Tipos da prática de perguntar



Fonte: Elaborada pela autora.

No que concerne aos formatos da prática de perguntar, consideramos aqueles sugeridos por Kidwell (2009) e Heritage (2010). Kidwell (2009) agrupa-os em dois:

- a) formato fechado<sup>13</sup>;
- b) formato aberto<sup>14</sup>.

De acordo com a autora e analista da conversa, o formato fechado das perguntas limita-se em razão de as possíveis respostas serem consideradas relativamente restritas. Uma 2PP composta de único item lexical, por exemplo, pode ser o suficiente. (KIDWELL, 2009). Segundo ela, as perguntas de formato fechado consistem em *Perguntas Polares* e em *Perguntas QU- de Tipo Especifico*. Nesse contexto, embora entendamos e, de certa forma, alinhemo-nos à razão pela qual ela considera *Perguntas QU- de Tipo Especifico* como fechadas – tendo em vista que esse tipo de pergunta é, sem dúvidas, mais restritivo que as *Perguntas QU- de Contar* –, consideramos, nesta dissertação, as *Perguntas QU- de Tipo Especifico* como de formato aberto (apesar de menos aberto que a outra categoria de *Pergunta QU-*). Fazemos essa opção porque, como já mencionado, no português brasileiro, as *Perguntas QU-*, independentemente de sua categoria, são classificadas como perguntas abertas (URBANO et al., 1993; PERINI, 2005). Já para evitar possíveis equívocos acerca dessa terminologia, consideramos como perguntas de formato fechado apenas as *Perguntas Polares*.

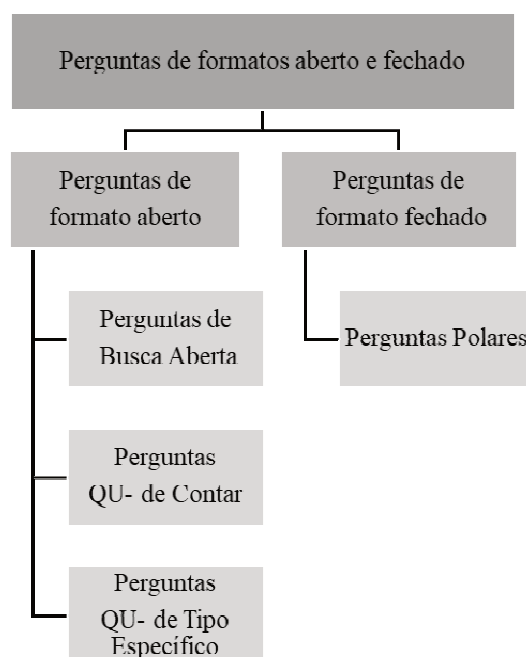
<sup>13</sup> “Closed-question format”.

<sup>14</sup> “Open-ended format”.

Ao fazer menção ao formato aberto de perguntas, Kidwell (2009) explica que esse formato “[...] permite que um respondente responda de modo bastante amplo e irrestrito” (KIDWELL, 2009, p. 21<sup>15</sup>), possibilitando, assim, maior controle a respeito da resposta fornecida. Além disso, Kidwell (2009) explica que normalmente as respostas às perguntas de formato aberto são constituídas de várias Unidades de Construção de Turno (UCT)<sup>16</sup>. A autora exemplifica o formato aberto das perguntas por meio de *Perguntas QU- de Contar*. Nesta dissertação, todavia, consideramos como perguntas de formato aberto as seguintes: *Pergunta de Busca Aberta*, *Pergunta QU- de Contar* e *Pergunta QU- de Tipo Específico* (ainda que menos abertas que as demais).

A Figura 3 sintetiza aquilo que contemplamos, neste estudo, como perguntas de formato aberto e perguntas de formato fechado:

Figura 2 - Perguntas de formatos aberto e fechado



Fonte: Elaborada pela autora.

<sup>15</sup> “[...] allows an answerer to answer in fairly broad and unconstrained terms.”

<sup>16</sup> “Turn Construction Units (TCU)”. Entende-se uma Unidade de Construção de Turno (UCT) “[...] como a menor unidade linguística gramaticalmente, semanticamente e pragmaticamente completa produzida pelo/a falante corrente [...]”. (ANDRADE, 2016 p. 74). Ao ser produzida, a UCT possibilita um Local de Relevância para a Transição entre Falantes. (OSTERMANN, 2006). “Por exemplo, em uma fala como ‘oi que bom que te encontrei queria mesmo falar contigo’, as UCT do turno seriam ‘oi’, ‘que bom que te encontrei’ e ‘queria mesmo falar contigo’, visto que cada uma dessas partes corresponde a uma ação completa que poderia ser respondida pelo/a interlocutor/a [...]”. (ANDRADE, 2016, p. 74).

Ainda em relação aos formatos da prática de perguntar, Heritage (2010) classifica-os em três:

- a) formato interrogativo;
- b) formato asserção + *tag* interrogativa;
- c) formato declarativo.

O formato interrogativo, aquele que mencionamos na abertura desta seção, é caracterizado, na língua inglesa, pela inversão do sujeito e do verbo/auxiliar e, nas línguas inglesa e portuguesa, por geralmente possuir entonação ascendente, como em “Você é casado?”. O formato asserção + *tag* interrogativa, como o próprio nome sugere, é composto de uma asserção com entonação plana (“Você é casado,”), seguido de uma *tag* interrogativa com entonação ascendente (“não é?”). Esse formato de pergunta ocorre de maneira similar nas línguas inglesa e portuguesa. O formato declarativo, por sua vez, caracteriza-se, na língua inglesa, por não incluir inversão do sujeito e do verbo/auxiliar e, nas línguas inglesa e portuguesa, por possuir entonação plana (“Você é casado”).

Além disso, Heritage (2010) explica que a estrutura sintática, ou o formato das perguntas, pode indicar diferentes níveis de conhecimento quanto às informações buscadas por parte dos interagentes perguntadores. Ao encontro disso, De Ruiter (2012) explica que, ao fazer uma pergunta, os falantes devem considerar os seus interlocutores, bem como seu status e seus posicionamentos epistêmicos. Para mais bem especificar estes últimos termos, observamos que o status epistêmico é reconhecido na interação quando “[...] as pessoas se reconhecem mutuamente por serem mais ou menos conhecedoras de algum domínio de conhecimento”. (HERITAGE, 2012b, p. 32<sup>17</sup>). O posicionamento epistêmico, por sua vez, refere-se ao modo através do qual os falantes se posicionam em termos de status epistêmico, por meio dos turnos de fala. (HERITAGE, 2012b).

Tendo em vista que os falantes podem ocupar diferentes posições de conhecimento em uma interação, Heritage (2012b) propõe os gradientes epistêmicos (C+ e C-), em que “C+”<sup>18</sup> corresponde aos interagentes mais conhecedores; e “C-”<sup>19</sup>, aos interagentes menos conhecedores sobre determinado assunto. Os gradientes epistêmicos indicam, portanto, o status epistêmico dos falantes. No que tange especificamente à prática de perguntar, na

---

<sup>17</sup> “[...] persons recognize one another to be more or less knowledgeable concerning some domain of knowledge.”

<sup>18</sup> “More knowledgeable (K+)”.

<sup>19</sup> “Less knowledgeable (K-)”.

maioria das vezes, o perguntador é menos conhecedor (C-), e o respondente caracteriza-se, assim, por ser mais conhecedor (C+) sobre o assunto em questão.

Para mais bem explicar a relação entre o formato da pergunta e o nível de conhecimento do perguntador sobre a informação requerida, analisemos o Quadro 1, que contém exemplos de Heritage (2010). A letra “F” concerne aos formatos das perguntas.

Quadro 1 - Relação entre o formato da pergunta e o nível de conhecimento sobre a informação requerida

F1	interrogativa de sim/não yes/no interrogative	Você é casado? Are you married?
F2	asserção + tag interrogativa statement + interrogative tag	Você é casado, não é? You're married, aren't you?
F3	pergunta declarativa de sim/não yes/no declarative question	Você é casado. You're married.

Fonte: Traduzido e adaptado de Heritage (2010, p. 48).

Com base no quadro acima, podemos observar que todos os formatos das perguntas propostos por Heritage (2010) contemplam o tipo de *Pergunta Polar*.

No que tange ao nível de conhecimento sobre a informação requerida, observamos que o formato interrogativo é caracterizado por possuir maior variação de entonação (isto é, ascendente). Além disso, em relação aos exemplos do Quadro 1, esse formato

[...] propõe que o interagente que pergunta não possui conhecimento definitivo a respeito do estado civil do seu interlocutor e indica um gradiente epistêmico profundamente inclinado entre um interagente que pergunta “não conhecedor” (C-) e um respondente “conhecedor” (C+). (HERITAGE, 2010<sup>20</sup>).

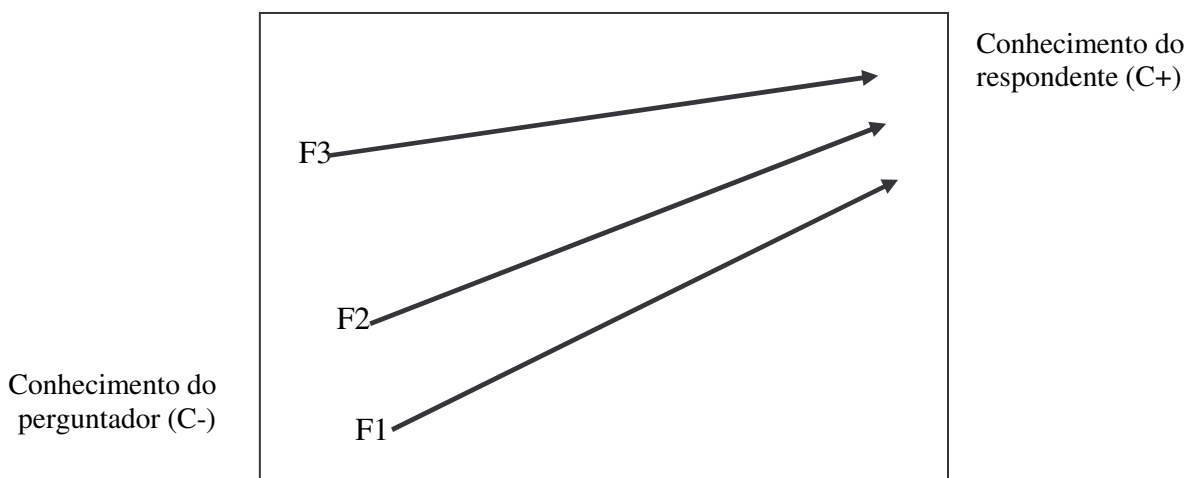
Ao contrário do formato interrogativo, o formato asserção + tag interrogativa revela um perguntador mais conhecedor (C+) da informação solicitada, principalmente em razão de fazer uma asserção, que, nas palavras de Heritage (2010), constitui um palpite. Já o formato declarativo, que se caracteriza por possuir pouca ou nenhuma variação de entonação,

<sup>20</sup> “[...] proposes that the questioner has no definite knowledge of the respondent’s marital status and indexes a deeply sloping epistemic gradient between an unknowing (K-) questioner and a knowledgeable (K+) respondent.”

manifesta um perguntador mais conhecedor ainda (C+). De acordo com Heritage (2010), o formato declarativo é predominantemente utilizado quando o falante provavelmente já tenha sido informado da resposta anteriormente e busca por uma simples confirmação por parte do interagente respondente.

Para uma melhor visualização das diferenças do grau epistêmico entre perguntador e o respondente, faz-se oportuno apresentar o esquema elaborado por Heritage (2010, p. 49), adaptado e traduzido a seguir:

Figura 3 - Grau epistêmico e formato da pergunta



Fonte: Traduzido e adaptado de Heritage (2010, p. 49).

É possível observar, na Figura 2, a existência de um gradiente a respeito do grau epistêmico do perguntador, de modo que essa progressão é manifestada através dos formatos de pergunta (F1, F2 e F3). Além disso, conforme já referido, o conhecimento manifestado pelo perguntador no formato interrogativo (F1) é menor do que nos formatos asserção + tag interrogativa (F2) e declarativo (F3). O conhecimento revelado pelo perguntador no formato declaração + tag interrogativa (F2), por sua vez, é maior do que no formato interrogativo (F1) e menor do que no formato declarativo (F3). Quanto ao conhecimento demonstrado pelo perguntador no formato declarativo (F3), podemos afirmar, analisando a figura, que é maior do que nos formatos interrogativo (F1) e asserção + tag interrogativa (F2). Portanto, em relação ao conhecimento possuído pelos perguntadores nos três formatos de perguntas, temos: formato interrogativo < formato asserção + tag interrogativa < formato declarativo.

O posicionamento e o status epistêmico dos falantes constituem, segundo Heritage (2010), uma das dimensões básicas do formato das perguntas. Além dela, o autor propõe outras três dimensões do formato da prática de perguntar que dizem respeito, especificamente,

a perguntas cujas ações referem-se a pedidos de informação; são elas: adequação à pauta<sup>21</sup>, pressuposição<sup>22</sup> e preferência<sup>23</sup>.

A adequação à pauta se refere à capacidade de as perguntas delimitarem o conteúdo de sua resposta e, assim, estabelecerem uma ação como preferida para a 2PP. (HERITAGE, 2010). Para mais bem ilustrar esse uso, consideremos o seguinte: na pergunta “Qual o seu endereço?”, o conteúdo esperado na resposta (2PP) se trata do endereço do interagente respondente, e a ação que se espera é a de provimento da informação solicitada na 1PP.

A pressuposição, por sua vez, diz respeito ao conteúdo que pode estar pressuposto em uma pergunta. Sobre as perguntas que realizam a ação de pedido de informação, Heritage (2010, p. 47<sup>24</sup>) explica que todas elas “[...] incorporam pressuposições sobre o estado das coisas a que se destinam”. Para melhor ilustrar esse aspecto, observamos que, na pergunta “Quantas xícaras de café você consome por dia?”, há uma pressuposição, por parte do perguntador, de que o respondente toma café.

A última dimensão da prática de perguntar proposta por Heritage (2010) concerne à preferência. Antes de discorrermos sobre ela, contudo, é importante ressaltar que a sua organização é estabelecida em diferentes condições. Assim, neste trabalho, que focaliza em perguntas e respostas, a preferência que se faz pertinente diz respeito às ações e ao formato que uma pergunta (1PP) pode tornar relevante como 2PP. (RAYMOND, 2003). Nesse contexto, também é importante verificar se essa resposta (2PP) condiz ou não com a resposta tornada relevante na 1PP.

A organização de preferência corresponde à (des)afiliação do interagente realizada por uma segunda ação (2PP) diante de uma primeira ação (1PP). Para mais bem esclarecer esse aspecto, tomemos como exemplo o par adjacente convite-aceite/recusa. A ação de convidar, desempenhada a partir de uma 1PP, solicita uma resposta: a ação de aceitar ou de recusar o convite, que é exercida a partir de uma 2PP. Assim, os interagentes recipientes, na 2PP, têm a possibilidade de afiliar-se à ação realizada na 1PP – que, no caso de um convite, seria o aceite – e têm a oportunidade de mostrar desfiliação, não aceitando o convite. (RAYMOND, 2003).

Além disso, “[...] uma 1PP pode ser construída de modo a preferir – no sentido de projetar – um formato específico na resposta”. (CLIFT, 2016, p. 141<sup>25</sup>). Então, se o interagente, ao convidar o seu interlocutor, realiza uma *Pergunta Polar*, como “Você gostaria

---

<sup>21</sup> “Agenda setting”.

<sup>22</sup> “Presupposition”.

<sup>23</sup> “Preference”.

<sup>24</sup> “[...] embody presuppositions about the states of affairs to which they are directed.”

<sup>25</sup> “A first pair part may be constructed in such a way as to prefer – in the sense of project – a specific form in response.”

de almoçar na minha casa?”, é possível verificar que a construção dessa 1PP projeta uma resposta afirmativa. E, por outro lado, caso a pergunta seja realizada com uma asserção negativa, como em “Você não vem na minha casa, vem?”, observa-se que tal construção prefere uma resposta negativa. À vista desses exemplos, reconhece-se que a 1PP é capaz de projetar, a partir de seu formato, a preferência por uma 2PP afirmativa ou negativa, isto é, uma 2PP que aceita o convite ou uma 1PP que o recusa.

Ademais, no que concerne às respostas consideradas preferidas, Raymond (2003) explica que elas são, na maioria das vezes, produzidas imediatamente após a 1PP. Em contrapartida, ao proferir respostas despreferidas, os falantes utilizam-se de alguns elementos característicos, tais como atraso na resposta, que resulta em silêncio; iniciações precedentes, como “bem” “m:::”; além de explicações, por não poderem se afiliar à 1PP. (RAYMOND, 2003). Podemos observar, portanto, que os falantes gerenciam a conversa (CLIFT, 2016) tendo em vista as normas das relações de convívio social, a fim de evitarem constrangimentos.

### 2.2.2 A prática de responder

A prática de responder está intimamente associada à organização de preferência, descrita na subseção anterior. Isso ocorre porque as respostas podem ser consideradas preferidas ou despreferidas em termos de ações e/ou de formatos em relação àqueles tornados relevantes na pergunta. E, ao encontro disso, estão os conceitos de conformidade<sup>26</sup> e de não conformidade<sup>27</sup>. (RAYMOND, 2003).

Uma resposta é considerada conformativa quando atende ao tipo de resposta tornado relevante na pergunta; ao passo que uma resposta é classificada como não conformativa quando não corresponde a esse tipo de resposta. (RAYMOND, 2003). Ao analisar *Perguntas Polares*, Raymond (2003) expõe que as respostas não conformativas evidenciam algum problema em relação ao formato e/ou à ação da pergunta. O autor ainda associa respostas preferidas e despreferidas às noções de conformidade e não conformidade: respostas conformativas são geralmente preferidas, ao passo que respostas não conformativas são comumente consideradas despreferidas. (RAYMOND, 2003).

Além disso, o autor destaca que os respondentes de *Perguntas Polares*, ao fornecerem respostas conformativas, valem-se de elaborações posteriores (RAYMOND, 2010), isto é, de ações que vão além de prover uma informação afirmativa ou negativa, de confirmar ou

---

<sup>26</sup> “Type-conformity”.

<sup>27</sup> “Nonconformity”.



desconfirmar. E isso corrobora aquilo que mostraremos na análise, mais especificamente na seção de busca de informações acerca dos crimes sob investigação.

Fox e Thompson (2010), ao discorrerem sobre *Perguntas QU-* em língua inglesa, constatam que os conceitos de conformidade e de não conformidade, apesar de terem sido desenvolvidos em estudos sobre *Perguntas Polares* (RAYMOND, 2003, 2010), são compatíveis com as perguntas por elas analisadas. Diante disso, atribuímos, neste estudo, a noção de conformidade e de não conformidade a todos os tipos de pergunta investigados: *Perguntas de Busca Aberta*, *Perguntas QU- (de Contar e de Tipo Específico)* e *Perguntas Polares*.

Ainda no que se refere à questão de conformidade e de não conformidade, observamos que a pergunta “Vocês já saíram juntos?”, por ser *Polar* – e, portanto, por tornar relevante uma resposta como “sim” e “não” (ou equivalentes) –, ao receber como ação responsiva uma declaração de deslembração (“Não lembro”), não está alcançando o que nela foi tornado relevante. Assim, podemos dizer que “não lembro” é uma resposta não conformativa. É possível afirmar, também, que uma declaração de deslembração resiste ao provimento da informação e/ou confirmação.

Veremos, em um dos capítulos de análise, que, ao se utilizarem de verbos de cognição<sup>28</sup> (NEVES, 2000; COSTA; CUNHA, 2016), tais como “lembrar”, “saber” e “conhecer” na forma negativa, os interrogados, em suas ações responsivas, acabam por resistir àquilo que está sendo buscado nas perguntas, provendo, assim, respostas não conformativas<sup>29</sup>. Em relação a esse aspecto, Hutchby (2002) investigou respostas como essas ao analisar interações entre conselheiros e crianças. O autor trata dos turnos de fala compostos por declarações de deslembração e/ou de desconhecimento como uma estratégia de resistência e, portanto, de não cooperação em relação ao provimento da resposta. (HUTCHBY, 2002).

Outro aspecto a ser levado em consideração durante a prática de responder, sobretudo durante interrogatórios policiais, trata-se da questão de que as respostas são suscetíveis às contingências que envolvem o perguntador e à configuração na qual a pergunta é realizada. O perguntador tem o “poder” de controlar a interação. (HAYANO, 2013). Quem pergunta, de certo modo, deixa o respondente em uma situação de vulnerabilidade. No contexto de interrogatórios policiais, a prática de perguntar é capaz de elucidar essa suscetibilidade do

---

<sup>28</sup> Verbos de cognição são aqueles que não constituem ações do mundo material. Eles correspondem a processos mentais, relacionando-se à memória, à decisão, à compreensão, à crença e ao planejamento. (COSTA; CUNHA, 2016). Eles são “[...] expressos por verbos como decidir, considerar, achar, supor, acreditar, imaginar, lembrar, esquecer, saber, entender, perceber, compreender, pensar [...]” (COSTA; CUNHA, 2016), entre outros.

<sup>29</sup> O uso de verbos de cognição também foi identificado em perguntas realizadas pelos policiais. Como veremos na análise, por meio desses verbos, os investigadores acabam por oportunizar que os interrogados resguardem os fatos do crime.

interrogado, uma vez que o policial tem autoridade deôntica sobre o acusado e, portanto, tem autonomia para fazer quaisquer perguntas que julgar necessárias, desde que respeite, obviamente, a Lei 10.792/2003 (BRASIL, 2003). À vista disso e do que já foi discorrido até então, a prática de responder compreende uma série de aspectos a serem levados em consideração – aspectos estes que vão além do provimento de uma 2PP.

### 3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa são apresentados a seguir. Em consonância com esse propósito, a organização estrutural deste capítulo contém três seções: a primeira apresenta um panorama geral sobre o que vem a ser a metodologia da AC e, assim, explica a abordagem adotada neste estudo; a segunda se refere a um relato de campo que compreende todo o processo de geração de dados para esta pesquisa; e a terceira abarca a transcrição dos dados gerados.

#### 3.1 ANÁLISE DA CONVERSA: UM PANORAMA GERAL

Este estudo constitui-se em uma pesquisa qualitativa, microetnográfica (GARCEZ, 2008), cuja perspectiva teórico-metodológica se alicerça nos fundamentos da AC. Tais pressupostos advêm da etnometodologia e foram estabelecidos nos anos 1960, por Harvey Sacks, com a colaboração de Emanuel Schegloff e de Gail Jefferson. Em conformidade com Baxter (2010), Sacks levantou a possibilidade de investigar os turnos de fala como ações sociais desempenhadas pelos falantes para o cumprimento de determinados propósitos no transcorrer de uma conversa. Assim, os fundadores da AC propuseram demonstrar, ao contrário do que se supunha antes, “[...] que a conversa não é uma ação tão caótica quanto parece e que as pessoas se organizam socialmente através da fala”. (SILVA; ANDRADE; OSTERMANN, 2009, p. 3).

Essa organização social ocasionada por meio da fala é o que configura o aparato da AC como microetnográfico. (GARCEZ, 2008). Os estudos amparados pela abordagem em questão se propõem a “[...] descrever como a fala-em-interação [...] é organizada social e culturalmente em cenários interacionais particulares” (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014 p. 261), cenários esses que, como visto na introdução desta dissertação, podem variar de mundanos a institucionais.

Conforme exposto no primeiro parágrafo desta seção, a AC advém da etnometodologia. Essa corrente sociológica aborda a perspectiva êmica ao tratar do comportamento social das pessoas, concepção utilizada na análise de dados dos estudos da AC. A perspectiva êmica consiste na orientação dos participantes em uma interação. À vista disso, a análise decorre dos entendimentos demonstrados pelos próprios participantes em uma conversa, e não da interpretação das intenções dos interagentes por parte do analista. Tendo isso em vista, requer-se um tipo de atitude do pesquisador: a de abstenção de categorizações apriorísticas a respeito dos participantes da pesquisa. Dito de outra forma, cabe ao analista deixar de lado todas as suas crenças e convicções sobre o mundo que o cerca, passando a

observá-lo para, então, poder compreender os fenômenos que emergem dos dados gerados.

Outra característica de fundamental importância para as pesquisas na área da AC concerne ao caráter naturalístico que deve ser levado em conta no processo de geração de dados. Silva, Andrade e Ostermann (2009, p. 4) explicitam que a AC “se volta para a investigação de situações que ocorrem no dia a dia e da maneira como elas aconteceriam, mesmo se não houvesse pesquisa sendo realizada”. Portanto, os dados a serem gerados devem ser de interações naturalísticas de fala que ocorreriam mesmo sem a presença de um pesquisador.

Outro mecanismo necessário para que se compreenda a abordagem da AC se trata da sequencialidade das interações (SCHEGLOFF, 2007) para a análise dos dados, isto é, não se deve limitar a análise a um turno de fala separado, isolado, descontextualizado daquilo que vem antes ou depois dele. Necessita-se, para a análise, considerar os turnos de fala em sequência, ou seja, a sequencialidade como um todo da interação. Heritage (1998, p. 3<sup>1</sup>) explica que “[...] uma ação é fortemente moldada pela sequência de ações anteriores a ela, e que o contexto social em si é algo criado dinamicamente que está expresso na e por meio da organização sequencial da interação”.

Assim, através da organização sequencial da interação, busca-se analisar a posição, a composição, assim como as ações desempenhadas por meio dos turnos de fala, sem se ater necessariamente ao conteúdo da conversa. Deve-se, como já mencionado, focalizar a análise no entendimento demonstrado pelos próprios interagentes daquilo que está acontecendo no “aqui” e no “agora” interacional, tendo em vista que o contexto não é “[...] externo à fala, mas gerado por meio dela”. (CLIFT, 2016, p. 273<sup>2</sup>).

### 3.2 RELATO DE CAMPO SOBRE O CONTEXTO DE PESQUISA<sup>3</sup>

Esta seção contempla um relato de campo sobre o contexto pesquisado. Meu propósito, aqui, consiste em relatar a realidade que me propus a estudar e a entender (URIARTE, 2012): o evento interacional interrogatório policial.

Entretanto, é sabido que materializar, em forma de texto escrito, o que foi experienciado por meio de observações, notas de campo, reflexões e discussões no transcorrer de uma pesquisa não é tarefa fácil. (DEL CORONA, 2011). Isso se dá porque a representação de uma realidade investigada para um texto escrito não é capaz de dar conta de todas as minúcias que

---

<sup>1</sup> “[...] an action is heavily shaped by the sequence of previous actions from which it emerges, and that social context itself is a dynamically created thing that is expressed in and through the sequential organization of interaction.”

<sup>2</sup> “[...] external to the talk, but generated by it.”

<sup>3</sup> Por se tratar de um relato, este capítulo é escrito em primeira pessoa do singular.

permeiam uma organização social. À vista disso, tentarei relatar, da maneira mais fidedigna possível, o que a minha incursão no contexto de pesquisa possibilitou enxergar.

Este relato contempla descrições sobre: (1) minha inserção nas DPs participantes do estudo; (2) a submissão do projeto de pesquisa para apreciação ética; (3) os equipamentos de gravação utilizados ao longo da geração de dados; (4) as saídas a campo e (5) o seu registro sistemático; (6) a fonte documental a que tive acesso; e (7) o processo de codificação dos dados gerados.

### **3.2.1 Inserção nos ambientes de investigação: Delegacias de Polícia**

Minha inserção nos ambientes de investigação aconteceu antes mesmo de o projeto de pesquisa ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (doravante CEP) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (doravante Unisinos). Isso ocorreu porque, antes daquela submissão, foi necessária a obtenção da assinatura dos responsáveis pelas instituições nas Cartas de Anuência<sup>4</sup>, autorizando a realização da pesquisa nos locais<sup>5</sup> onde foram gerados os dados.

À vista disso, agendei uma conversa com a autoridade policial da DP A na própria instituição. Depois de explicar-lhe a pesquisa e revelar meu interesse em gerar dados de interrogatórios policiais na Delegacia em questão, o policial colocou-se à disposição para ajudar no que fosse preciso, autorizando a realização do estudo no local. E fez mais: como se trata de uma DP localizada em uma cidade de pequeno porte<sup>6</sup>, o delegado colocou à disposição do estudo uma outra DP pela qual é responsável (DP B), localizada em uma cidade vizinha. Porém, em razão de a DP B pertencer a uma cidade menor ainda<sup>7</sup> e, conseqüentemente, ter pouca demanda de interrogatórios, o policial me colocou em contato com a autoridade policial de uma DP localizada em uma cidade próxima, cuja demanda de interrogatórios é maior, tendo em vista que se trata de um município com o número de habitantes mais elevado. Tal intermediação permitiu que eu obtivesse mais facilmente a autorização para a geração de dados também nessa Delegacia, que, neste estudo, passa a ser chamada de DP C<sup>8</sup>.

Quando me desloquei até a DP C para conversar pessoalmente com o delegado, de forma a apresentar-lhe a pesquisa, ele mostrou-se entusiasmado com a possível realização do estudo. Além disso, apresentou-me a algumas pessoas com quem acabei tendo contato posterior (outros policiais participantes da pesquisa e a policial responsável pelos

---

<sup>4</sup> O modelo de Carta de Anuência encontra-se no Apêndice A.

<sup>5</sup> Como as cidades das DPs necessitam estar anonimizadas, optamos por identificá-las pelas letras A, B e C.

<sup>6</sup> A cidade onde a DP A está localizada possui cerca de vinte e sete mil (27.000) habitantes.

<sup>7</sup> A cidade onde se localiza a DP B possui cerca de 3.000 habitantes.

<sup>8</sup> A cidade onde se localiza a DP C possui aproximadamente 80.000 habitantes.

agendamentos dos interrogatórios policiais). E, conforme relatado pelo próprio delegado de polícia, a pesquisa integrou pauta de reunião de colaboradores da DP C.

Faz-se importante destacar que, nessas conversas que tive com os dois delegados de polícia, prometi dar-lhes um retorno sobre os resultados da pesquisa, caso o CEP da Unisinos viabilizasse a realização do estudo por meio da aprovação do projeto.

Também é importante explicitar que as três Delegacias, cujos responsáveis autorizaram a efetivação da pesquisa no local, não consistem em DPs especializadas, tais como Delegacias de Homicídio, Delegacias de Furtos e Roubos, Delegacias de Proteção ao Meio Ambiente, Delegacias de Trânsito, entre outras. Portanto, trata-se de Delegacias onde todo e qualquer tipo de crime é investigado – com exceção da DP C, pois, na mesma cidade, existe a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher. Assim, os crimes investigados na DP C referem-se a todo e qualquer tipo de crime, exceto aqueles cometidos contra mulheres.

Essa primeira inserção nos ambientes de pesquisa possibilitou que eu entendesse um pouco mais sobre o evento interacional de interesse, pois ambos os delegados elucidaram os principais procedimentos práticos que permeiam o interrogatório. Além disso, pude conhecer o espaço físico das DPs e, assim, um pouco das condições nas quais os colaboradores trabalham. Ademais, como já mencionado, tive a oportunidade de conhecer alguns policiais investigadores. Tudo isso contribuiu ainda mais para o meu interesse em gerar dados de pesquisa nesses locais, nos quais se exercem atividades de demasiada relevância social, tendo em vista os elevados índices de violência e de criminalidade que o Brasil possui.

### **3.2.2 Submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unisinos**

Após a obtenção da autorização dos policiais responsáveis pelas DPs A, B e C, o projeto de pesquisa foi submetido ao CEP da Unisinos<sup>9</sup>. A aprovação<sup>10</sup> foi concedida aproximadamente um mês depois.

### **3.2.3 Equipamentos de gravação**

Tendo recebido a aprovação do projeto de pesquisa, iniciei a organização dos equipamentos de gravação, os quais foram emprestados pela Escola da Indústria Criativa da Unisinos. O material era composto por: um gravador de voz, uma câmera filmadora, uma bateria

---

<sup>9</sup> Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: 66007617.9.0000.5344.

<sup>10</sup> Número do parecer substanciado: 2.031.426.

extra para a câmera filmadora e um tripé. Tendo em vista o pequeno número de participantes em um interrogatório policial, não foi necessário utilizar uma quantidade maior de equipamentos.

Antes das saídas a campo, preocupei-me em testar e manusear todo material, de maneira a evitar contratempos nos momentos de gravação dos dados. Além disso, mantinha a câmera com as duas baterias carregadas em todas as sessões, levando sempre pilhas extras para o gravador de voz.

### **3.2.4 Saídas a campo**

As saídas a campo para a geração de dados iniciaram ainda no mês de abril de 2017 e se estenderam até janeiro de 2018. Esse longo período se deu em razão de os interrogatórios policiais não seguirem uma agenda fixa, visto que acontecem de acordo com a demanda de cada DP (existem dias, por exemplo, em que acontecem dois ou mais interrogatórios em uma única Delegacia; por outro lado, há semanas nas quais não acontece um único interrogatório). Além disso, como muitos interrogatórios costumam ser agendados “em cima da hora”, acontecia de eu estar comprometida com outras atividades e, portanto, de não poder me deslocar até as Delegacias naquele momento.

Para que eu pudesse ficar sabendo dos interrogatórios, os policiais investigadores faziam contato comigo por meio de telefone e/ou aplicativo de celular. Por vezes, eu tinha de me deslocar imediatamente até as Delegacias (especialmente no caso da DP C, onde a demanda de interrogatórios era maior). Assim, os equipamentos de gravação estavam sempre preparados, e as cópias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (doravante TCLE)<sup>11</sup>, sempre impressas para qualquer possibilidade de interrogatório. Entretanto, também acontecia de eu ser avisada do interrogatório um ou dois dias antes da data de sua realização, o que facilitava a minha organização.

Sempre que possível, eu chegava às DPs meia hora antes do início do interrogatório. Dessa forma, era possível evitar contratempos e deixar os equipamentos posicionados na sala onde o evento aconteceria. Porém, por vezes, os policiais, por estarem envolvidos com outras demandas, demoravam a me chamar; assim, eu acabava esperando pelo horário do interrogatório na sala de recepção, muitas vezes ao lado do próprio interrogado. Apesar disso, os policiais sempre me chamavam minutos antes de solicitarem que o interrogado entrasse. Assim, eu tinha um tempo, mesmo que mínimo, para posicionar os equipamentos e separar os TCLEs.

---

<sup>11</sup> O TCLE encontra-se no Apêndice B. Faz-se importante destacar que todas as pessoas que aceitaram participar deste estudo assinaram o TCLE em duas vias, ficando com uma delas para si.

Todas as salas onde os interrogatórios gravados foram realizados tinham uma disposição parecida: uma mesa com computador na qual os policiais ficavam e, de frente para ela, uma ou mais cadeiras para os interrogados, seus advogados e acompanhantes (estes últimos tinham de comparecer no caso de os interrogados serem menores de idade). Trata-se de uma disposição similar à de um escritório, conforme se pode visualizar na Fotografia 3.

Fotografia 3 - Sala do interrogatório policial (Delegacia de Polícia C)



Fonte: Registrada pela autora.

Sempre tentei posicionar o tripé com a câmera em algum lugar que não atrapalhasse a movimentação das pessoas e que desse conta de enquadrar todos os participantes da pesquisa. Apesar de eu ter atentado para o meu posicionamento mais próximo da câmera, de modo a poder acompanhar a gravação e não aparecer na filmagem, acabei aparecendo em alguns vídeos, em razão de não haver outro local para me posicionar na sala de determinados interrogatórios.

Quanto ao gravador de voz, sempre o deixei sobre a mesa dos policiais, fator que proporcionou uma boa qualidade de áudio às gravações. Além disso, deixando-o sobre a mesa, tornou-se possível saber o exato momento em que os policiais exerciam a ação de digitação no computador – no caso das gravações realizadas apenas em áudio, esse aspecto foi bastante pertinente.

Quando do posicionamento dos equipamentos de gravação nas salas dos interrogatórios, os policiais que o conduziam geralmente já se encontravam no recinto. Isso permitiu que eu



conversasse rapidamente com eles, de forma a explicar-lhes a pesquisa (no caso de eu ainda não ter tido a oportunidade de fazê-lo), pedir-lhes autorização para gravá-los e entregar-lhes o TCLE, para que pudessem ler e assinar as duas vias do documento<sup>12</sup>. Faz-se relevante destacar que nenhum policial investigador recusou sua participação no estudo – pelo contrário, todos mostraram-se entusiasmados e ansiosos pelos resultados da pesquisa.

Ao longo desse momento de preparação dos equipamentos de gravação nas salas dos interrogatórios, os policiais investigadores também me explicavam detalhes sobre os crimes dos quais os interrogados estavam sendo acusados. Por vezes, mostravam-me também provas já apuradas (vídeos de câmeras de segurança e imagens que integravam o inquérito, por exemplo).

No momento em que os interrogados eram chamados para as salas e antes de os policiais darem início aos interrogatórios, eu me apresentava aos acusados e, utilizando-me de uma linguagem simples e clara, explicava-lhes sobre a pesquisa e sobre os riscos associados à sua participação no estudo; entregava-lhes o TCLE para leitura; e, por fim, perguntava se eles aceitavam fazer parte da pesquisa e ser gravados em áudio e/ou vídeo. Destaco que alguns policiais, por conta própria, auxiliavam-me nessa parte, afirmando aos interrogados que eu não iria comprometê-los, ou enfatizando que eu era uma estudante e pesquisadora, e não da polícia.

Alguns interrogados prontamente autorizaram a sua participação e a gravação nas duas modalidades (áudio e vídeo), assinando o TCLE. Outros se mostraram preocupados com a questão de serem gravados em vídeo – um deles inclusive revelou que, se o seu depoimento em vídeo chegasse às mãos de determinadas pessoas, ele correria risco de morte. À vista disso, propus que a gravação fosse realizada apenas em áudio. Sob essa condição, alguns aceitaram participar do estudo. Outros interrogados não autorizaram a sua participação na pesquisa sob nenhuma condição, desejo esse que foi prontamente atendido.

No caso de os interrogados terem sido acompanhados de advogado de defesa e/ou acompanhante maior de idade, a pesquisa também era explicada a eles, os quais também necessitavam autorizar a sua participação no estudo. Os advogados e acompanhantes não se opuseram em participar da pesquisa – muitas vezes, inclusive, eram consultados pelos interrogados, que estavam em dúvida sobre participar ou não do estudo.

Após esse processo, eu ligava os equipamentos de gravação, e os policiais davam início ao interrogatório. Nas DPs A e B, dois policiais investigadores conduziam o interrogatório: um

---

<sup>12</sup> No caso de um policial já ter recebido o TCLE e autorizado a sua participação na pesquisa, esse processo não era repetido. Nesse contexto, cabe ressaltar que os policiais para quem eu ainda não havia explicado a pesquisa já tinham conhecimento do estudo, uma vez que me viam, com alguma frequência, nas Delegacias. Além disso, no caso da Delegacia de Polícia C, todos os colaboradores sabiam da pesquisa, pois foi pauta de reunião. Mesmo assim, eu não hesitava em explicar-lhes o estudo e em responder todas as dúvidas concernentes à sua participação.

escrivão de polícia, que realizava as perguntas sobre a pessoa do interrogado e, ainda, a ação de digitação de todas as informações no relatório; e um delegado de polícia, que realizava as perguntas sobre os fatos do crime ao interrogado. Na DP C, a participação dos policiais variava bastante. Na maioria das vezes, o interrogatório era conduzido por apenas um policial investigador, que tinha de interrogar e realizar a ação de digitação das informações no computador ao mesmo tempo. Houve sessões, contudo, em que até três policiais participaram simultaneamente. De modo geral, os policiais que conduziam os interrogatórios na DP C consistiam em delegado de polícia, comissário de polícia, inspetores e escrivães<sup>13</sup>.

Faz-se importante ressaltar que, apesar de eu reconhecer a importância de observar algumas interações antes de iniciar a etapa de gravação, de modo que os interagentes ficassem mais acostumados com a minha presença no local, no caso dos interrogatórios policiais, eu já iniciei o processo de geração de dados com a gravação (e concomitante com a observação e as notas de campo). Isso se justifica devido ao fato de os interrogatórios sempre contarem com acusados diferentes e, por vezes, policiais investigadores diferentes. Em razão disso, as primeiras interações gravadas também não foram descartadas deste estudo<sup>14</sup>.

Quanto ao caráter naturalístico dos dados, os interrogados participantes deste estudo tinham uma preocupação maior que a de serem gravados: a de serem interrogados pela polícia na condição de acusados por crimes. À vista disso, poucos se mostraram orientados a mim ou aos equipamentos de gravação. Os policiais, por sua vez, tinham o compromisso de interrogar e, além disso, de produzir um documento oficial. Assim, mostraram-se ainda menos orientados a mim ou aos recursos de gravação.

Ao final dos interrogatórios, os policiais investigadores imprimiam os relatórios nos quais as informações fornecidas pelos interrogados estavam registradas, assinavam-no e solicitavam que os interrogados, assim como os advogados de defesa e os acompanhantes, realizassem a leitura e, se estivessem de acordo, assinassem o documento. Todos os participantes das interações gravadas assinaram esses registros – alguns, inclusive, sem realizar a leitura. Depois de assinados os documentos, o interrogatório era finalizado.

Dos dez interrogatórios gravados, apenas três tiveram a participação de advogados de defesa dos interrogados. Em dois desses três interrogatórios, os interrogados usufruíram de seu direito constitucional ao silêncio, não respondendo às perguntas feitas pelos policiais no que tange aos fatos do crime. Em oito dos dez interrogatórios gravados, os acusados optaram

---

<sup>13</sup> Na análise dos excertos de fala de todas as Delegacias, optamos por identificar os delegados, os comissários, os inspetores e os escrivães de polícia como policiais investigadores, ou, simplesmente, policiais ou investigadores.

<sup>14</sup> O descarte das primeiras interações gravadas se constitui uma prática comum entre pesquisadores da AC. Isso acontece para que os dados gravados sejam os mais naturalísticos possíveis.

por declarar a sua versão sobre os fatos. No Quadro 2, há um registro de todos os interrogatórios gravados para esta pesquisa.

Quadro 2 - *Corpus* total da pesquisa

	DATA	DP	GRAVAÇÃO	PARTICIPANTES	CRIME	DURAÇÃO
1 <sup>15</sup>	26/04/2017	B	Áudio	Dois policiais; interrogado; advogado.	Homicídio doloso e racha	00:08:11
2 <sup>16</sup>	26/04/2017	B	Áudio	Dois policiais; interrogado; advogado.	Homicídio doloso e racha	00:12:34
3	02/05/2017	C	Áudio	Um policial; interrogado.	Tentativa de homicídio	00:18:27
4	11/05/2017	C	Áudio	Três policiais; Interrogado.	Estelionato	00:17:30
5	24/05/2017	A	Áudio	Um policial; uma policial; interrogado.	Roubo seguido de lesões	00:09:55
6	01/06/2017	C	Áudio e vídeo	Um policial; acompanhante; interrogado menor.	Roubo	00:11:54
7	01/06/2017	C	Áudio e vídeo	Um policial; interrogado.	Posse e tráfico de drogas; agressão física	00:32:13
8	01/06/2017	C	Áudio e vídeo	Um policial; interrogada.	Agressão física	00:31:53
9	05/01/2018	C	Áudio e vídeo	Um policial; interrogado.	Homicídio doloso	00:20:32
10	18/01/2018	C	Áudio e vídeo	Um policial; advogado; interrogado.	Tentativa de homicídio	00:31:04
<b>CORPUS TOTAL:</b>			<b>10 interrogatórios policiais gravados</b>			<b>03:14:13</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>15</sup> Nessa interação, o interrogado usufruiu de seu direito constitucional de permanecer em silêncio.

<sup>16</sup> Nessa interação, o interrogado usufruiu de seu direito constitucional de permanecer em silêncio.

Como se pode observar, a maior parte dos interrogatórios aconteceu na DP C – como já informado, trata-se de uma Delegacia localizada em uma cidade com um número maior de habitantes em relação às cidades onde se localizam as DPs A e B. É possível observar, também, que os interrogados participantes deste estudo responderam a diferentes tipos de crimes, de proporções distintas.

O tempo de duração dos interrogatórios gravados para este estudo, como consta no Quadro 2, variou entre cerca de oito e trinta e dois minutos. Entendo que essa variação tenha decorrido de variados fatores, dentre eles: (1) o gozo do direito ao silêncio por parte dos acusados; (2) o tipo e a quantidade de crimes pelos quais os interrogados responderam; (3) o modo de condução dos interrogatórios pelos policiais investigadores; e (4) a extensão das respostas dos interrogados.

Faz-se necessário explicitar que, em duas ocasiões em que me desloquei às DPs, os acusados não compareceram aos interrogatórios agendados. De acordo com os policiais, a ausência é comum nesses contextos. No entanto, apesar de essas situações impedirem a gravação de interrogatórios, não deixei de gerar dados de pesquisa, uma vez que, ao esperar pelos acusados, pude observar as práticas organizacionais que permeiam o contexto investigado.

A seguir, apresento a Organização Estrutural Geral (DREW; HERITAGE, 1992<sup>17</sup>) que identifiquei no evento interacional de análise.

#### 3.2.4.1 Organização Estrutural Geral

A Organização Estrutural Geral consiste, segundo Drew e Heritage (1992), em uma das dimensões interacionais que permeiam a fala institucional<sup>18</sup>. Trata-se de um conjunto composto por diferentes fases “[...] que emergem caracteristicamente em uma ordem em particular”. (BÖHM, 2018, p. 42). Apesar de possuir uma regularidade, a Organização Estrutural Geral é suscetível às contingências de cada interação. (DEL CORONA, 2011).

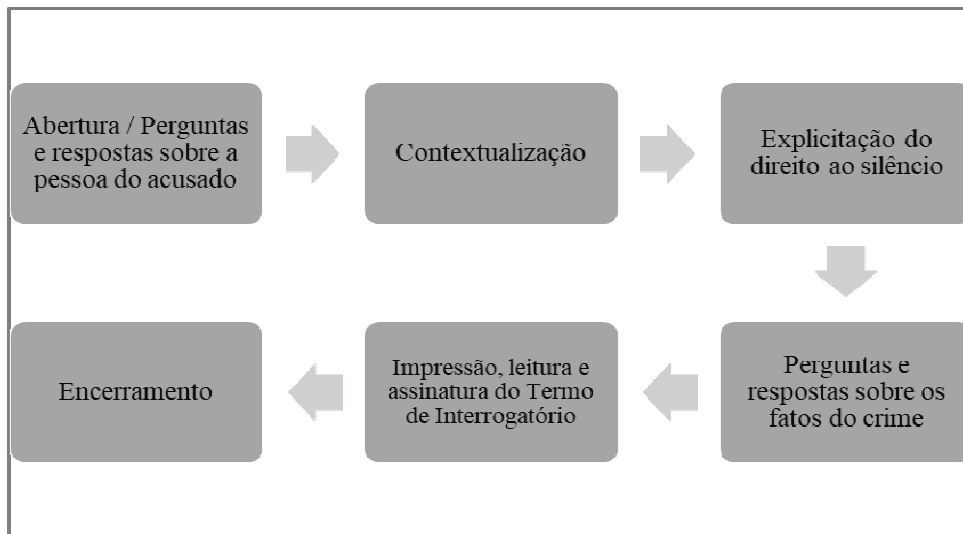
Nos interrogatórios policiais analisados para este estudo, identifiquei a seguinte Organização Estrutural Geral:

---

<sup>17</sup> “Overall structural organization”.

<sup>18</sup> As demais dimensões interacionais que permeiam a fala institucional dizem respeito à organização sequencial, à epistemologia social e às relações sociais, às escolhas lexicais e ao formato do turno. (DREW; HERITAGE, 1992).

Figura 4 - Organização Estrutural Geral dos interrogatórios policiais



Fonte: Elaborada pela autora.

Logo que era conduzido o interrogado – acompanhado ou não de seu advogado de defesa – à sala de inquirição, iniciava-se a fase de abertura do interrogatório policial, caracterizada pelas perguntas e respostas sobre a pessoa do interrogado<sup>19</sup>. Essas informações pessoais, de acordo com as respostas, eram registradas pelo policial no início do Termo de Interrogatório. Como já explicado, o investigador aproveitava para conferir se as informações declaradas estavam de acordo com aquelas que constavam no registro do portal da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS) e, caso não estivessem, o policial realizava a atualização desses dados no site. No fragmento a seguir, exemplifico essa fase:

Excerto 9: DPB\_denis\_miguel\_josé\_ALICIO\_26\_04\_2017

```

01 POL:    endereço profissional
02          (1.0)
03 INT:    profissional no momento não=
04 POL:                                =não está trabalhando
05          no momento
06          (3.7)
07 POL:    tem apelido o::: alicio
  
```

Na fase de contextualização, o policial explicitava a circunstância pela qual o seu interlocutor estava sendo interrogado, como se pode observar no fragmento a seguir:

<sup>19</sup> Como visto anteriormente, as perguntas e respostas sobre a pessoa do interrogado consistem na “primeira parte do interrogatório” segundo a Lei 10.792/2003. (BRASIL, 2003).



11 INT: olha o único que eu discuti foi só com ^um guri  
 pol ^digita-->>  
 12 ainda (.) e que eu [conhe ]ço  
 13 POL: [°>mhm<°]

Na sequência, o policial concluía o registro das informações no Termo de Interrogatório, imprimia o documento em duas vias, assinava-as e as entregava ao interrogado (e, se fosse o caso, ao seu advogado de defesa) para leitura e conferência das informações registradas e posterior assinatura. Uma das vias – a que integraria o inquérito – permanecia com a polícia, e a outra era entregue ao interrogado. Feito isso, o interrogatório policial era encerrado, e o acusado (acompanhado ou não por advogado) retirava-se da sala.

Como já explicado, a Organização Estrutural Geral é suscetível às contingências de cada nova interação. (DEL CORONA, 2011). No caso dos interrogatórios policiais, por vezes, a ordenação das fases apresentadas na Figura 1 diferia: iniciava-se com a contextualização e passava-se para a explicitação do direito ao silêncio, para que então as perguntas sobre a pessoa do interrogado fossem realizadas. Entretanto, é importante esclarecer que o interrogado não tinha o direito de permanecer calado quando lhes eram perguntadas informações pessoais (endereço, profissão etc.). Esse direito era somente concedido para as perguntas referentes ao fato ocorrido. Além disso, quando o interrogado estava acompanhado de um advogado, concedia-se à defesa o direito de pronunciamento ao final das perguntas sobre os fatos do crime. Nesse momento, o advogado tinha a oportunidade de levantar alguma questão que não fora abordada nas perguntas do policial.

Cabe ressaltar que, embora eu tenha identificado as diferentes fases que integram a Organização Estrutural Geral dos interrogatórios policiais, o objeto de análise desta dissertação consiste nas perguntas e respostas concernentes aos fatos do crime. Não descarto, contudo, a possibilidade de abranger as outras fases em estudos futuros.

### 3.2.5 Registro sistemático das saídas a campo

Todas as saídas para gerar dados de pesquisa foram também registradas por meio de notas de campo, mesmo quando não aconteceram registros em áudio e vídeo. Essas notas integraram tudo o que eu considerei relevante durante o processo de observação: aspectos organizacionais, contextualização sobre os crimes pelos quais os interrogados estavam sendo acusados, problemas técnicos de gravação, bem como gestos dos policiais e dos interrogados ao longo de interrogatórios gravados apenas em áudio. Em relação a este último item, obviamente, não foi

possível registrar todas as ações corporificadas realizadas pelos participantes dos interrogatórios gravados apenas em áudio. Por isso, tomei nota apenas daquelas que julguei significativas para a interação. Essas ações não verbais (como, por exemplo, assentimento com a cabeça) se mostraram imprescindíveis na análise, pois a ausência desse registro implicaria maiores limitações para o trabalho analítico e, portanto, para o estudo como um todo.

Todas as notas de campo foram digitadas e arquivadas por mim em um computador. As anotações concernentes aos interrogatórios observados foram salvas no mesmo arquivo da transcrição da interação em questão. É importante destacar que, em grande parte das vezes em que eu voltava das Delegacias, já realizava a digitação das anotações. Costumava fazer isso para não perder nenhuma informação relevante, pois, ao longo da digitação, eu conseguia me lembrar de outros elementos importantes que foram observados, mas que não haviam sido registrados.

### **3.2.6 Fonte documental: Termo de Interrogatório**

Conforme já explicitado, durante o interrogatório, a polícia registra as informações buscadas em um relatório que é produzido concomitantemente às sequências de perguntas e respostas. Os relatórios correspondentes aos interrogatórios gravados foram solicitados à polícia, em razão de integrarem uma importante fonte documental para este estudo e para possíveis investigações futuras. Por meio desses documentos, por exemplo, foi possível consultar informações que, nas gravações realizadas, não tinham ficado muito claras, devido a diferentes fatores, tais como um som com ruído e/ou uma fala com volume mais baixo.

Como essa solicitação aconteceu posteriormente a algumas interações gravadas<sup>21</sup>, dos dez interrogatórios que integram o *corpus* deste estudo, sete possuem relatórios correspondentes. Os demais não foram localizados pela polícia, tendo em vista que não havia informações suficientes para buscá-los, como o número do boletim de ocorrência e/ou o registro geral do interrogado. Contudo, dois dos três relatórios que não foram obtidos contemplam interações nas quais os interrogados optaram por usufruir de seu direito de permanecer em silêncio; por isso, é possível afirmar que a falta de apenas um desses três relatórios não resulte em uma restrição para este estudo.

Em relação ao processo de elaboração de tais registros, pude perceber que inexistiu uma padronização referente ao título desses documentos entre as DPs investigadas. Na DP A, por exemplo, usa-se *Termo de Declarações*, ao passo que, na DP C, além de *Termo de Declarações*, alguns policiais investigadores utilizam *Termo de Interrogatório* e *Termo de*

---


<sup>21</sup> Essa solicitação aconteceu posteriormente à Banca de Qualificação de Mestrado.



*Informação* como título do documento. Também observei que, na DP C, os títulos desses documentos variavam de acordo com o policial que conduzia o interrogatório<sup>22</sup>. Quanto à DP B, não consegui os relatórios correspondentes às gravações.

A título de exemplificação, a Fotografia 4, a seguir, corresponde ao relatório de um dos interrogatórios gravados:

Fotografia 4 - Termo de Interrogatório<sup>23</sup>

  
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
 POLÍCIA CIVIL  
 DELEGACIA DE [redacted]

**TERMO DE INTERROGATÓRIO**

Aos [redacted] do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de [redacted], do Estado do Rio Grande do Sul, na Delegacia de Polícia, presente o(a) Senhor(a) [redacted], Delegado de Polícia, comigo, [redacted] servindo como Escrivão, compareceu:

Nome: [redacted]  
 RG: não apresentou. Alcunha: [redacted]  
 Filiação: [redacted] e [redacted]  
 Nacionalidade: **Brasileira**, Naturalidade: [redacted]  
 Idade: [redacted], Data de Nascimento: [redacted]  
 Religião: [redacted]  
 Profissão: [redacted]  
 Estado civil: [redacted]  
 Instrução [redacted]  
 Residente em: Rua [redacted], bairro [redacted], fone [redacted].

Cientificado dos seu Direitos Constitucionais, sobre as acusações a que lhe são impostas, passou a declarar o que segue com relação a CO nº [redacted]: Manifesta o desejo de declarar o que segue em relação a ocorrência em que lhe acusam de tentativa de homicídio, se diz inocente. Diz que não esfaqueou ninguém. Diz que na data dos fatos, estava na festa que se realizava na danceteria [redacted], sendo que junto com o depoente estava a sua companheira [redacted] e seus tios e seus primos e amigos. Diz que não se envolveu em nenhuma confusão apenas discutiu com [redacted], sem gravidade. Diz que saiu da festa por volta das 4h30min, quando terminou. Foi embora com sua tia, sua companheira e seus primos. Diz que seu primo [redacted], mora próximo ao [redacted], no [redacted] de [redacted]. Que o [redacted] não comentou nada com o depoente e que o depoente está tranquilo quanto a essa acusação, uma vez que não tem nada com o fato. Não sabe a razão de ser acusado do fato. Nada mais havendo a constar e após lido e achado conforme, segue por todos assinado.

Autoridade: [redacted]  
 Interrogada: [redacted]  
 Escrivão: [redacted]

Rua [redacted] - CEP [redacted] Fone: [redacted]

Fonte: Delegacia de Polícia C.

<sup>22</sup> Nesta dissertação, optamos por chamá-lo de *Termo de Interrogatório*, tendo em vista o foco analítico deste estudo.

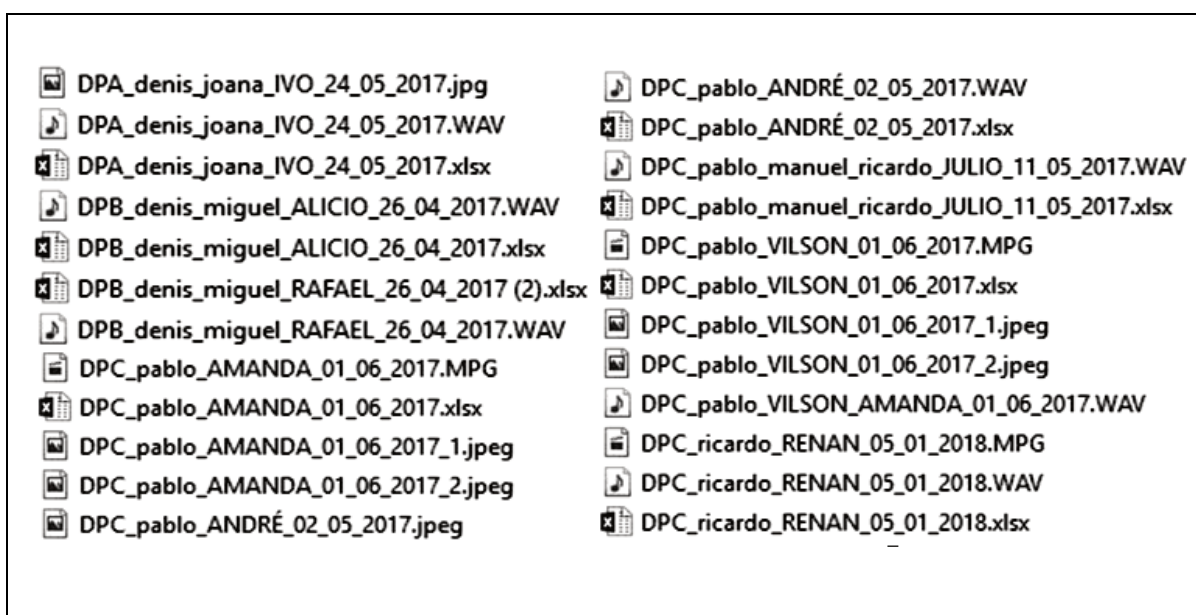
<sup>23</sup> Para a preservação do anonimato dos participantes e do local, tarjas foram colocadas sobre algumas informações.

Como se pode visualizar na Fotografia 4, no Termo de Interrogatório, constam as informações sobre a pessoa do interrogado, assim como os dados por ele fornecidos acerca do crime pelo qual está sendo investigado. Ao final, há um espaço para a assinatura de todas as pessoas que participaram do interrogatório. Esse documento passa, assim, a integrar o último procedimento do inquérito policial.

### 3.2.7 Codificação dos dados gerados

Os dados que integram as gravações em áudio e/ou vídeo, as transcrições das interações, as notas de campo e os relatórios dos interrogatórios gravados foram codificados de maneira padronizada, para que fosse possível localizá-los a posteriori. Assim, para identificar a Delegacia correspondente ao dado gerado, utilizei a abreviatura DP, seguida da letra da Delegacia em questão (por exemplo, DPA). Em seguida, constam os nomes dos interagentes separados por um *underline*, sendo que o nome do interrogado é o último, escrito em letras maiúsculas (por exemplo, denis\_joana\_IVO). Por último, consta a data na qual o interrogatório foi realizado (por exemplo, 24\_05\_2017). Assim, o dado completo fica representado da seguinte maneira: DPA\_denis\_joana\_IVO\_24\_05\_2017. Na Figura 5, é possível visualizar, na íntegra, a sistemática da codificação dos dados gerados:

Figura 5 - Codificação dos dados gerados



Fonte: Elaborada pela autora.

Através dessa codificação, é possível localizar um dado referente a uma interação por meio da busca da DP, do nome dos interagentes e/ou da data do interrogatório. Além disso, com todos os dados no mesmo local, torna-se simples a busca por áudios (.WAV), vídeos (.MPG), transcrições (.xlsx), notas de campo (.xlsx) e relatórios (.jpeg).

### 3.3 TRANSCRIÇÃO DAS INTERAÇÕES GRAVADAS

Partindo do pressuposto de que a transcrição dos dados não se limita à transformação de um texto oral em um documento escrito, uma vez que se deve respeitar a infinidade de convenções que apontam as diferentes ocorrências presentes em uma conversa (SILVA; ANDRADE; OSTERMANN, 2009), as interações, após serem gravadas em áudio e/ou vídeo, foram integralmente transcritas de acordo com as convenções propostas por Jefferson (1984)<sup>24</sup>, traduzidas e adaptadas pelo grupo FEI, com marcações sugeridas pelo GAT<sup>25</sup> (SELTING et al., 2011). Para as interações gravadas em vídeo, foi utilizado, ainda, o sistema de transcrição multimodal proposto por Mondada (2014)<sup>26</sup>, traduzido e adaptado pelo mesmo grupo de pesquisa, de forma a transcrever as ações corporificadas dos interagentes.

Destacamos que os elementos que compõem uma conversa não dizem respeito apenas à fala em si, mas também a suspiros, pausas, sobreposições de fala, gestos, olhares, dentre outros recursos semióticos. Assim, é possível afirmar que a transcrição consiste em uma ferramenta que permite que outras pessoas, que não possuem acesso às interações gravadas em áudio e/ou vídeo, possam acessá-las da forma mais fidedigna possível – ainda que se reconheça que a transcrição é apenas uma “representação” da interação registrada.

Faz-se importante esclarecer que, nas transcrições, optamos por utilizar as iniciais POL e INT para identificar o policial e o interrogado, respectivamente. Além disso, nos capítulos de análise, apesar de termos inserido nomes dos participantes no momento em que contextualizamos as interações, trata-se de pseudônimos. No caso das gravações em vídeo, as imagens que constam nas transcrições foram propositalmente borradas, de maneira a preservar a identidade dos participantes da pesquisa

---

<sup>24</sup> As convenções de transcrição constam no Apêndice C.

<sup>25</sup> GAT é o acrônimo de “Gesprächsanalytisches Transkriptionssystem” (Sistema de Transcrição de Análise da Conversa e do Discurso).

<sup>26</sup> As convenções de transcrição multimodal constam no Apêndice D.

#### **4 A BUSCA POR INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES POR MEIO DE PERGUNTAS DE FORMATOS ABERTO E FECHADO**

Como inexitem, no contexto interacional investigado, manuais que abarquem formas de interrogar, entende-se que a polícia tem livre-arbítrio na escolha dos formatos das perguntas ao inquirir suspeitos acusados por crimes. Dessa maneira, propomo-nos, aqui, a analisar as implicações interacionais dos formatos das perguntas utilizados pelos policiais na busca por informações acerca dos crimes sob investigação.

Como exposto na revisão de literatura, Kidwell (2009) classifica os formatos da prática de perguntar em aberto e fechado. Segundo ela, as respostas às perguntas de formato aberto são normalmente constituídas de várias UCTs, ao passo que as respostas que podem ser consideradas suficientes às perguntas de formato fechado compõem-se de apenas um item lexical. (KIDWELL, 2009). Faz-se oportuna, aqui, uma alusão ao que se pensa sobre esses formatos da prática de perguntar em termos de senso comum. À vista disso, costuma-se ouvir que as perguntas abertas, por não controlarem o que está por vir (PERGUNTAS..., 2016), “permitem e induzem à obtenção de respostas com mais informações” (LELUDDAK, [2018?]) e detalhamento. (COSTA, 2014). Ouve-se falar, também, que as perguntas fechadas não possuem grande eficácia na busca por informações (O QUE SÃO..., 2017) e mobilizam respostas de curta extensão, como “sim” ou “não”. (COSTA, 2014).

Diante disso, questionamo-nos: será mesmo que as perguntas de formato aberto são as mais eficazes na busca por informações, em qualquer contexto interacional e sequencial? Neste capítulo, debruçamo-nos, também, a buscar respostas a esses questionamentos.

Isto posto, passamos à análise de perguntas de formatos aberto e fechado, por meio das quais os policiais desempenham ações que visam à busca por informações sobre os crimes pelos quais os interrogados estão sendo acusados. Destacamos que, no que concerne às perguntas de formato aberto, consideramos: (1) as *Perguntas de Busca Aberta*; (2) as *Perguntas QU- de Contar* e (3) as *Perguntas QU- de Tipo Específico*. Às perguntas de formato fechado, integramos as *Perguntas Polares*.

#### 4.1 “TÁ E AQUELA MACONHA QUE TINHA NA TUA CASA LÁ?”: A BUSCA POR INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES POR MEIO DE *PERGUNTAS DE BUSCA ABERTA*

Esta seção destina-se à análise de fragmentos de fala-em-interação nos quais os policiais se utilizam de *Perguntas de Busca Aberta* durante a prática de interrogar suspeitos acusados por crimes. Tais perguntas, como já mencionado, não integram pronomes interrogativos em sua composição. Além disso, não delimitam respostas específicas como 2PP, tornando relevante que os interrogados, em seus turnos responsivos, discorram livremente a respeito do que lhes é perguntado na 1PP.

O primeiro excerto de fala desta seção contempla uma interação gravada apenas em áudio, cujos participantes são Manuel, policial (POL), e Júlio, suspeito acusado de estelionato (INT). Salientamos que, apesar de outros policiais integrarem o interrogatório em questão, no fragmento analítico aqui escolhido, só se tem a interação dos dois participantes mencionados acima.

Segundo as investigações, o INT teria realizado a compra de uma arma de pressão em uma loja de pesca com um cheque falso. Imagens da câmera de segurança da loja, que registraram a ação do crime, integram o inquérito policial.

A sequência interacional iniciada no Excerto 13 acontece próximo ao final do interrogatório. Faz-se relevante salientar que, em nenhum momento anterior na interação, fala-se em “maconha”. Entretanto, conforme nos foi relatado pela polícia, no dia anterior ao interrogatório, os policiais haviam realizado buscas na residência do INT e encontrado maconha no local.

##### Excerto 13: DPC\_pablo\_manuel\_ricardo\_JÚLIO\_11\_05\_2017

01	(27.6)
02 POL:	-> tá e aquela maconha que tinha na tua casa ↑lá
03	(1.1)
04 POL:	é ↑tua (.) tu é usuá↑rio
05	(0.4)
06 INT:	sim.
07	(1.5)
08 INT:	de vez em quando eu ↓fumo
09	(0.9)
10 INT:	mas tinha um: baseadinho
11	(2.8)

Como se pode observar, a pergunta realizada pelo POL (l. 02) inicia uma nova sequência. Por meio de uma *Pergunta de Busca Aberta*, ele realiza uma ação que, além de buscar uma informação, opera como um pedido de contação/elaboração sobre a maconha encontrada na casa do INT: *tá e aquela<sup>1</sup> maconha que tinha na tua casa ↑lá*. Observamos, contudo, que o INT não toma o turno em resposta e, portanto, não se alinha ao POL.

Possivelmente orientado para o silêncio do INT, o POL, então, toma o turno novamente, após pouco mais de um segundo: *é ↑tua (.) tu é usuá↑rio*. Observamos que o pedido de informação, por meio de uma *Pergunta de Busca Aberta* (l. 02), passa a ser especificado através de duas *Perguntas Polares*, que, nesse caso, também podem ser classificadas como *Perguntas em Cascata*. (CLAYMAN; HERITAGE, 2002<sup>2</sup>). Como explicam Clayman e Heritage (2002, p.757<sup>3</sup>), *Perguntas em Cascata* referem-se a uma série de perguntas<sup>4</sup> que integram um único turno de fala e aludem ao mesmo tema: “[...] perguntas em cascata envolvem diferentes versões do que ostensivamente é a mesma pergunta”. Apesar de, no Excerto 13, haver uma micropausa entre as duas perguntas elaboradas pelo POL (l. 04), trata-se de uma micropausa de apenas um décimo de segundo, o que nos permite colocá-la entre as duas perguntas dentro do próprio turno de fala do POL.

Realizadas as perguntas na linha 04, o INT, depois de uma pausa de quatro décimos de segundo, alinha-se ao POL, de modo a prover uma confirmação: *sim*. (l. 06). Embora esse “sim” possa servir como confirmação às duas perguntas feitas pelo POL, até porque as duas tratam do mesmo tema, conforme explica Sacks (1987), quando duas perguntas ocupam um mesmo turno de fala, costuma-se responder primeiramente à segunda, de modo que a preferência pela contiguidade interacional seja preservada. Apesar de, na linha 06, não haver duas respostas às perguntas realizadas pelo POL, tendo em vista a preferência pela contiguidade – isto é, considerando o “sim” do INT como responsivo à segunda pergunta (*tu é usuá↑rio*) –, podemos inferir a resposta da primeira (*é ↑tua*). Em outras palavras, o INT, ao confirmar ser usuário, permite a depreensão de que a maconha encontrada em sua residência lhe pertence.

Após um segundo e meio, ao informar, na linha 08, a frequência com a qual fuma (*de vez em quando eu ↓fumo*), o INT atenua a confirmação anteriormente fornecida à pergunta *tu é usuá↑rio*, isso porque a locução adverbial “de vez em quando” indica uma atividade

<sup>1</sup> O pronome demonstrativo “aquela”, de função dêitica, faz referência a um elemento extralinguístico, situando o item a ser tratado na pergunta (a maconha, no caso).

<sup>2</sup> “Question cascade”.

<sup>3</sup> “[...] question cascade involves different versions of what is ostensibly the same question”.

<sup>4</sup> Clayman e Heritage (2002) exemplificam o fenômeno de *Perguntas em Cascata* apresentando séries de duas e três perguntas.

não muito frequente. Depois de quase um segundo, ao acrescentar *mas tinha um: baseadinho* (l. 10), o INT evidencia, por meio de um turno de fala composto por um item lexical amenizador (“baseadinho”, no singular e no diminutivo), que a quantidade de maconha encontrada não era expressiva, circunstância que corrobora a frequência ocasional com que fuma: ter apenas “um baseadinho” em sua residência vai ao encontro da prática de fumar “de vez em quando”. Além disso, *mas tinha um: baseadinho* pode ser uma justificativa que permite distanciá-lo da acusação de um crime maior, como o de tráfico de drogas<sup>5</sup>.

As informações alcançadas ao longo do Excerto 13 decorrem do percurso interacional ocasionado pela sequência de perguntas realizadas pelo POL. A *Pergunta de Busca Aberta*, por não alcançar uma ação responsiva por parte do INT, é sucedida por duas *Perguntas Polares* (formato fechado), que se mostram eficazes devido ao fato de mobilizarem ações responsivas de provimento de confirmação. Depreendemos, assim, que é a partir do estreitamento de uma pergunta de formato aberto para perguntas de formato fechado que o POL consegue alcançar a informação que buscava desde o início da sequência interacional.

Os Excertos 14 e 15 contemplam um interrogatório gravado em áudio e vídeo. A interação teve a participação do policial Pablo (POL) e da interrogada acusada de agressão física, Amanda (INT). Amanda é interrogada devido ao conteúdo de um vídeo que circulara por meio de um aplicativo de celular e que chegara às mãos da polícia. Conforme relatado pelos policiais, no vídeo, a INT aparece batendo, com a lateral de um “facão”, em dois jovens, que estavam amarrados e despidos. De acordo com as investigações, o companheiro da INT teria gravado o vídeo.

Esclarecemos que, em linhas anteriores às dos excertos de fala aqui apresentados, a INT relata que o episódio gravado no vídeo é consequência de uma sucessão de fatos ocorridos anteriormente. De acordo com a INT, tudo começou quando ela e seu companheiro saíram de carro para buscar a sua filha e uma colega (ambas com cerca de 13-14 anos) em um clube de vôlei. A INT explica que, chegando ao local, viram que as meninas estavam chorando em razão de terem sido assaltadas minutos antes: dois jovens, de bicicleta, apontaram-lhes uma arma e tomaram-lhes os telefones celulares.

Ela relata que, depois que as meninas entraram no carro, seu companheiro Wilson, que estava conduzindo o veículo, foi em busca dos dois jovens. Reconhecidos pelas garotas, os dois foram encontrados juntos, descendo uma rua de bicicleta. Segundo a INT, seu

---

<sup>5</sup> Em conformidade com a Lei 11.343/2006 (BRASIL, 2006), no Brasil, quando uma pessoa é encontrada em posse de uma quantidade expressiva de drogas ilícitas, mesmo sem ser vista comercializando-as, passa a responder pelo crime de tráfico de drogas.

companheiro conseguira alcançar um deles<sup>6</sup>, colocando-o no carro<sup>7</sup>. A INT ainda explica que, depois de ser capturado por Vilson, o jovem teve de indicar o trajeto à residência de seu comparsa (o qual havia conseguido fugir). Vilson, então, conseguiu chegar até o outro garoto, que, de acordo com a INT, foi encontrado ainda na rua. A INT ainda justifica que, nessa segunda abordagem, ela não estava mais presente, pois ficara em casa para buscar sua outra filha na creche (a vizinha a teria levado para a instituição)<sup>8</sup>.

O fragmento que trazemos aqui acontece na metade do interrogatório. Na transcrição, o símbolo de acento circunflexo (^) se refere às ações corporificadas desempenhadas pelo POL, ao passo que o símbolo de asterisco (\*) diz respeito às da INT<sup>9</sup>.

Nas linhas precedentes ao Excerto 14, a INT relata que Vilson, seu companheiro, conseguira achar e abordar o segundo garoto (aquele que havia fugido). O POL, então, pede à INT a informação relativa àquilo que ela e o companheiro haviam feito com o primeiro deles, e ela informa que o rapaz estava junto com Vilson durante a busca pelo outro.

Excerto 14: DPC\_pablo\_AMANDA\_01\_06\_2017<sup>10</sup>

```

01 POL:      a ficô no [ca↑rro ]
02 INT:      [ficô no] carro
03 POL:      [a: tá ]
04 INT:      [ele foi] junto com o [vilson  ]
05 POL:      [ficô jun]↑to
06 INT:      mhm
07           (.)*(.)
           int      *olha p/ POL-->1.14
08 POL:  -> e aí: depois
09           (0.7)
10 POL:      ^que tavam os dois^ no ca:rro ^#foi-
           ^olha p/INT-----^           ^digita-->1.18
           ima           #ima.1
11           [os dois foram colo]cados
12 INT:      [aí foram::: ]
13           foram lá pra casa
14           (2.1)*(1.6)
           int      -->*

```

<sup>6</sup> Segundo a própria INT, o outro garoto havia conseguido fugir.

<sup>7</sup> De acordo com a versão relatada por Vilson, companheiro de Amanda, também interrogado pela polícia, o jovem fora colocado dentro do porta-malas do carro.

<sup>8</sup> Na versão de Vilson, o segundo jovem teria sido pego no mesmo local em que se encontrava o primeiro, com a ajuda de um popular. De acordo com o interrogado, Amanda permanecera com “o nenê” (a filha que ela disse que buscaria na creche) dentro do carro durante a ação.

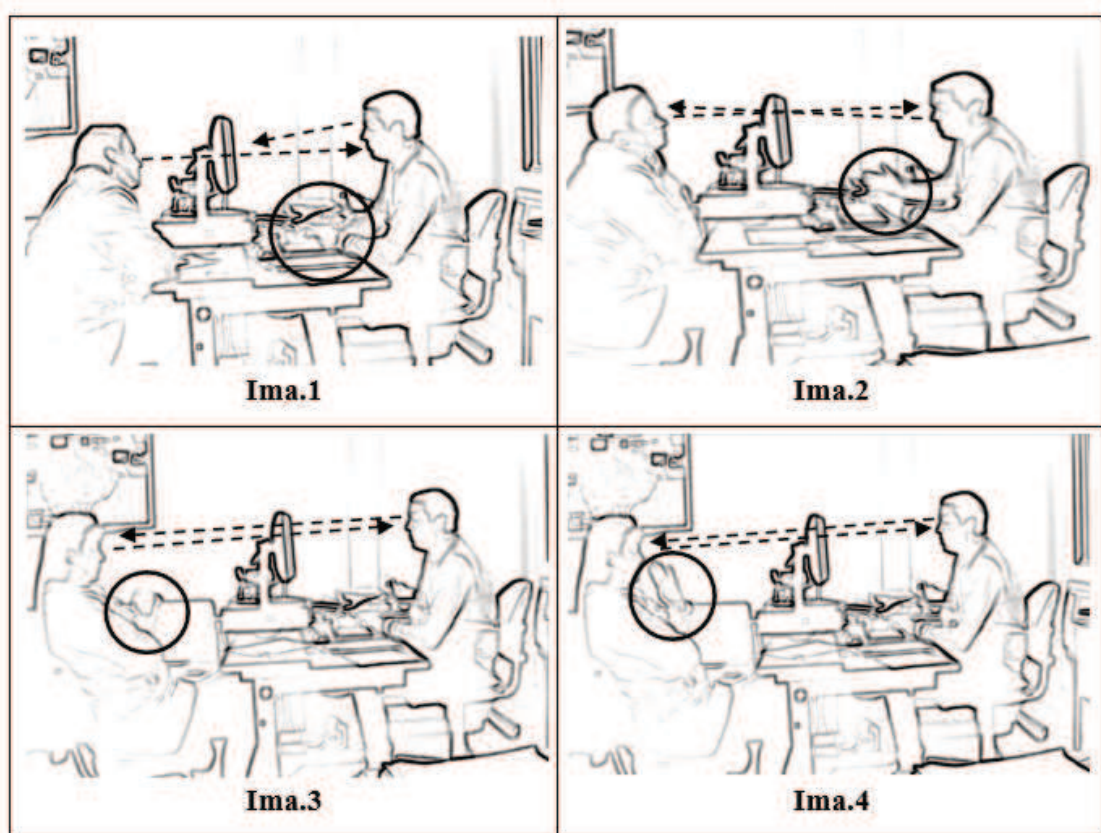
<sup>9</sup> A lista de abreviaturas das descrições dos gestos encontra-se no Apêndice E.

<sup>10</sup> O Excerto completo encontra-se no Apêndice F.



15 POL: <°no carro (.) e levados:°>  
 16 (1.6)  
 17 POL: <°para a casa da declarante°>  
 18 (1.5)^(.)  
 pol -->^  
 19 POL: -> tá \*e: ^↑daí  
 int \*olha p/ POL-->>  
 ^olha p/ INT-->1.34  
 20 (0.8)  
 21 POL: ^vai #me ^contando °tudo°  
 ^move mão dir. em dire. à INT^  
 ima #ima.2  
 22 (.)  
 23 INT: aí: eu cheguei em casa, (0.4) tava as  
 24 {{rindo} duas} ch- s- abraçadas chorando dentro  
 25 [de ^ca]sa  
 pol ^assente com a cabeça de leve e rep.-->1.28  
 26 POL: [mhm ]  
 27 (0.4)  
 28 INT: aí eu ligue::i nós ligamos (0.4) e ^ela- a menina  
 pol -->^  
 29 ligô na verdade (0.4) pro::- pra mãe,  
 30 (.)  
 31 POL: m[hm]  
 32 INT: [a ] mãe foi pará na upa,  
 33 (.) ^ (0.5) ^  
 pol ^assente c/ a cabeça de leve e rep.^  
 34 INT: \*<#que su#biu a\* pressão> daí veio o: f- ^o irmão  
 \*mov. mão esq. p/ cima\*  
 ima #ima.3 #ima.4  
 pol -->^  
 35 da ^menina também lá em casa  
 pol ^olha p/ INT-->1.39  
 36 POL: tá:  
 37 (0.6)  
 38 INT: e aí: (0.6) quando eu olhei pra cara dos dois  
 39 eu \*não me segurei^ \*  
 \*balança a cabeça negativ.\*  
 pol -->^

Figura 6 - Captura de vídeo das imagens do Excerto 14



Fonte: Elaborada pela autora com base nos registros de vídeo.

Nas linhas 01 e 05 do Excerto 14, o POL realiza duas formulações<sup>11</sup> à INT, que são confirmadas por ela sem demora (a primeira confirmação, inclusive, acontece em sobreposição ao final da pergunta do POL). Trata-se de perguntas e respostas sobre o primeiro dos garotos encontrados. Atentamos para o fato de que, antes disso, a INT informa ao POL que Vilson conseguira encontrar e pegar o segundo garoto.

Em posse da informação (C+) de que os dois jovens estavam dentro do carro, o POL realiza uma *Pergunta de Busca Aberta* à INT: e aí: depois (l. 08). Apesar de a composição da pergunta indicar, por meio do item lexical “aí” e do advérbio de tempo “depois”, que a informação buscada concerne ao tempo posterior aos fatos relatados pela INT, trata-se de uma pergunta ampla, uma vez que permite que a recipiente responda livremente.

Entretanto, como se pode observar, a INT não toma o turno responsivo, não se alinhando ao POL, apesar de se mostrar orientada de maneira corporificada a ele (olha p/ POL-->1.14). Ao que tudo indica, essa ausência de resposta por parte da INT faz com que o

<sup>11</sup> Um falante realiza uma formulação quando explicita o seu entendimento sobre alguma coisa dita anteriormente na interação. (OSTERMANN; SILVA, 2009).

POL, após sete décimos de segundo, direcione o olhar para ela e tome o turno novamente, de maneira a especificar o que seria esse “depois” (que *tavam os dois*<sup>12</sup> no *ca:rrro*), e proveja uma informação candidata como resposta, por meio de uma provável iniciação de pergunta (*foi-[os dois foram colo]cados*) (l. 11). Notamos que, na linha 11, a fala do POL é abandonada, o que pode ser justificado pela tomada de turno da INT em sobreposição à sua fala.

Observamos que é apenas na linha 12 que a INT inicia o provimento da resposta à pergunta realizada pelo POL na linha 08, o que nos permite depreender que houve um problema com a *Pergunta de Busca Aberta* realizada pelo POL. É somente após uma especificação do pedido de informação, seguida de uma iniciação de informação candidata / provável iniciação de pergunta, por parte do POL, que a INT se alinha a ele e provê a informação buscada: [*aí foram::*]foram lá pra casa (l. 12-13) – informação que, como se pode observar ao longo das linhas 15-18, é registrada no computador pelo POL.

Apesar de a *Pergunta de Busca Aberta* analisada acima não ser plenamente bem-sucedida, o POL, na linha 19, realiza outra pergunta do mesmo tipo: *tá e: †daí*. O marcador discursivo “*tá*”, falado quase que imediatamente após o término da ação de digitação do POL, ao que tudo indica, evidencia uma espécie de prontidão do investigador para prosseguir – trata-se de uma partícula de transição. O *e: †daí*, por sua vez, opera de maneira similar ao *e aí: depois* da linha 08, pois pede uma informação relativa ao acontecimento posterior ao que tinha sido relatado pela INT. Apesar de a INT se mostrar orientada ao POL por meio do olhar, ela permanece em silêncio, não provendo ação verbal responsiva à *Pergunta de Busca Aberta* realizada por ele (l. 19). O POL, então, provavelmente motivado pelo não alinhamento da INT, realiza, após oito décimos de segundo, um diretivo: *vai me contando °tudo°* (l. 21). Esse diretivo é intensificado por meio da ação corporificada do POL de mover a mão direita em direção à INT, que acontece de maneira concomitante ao seu turno de fala da linha 21 e pode ser observada na Imagem 2.

É apenas depois do diretivo realizado pelo POL, seguido de uma micropausa, que a INT provê não só a informação referente aos acontecimentos posteriores, mas também dados acerca de uma sequência de acontecimentos que culminam no crime pelo qual ela está sendo acusada. É possível especular que o provimento de todas essas informações tenha sido mobilizado principalmente pelo pronome indefinido “*tudo*”, que compõe o diretivo realizado pelo POL. Atentamos também para o uso de continuadores verbais (*mhm; tá:*) e

---

<sup>12</sup> Pela fala do POL na linha 11 (*[os dois foram colo]cados*), é possível saber que o termo “os dois” ao qual ele se refere diz respeito aos dois jovens que assaltaram as meninas – e não ao companheiro da INT (Wilson) e ao primeiro garoto encontrado.

corporificados (assentimentos de cabeça) por parte do POL ao longo do relato da INT, os quais evidenciam que ele está orientado às informações fornecidas pela acusada. Além disso, observamos que a INT também se utiliza de ações corporificadas em seu relato, como se pode visualizar nas Imagens 3 e 4.

As duas ocorrências de *Perguntas de Busca Aberta* do Excerto 14 não se mostram eficazes na busca de informações acerca dos fatos do crime, uma vez que repercutem no não alinhamento por parte da INT e na necessidade de o POL tomar o turno novamente para realizar outras ações: de especificação e possível provimento de informação candidata, por meio de uma aparente iniciação de pergunta; e de diretivo, respectivamente. É por meio dessas ações, estreitadas pelo POL ao longo do percurso sequencial, que informações acerca do fato são obtidas. Como no excerto anterior, a amplitude das *Perguntas de Busca Aberta* mostra-se ineficiente no que tange a um dos propósitos práticos do interrogatório policial: obter as informações acerca do crime.

Passamos, neste momento, para o último excerto desta seção de *Perguntas de Busca Aberta*, que compreende o mesmo interrogatório do fragmento analisado acima.

A sequência interacional representada no Excerto 15 acontece alguns segundos após o fragmento anterior.

#### Excerto 15: DPC\_pablo\_AMANDA\_01\_06\_2017

```

01 POL:      ^tá e onde é que eles tavam na tua casa?
              >>^digita-->1.04
02          (0.5)
03 INT:      na::- eu tenho uma pecinha de:- na verdade eu
04          fiz^ pra mim trabalhá [.h ] e ficou muito
    pol      -->^
05 POL:      [mhm]
06 INT:      ^abafado porque não tem ventilação
    pol      ^digita-----^
07          (.)^(.)
    pol      ^digita-->1.08
08 INT:      e aí eu- eu tive que:: isolá^ aquela peça e
    pol      -->^
09          b- botei uma tipo uma despensa
10 POL:      mhm
11          (.)
12 INT:      mas é ^na garagem ali
    pol      ^digita-->1.22
13          (3.0)
14 INT:      as criança ninguém viu

```

15 (1.5)  
 16 INT: os guri  
 17 (1.0 )  
 18 INT: a minha filha só pediu mãe ele vai saí vivo  
 19 ↑mãe  
 20 (.)  
 21 POL: °sim°  
 22 (0.7)^(1.0)\*#(.)  
 pol -->^  
 int \*olha p/ baixo-->1.25  
 ima #ima.1  
 23 POL: -> tá e ↑aí  
 24 (0.6)  
 25 POL: ^tavam lá \*e aí o #que que t- que que tu- o:  
 ^olha p/ INT-->1.30  
 int -->\*  
 int \*olha p/ POL-->>  
 ima #ima.2  
 26 wilson já tinha batido ne:↑les  
 27 (.)  
 28 POL: como é que é  
 29 (.)  
 30 INT: eu\* acho que^ já  
 \*assente c/ a cabeça rep. -->1.31  
 pol -->^  
 31 (.)\*(.)^(0.6)  
 int -->\*  
 pol ^digita-->>  
 32 INT: no que quando eu cheguei da creche eles já  
 33 tavam ali

Figura 7 - Captura de vídeo das Imagens do Excerto 15



Fonte: Elaborada pela autora com base nos registros de vídeo.

Na linha 01, o POL realiza um pedido de informação para a INT (tá e onde é que eles tavam na tua casa?). O referente “eles”, que compõe a pergunta do POL, concerne aos dois garotos que realizaram o assalto. Observamos que, após meio segundo, a INT toma o turno, de modo a prover a informação solicitada. Apesar de tentar fornecer a informação de maneira direta (na:::-), a INT autorrepara<sup>13</sup> a sua fala, trabalhando interacionalmente ao longo das linhas 03-09 (eu tenho uma pecinha de:- na verdade eu fiz pra mim trabalhá [.h ] e ficou muito abafado porque não tem ventilação e aí eu- eu tive que:: isolá aquela peça e b- botei uma tipo uma despensa), de forma a explicar ao POL detalhes acerca do local para onde os garotos foram levados, para, então, na linha 12, prover a informação de que se trata de um espaço dentro da garagem de sua residência. Ao longo das linhas 14 e 16, a INT ainda justifica que as crianças não viram os garotos, o que nos faz depreender, pela sequencialidade interacional, que ela alude ao momento em que os dois jovens foram levados ao espaço acima mencionado – cenário da agressão física registrada pelo vídeo que chegou às mãos da polícia. Apesar de não terem presenciado a agressão, as garotas tinham conhecimento a respeito do que estava acontecendo, o que é evidenciado por meio do relato da INT nas linhas 18-19: a minha filha só pediu mãe ele vai saí vivo ↑mãe. Apesar de a INT ter feito menção apenas à sua filha, entendemos que as duas garotas estavam juntas, conforme relatado pela própria INT em linhas anteriores.

Em seguida, depois de o POL registrar, em seu computador, informações referentes ao relato da INT para compor o Termo de Interrogatório, ele realiza uma *Pergunta de Busca Aberta* a ela: tá e ↑aí (l. 23). Assim como as *Perguntas de Busca Aberta* do excerto anterior, trata-se de uma pergunta que pede uma informação concernente a acontecimentos posteriores ao que fora relatado anteriormente pela INT. Podemos observar que, mais uma vez, a INT não se alinha ao POL, não tomando o turno em resposta. Além disso, durante a *Pergunta de Busca Aberta* realizada pelo POL (l. 23), o direcionamento do olhar da INT, como se pode visualizar pela Imagem 1, evidencia uma não orientação visual ao POL. A INT só volta a direcionar o olhar ao POL quando este, provavelmente orientado para o silêncio dela, toma o turno novamente (l. 25), como se pode observar na Imagem 2.

O POL, então, especifica que a informação buscada se refere ao que aconteceu na “despensa” (tavam lá e aí). Ele inicia uma *Pergunta QU-*, que acaba por se transformar em uma *Pergunta Polar*: e aí o que que t- que que tu- o: wilson já tinha batido

---

<sup>13</sup> Um autorreparo acontece quando o falante em curso lida com algum problema relacionado à produção de sua fala.

ne:↑les (l. 25-26). Chamamos a atenção, também, para o fato de a iniciação da *Pergunta QU-* integrar a segunda pessoa do singular – neste caso, referente à própria INT, em um aparente pedido de informação. Porém, quando o POL autorrepara sua fala, passando de uma *Pergunta QU-* para uma *Pergunta Polar*, utiliza a terceira pessoa do singular, de maneira a pedir uma informação a respeito do companheiro da INT. Após uma micropausa, o POL, na linha 28, toma o turno novamente, por meio de mais uma pergunta – nesse caso, do tipo *QU-* (como é que é) –, que, apesar de ser de formato aberto, corrobora o pedido de informação de formato fechado realizado pelo POL nas linhas 25-26 (o vilson já tinha batido ne:↑les), mobilizando o provimento da informação por parte da INT, que é fornecida na linha 30: eu acho que já. Apesar de a INT atenuar a sua resposta por meio do item lexical “acho” e, assim, não se declarar totalmente conhecedora (C+) da informação provida, observamos que ela assente com a cabeça repetidamente ao longo de seu turno de fala responsivo, realizando uma ação corporificada assertiva. Após uma pausa, a INT ainda faz um complemento, provendo uma possível justificativa por não declarar certeza sobre a informação pedida pelo POL: no que quando eu cheguei da creche eles já tavam ali (l. 32-33). Ou seja, segundo sua versão, ela chegou em casa posteriormente a seu esposo, que já havia conduzido os garotos para o espaço anexo à garagem.

O Excerto 15 corrobora os demais extratos analisados nesta seção, uma vez que a *Pergunta de Busca Aberta* realizada pelo POL (l. 23) não se mostra eficiente na busca por informações acerca do crime. Assim como nos dois excertos anteriores, ele toma o turno novamente com outro formato de pergunta. De maneira similar ao que vimos no Excerto 13, o POL somente alcança a informação depois de restringir o pedido de informação para uma *Pergunta Polar*, cujo formato é fechado. Apesar de ele realizar, posteriormente a essa *Pergunta Polar*, uma pergunta do tipo *QU-* de formato aberto (como é que é), o turno responsivo da INT provê a informação solicitada pelo POL na *Pergunta Polar*. Assim, mais uma vez, a trajetória sequencial seguida pelo POL evidencia que o afinilamento de uma *Pergunta de Busca Aberta* para uma pergunta mais restritiva é capaz de alcançar alinhamento por parte da INT – e, mais do que isso, possibilita alcançar o provimento de informações sobre os fatos do crime.

Explorados os fragmentos cujo foco analítico consistiu em investigar as consequências interacionais ocasionadas por meio de *Perguntas de Busca Aberta*, apresentamos, a seguir, uma descrição formal (HOEY; KENDRICK, 2017<sup>14</sup>) da trajetória sequencial.

---

<sup>14</sup> “Formal description”.

Quadro 3 - Descrição formal da trajetória sequencial a partir das *Perguntas de Busca Aberta*

- O policial realiza uma *Pergunta de Busca Aberta* que:
  - inicia uma nova sequência interacional ou não, e
  - desempenha a ação de pedido de informação.
- O interrogado não toma o turno em resposta:
  - permanece em silêncio.
- O policial toma o turno novamente e realiza:
  - uma *Pergunta Polar*, que desempenha a ação de pedido de confirmação e/ou pedido de informação, ou
  - um diretivo, ou
  - uma especificação do pedido de informação.
- O interrogado toma o turno em resposta:
  - fornece a informação solicitada seguida ou não de justificativa, ou
  - provê a confirmação solicitada, seguida de justificativa.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Hoey e Kendrick (2017)<sup>15</sup>.

No quadro acima, temos uma esquematização concernente à trajetória sequencial das interações analisadas. Observamos que o estreitamento sequencial do formato e/ou das ações das perguntas realizadas pelo policial mostra-se exitoso, uma vez que é por meio dele que a busca por informações acerca dos crimes se mostra bem-sucedida.

Na próxima seção, analisamos outro tipo de pergunta de formato aberto: as *Perguntas QU- de Contar*.

#### 4.2 “[...] O QUE O SENHOR TEM PRA DIZER SOBRE ESSE FATO [...]?”: A BUSCA POR INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES POR MEIO DE *PERGUNTAS QU- DE CONTAR*

Antes de iniciarmos a análise dos excertos que compõem esta seção, faz-se relevante uma retomada a respeito das *Perguntas QU- de Contar*. Trata-se de perguntas de formato aberto, compostas por pronomes interrogativos, que operam na busca por “[...] respostas extensas, tais como relatos, narrativas, histórias, explicações, e assim por diante”. (FOX; THOMPSON, 2010, p. 136<sup>16</sup>). Assim como as *Perguntas de Busca Aberta* analisadas na

<sup>15</sup> Como os próximos quadros de descrição formal dos fenômenos de análise também serão baseados nos autores Hoey e Kendrick (2017), a referência não será repetida.

<sup>16</sup> “[...] extended responses – reports, tellings, stories, accounts, and so on”.



seção anterior, as *Perguntas QU- de Contar* permitem que os interrogados falem livremente a respeito do que lhes é perguntado na IPP.

O primeiro excerto de fala corresponde a um interrogatório gravado apenas em áudio. Os participantes que o integram são Denis, policial (POL1); e Ivo, interrogado acusado de roubo seguido de lesões (INT). Há, ainda, a participação corporificada da policial Joana (POL2), que realiza a ação de digitação ao longo do fragmento que será apresentado a seguir.

O INT está sendo acusado de ter roubado R\$ 410,00 de uma mulher e de tê-la agredido fisicamente. A vítima, que trabalha como garota de programa, alega que Ivo “é seu conhecido da noite”, com quem “fazia programas amorosos”<sup>17</sup>. Na noite do fato, o INT teria ido até a residência da vítima.

O Excerto 16 marca o início da fase das perguntas sobre aos fatos do crime.

#### Excerto 16: DPA\_denis\_joana\_IVO\_24\_05\_2017

01 POL1: -> bom seu ivo então o que o senhor tem pra dizê  
 02 sobre esse fato ↑tá relacionado à::: à víti↑ma  
 03 (1.0)  
 04 POL1: vítima cláudia que o se[nhor (a pessoa-)]  
 05 INT: [não eu ] não tenho  
 06 nada pra dizê lá [daquela guria]  
 07 POL1: [o senhor ] conhe[ce ↑ela]  
 08 INT: [eu nem ]  
 09 conheço ela eu conheci ela faz muito tempo faz  
 10 muitos anos ela foi::-  
 11 (1.4)  
 12 POL1: ^o senhor conhece ela en↑tão=  
 pol2 ^digita-->><sup>18</sup>  
 13 INT: =conheci:a  
 14 a[gora faz ]muito tempo que eu não vejo [°ela°]  
 15 POL1: [conhe↑cia] [quan ]to  
 16 tempo faz que o senhor não conversa com e:la

O POL1 inicia a fase das perguntas sobre os fatos do crime por meio de uma *Pergunta QU- de Contar*: bom seu ivo então o que o senhor tem pra dizê sobre esse fato ↑tá relacionado à::: à víti↑ma. Apesar de possibilitar que o INT discorra livremente na

<sup>17</sup> As informações entre aspas compõem o Boletim de Ocorrência registrado pela vítima, lido – em parte – pelo POL1 no início da interação.

<sup>18</sup> Apesar de se tratar de um excerto gravado apenas em áudio, foi possível ouvir o exato momento em que a ação de digitação iniciou e terminou (o gravador fora colocado ao lado do teclado do computador). Em razão disso, optamos pela utilização das convenções de transcrição de Mondada (2014) para a representação da ação de digitação não apenas neste, mas em todos os excertos gravados em áudio nos quais os policiais realizam a ação de digitação.

2PP, Ivo não toma o turno responsivo e, assim, não se alinha ao pedido de informação realizado pelo POL1. Após uma pausa de um segundo, orientado para o não alinhamento do INT, o POL1 toma o turno novamente, de modo a especificar o nome da vítima (vítima cláudia) e, ao que tudo indica, outros detalhes acerca da acusação de Ivo (que o se[nhor (a pessoa-)]). Porém, orientado para a tomada de turno do INT em sobreposição à sua fala, ele abandona o seu turno.

Ao tomar o turno na linha 05, Ivo aparentemente nega o que poderia vir a ser uma acusação<sup>19</sup> por parte do POL1, na linha 04. Depois disso, provê uma 2PP para o pedido de informação, alegando não ter o que dizer sobre a vítima (eu] não tenho nada pra dizê lá [daquela guria]). Essa ação de não provimento de informação pode ser considerada despreferida, uma vez que se alinha negativamente à 1PP (CLIFT, 2016), isto é, não atende à ação tornada relevante na pergunta.

Como a *Pergunta QU- de Contar* não se mostra bem-sucedida na busca por informações sobre o crime pelo qual Ivo está sendo acusado, o POL1, na linha 07, em sobreposição ao final da fala do INT, expande a sequência interacional por meio de uma pós-expansão não mínima (SCHEGLOFF, 2007<sup>20</sup>), cuja 1PP consiste em uma *Pergunta Polar* (e, portanto, de formato fechado), que, como já visto, torna relevante uma resposta de sim/não: [o senhor]conhe[ce ↑ela]. Antes mesmo de o POL1 concluir o pedido de informação, o INT toma o turno responsivo: [eu nem] conheço ela eu conheci ela faz muito tempo faz muitos anos ela foi::- (l. 08-10). Apesar de o INT aparentemente prover a informação solicitada já no início de seu turno ([eu nem]conheço ela), é possível depreender, pela continuação de sua fala<sup>21</sup> e também pela sequência interacional do Excerto 16, que o INT não está se referindo a “conhecer” no sentido de saber quem a vítima é – ou, como uma das definições do verbo segundo o Dicionário de Língua Portuguesa Caldas Aulete (CONHECER..., [2018?]) propõe, “[...] ter informação sobre”. Ao que tudo indica, trata-se de “conhecer” no sentido de “manter relações sociais”, “ter contato pessoal com (alguém)”, “ver”, ou, até mesmo, “encontrar” alguém.

<sup>19</sup> Especula-se que o turno de fala abandonado pelo POL1 seja o início de uma acusação, devido aos itens lexicais que o compõem: (que o se[nhor (a pessoa-)]). O POL1 aparentemente explicitaria, por meio de um verbo, alguma coisa que Ivo fizera à vítima.

<sup>20</sup> “Non-minimal post-expansion”. Uma pós-expansão não mínima acontece quando a sequência mínima em uma interação (par adjacente) é expandida após a 2PP. Assim, depois da 2PP, há mais uma 1PP que pede por uma resposta (2PP).

<sup>21</sup> Apesar de haver a possibilidade de as pessoas não reconhecerem ou não lembrarem de outras, não há como ter conhecido alguém no passado e deixar de conhecê-lo no presente.

Chamamos a atenção para o uso dos tempos verbais utilizados pelo INT para aludir ao verbo “conhecer”. No início de seu turno de fala, nas linhas 08-09 ([eu nem] conheço ela), ao utilizar o verbo “conhecer” no presente do indicativo, o INT parece informar não ter relações de convivência com a vítima nos tempos atuais. Já na continuidade de sua fala, ao longo das linhas 09-10 (eu conheci ela faz muito tempo faz muitos anos ela foi::-), Ivo, ao se utilizar do verbo no pretérito perfeito do indicativo, tempo verbal que indica uma ação iniciada e concluída no passado, parece informar ter tido relações de convivência com a vítima no passado, as quais não se mantêm no presente. Ao dizer *faz muito tempo faz muitos anos*, o INT classifica o tempo decorrido como largamente afastado do presente, distanciando-se de qualquer contato recente com a vítima e, portanto, com o crime do qual está sendo acusado. Atentamos para o final do turno de fala do INT (ela foi::-), que evidencia que ele possivelmente forneceria alguma informação a respeito da vítima. Contudo, Ivo abandona o seu turno de fala sem qualquer interrupção do POL1. Na linha 12, depois de um segundo e quatro décimos de pausa, o POL1 toma o turno mais uma vez, de maneira a pós-expandir a sequência, por meio de outra *Pergunta Polar*. Entretanto, diferentemente da *Pergunta Polar* da linha 07, o POL1 realiza a ação de formulação, pedindo uma confirmação ao INT: o senhor conhece ela então=. Sem demora, o INT toma o turno, de forma a prover a 2PP: =conheci:a a[gora faz ]muito tempo que eu não vejo °ela°. (l. 13-14). Mais uma vez, chamamos a atenção para o tempo verbal utilizado pelo INT em seu turno de fala responsivo. Apesar de o POL1 utilizar-se do verbo “conhecer” no presente do indicativo, no sentido de saber quem é a vítima e/ou de ter informações sobre ela, Ivo responde utilizando-se do verbo “conhecer” no pretérito imperfeito do indicativo, o qual indica um fato ocorrido no passado, expressando uma ideia de continuidade e de duração no tempo. O uso do pretérito imperfeito por parte do INT evidencia o sentido que ele atribui ao verbo “conhecer”: encontrar, manter relações de convivência com alguém etc., conforme uma das definições dicionarísticas referidas anteriormente. Também ressaltamos o fato de o INT introduzir um novo verbo ao longo de seu turno de fala da linha 14: a[gora faz] muito tempo que eu não vejo °ela°. Ao se justificar, o INT comprova que o sentido atribuído por ele ao verbo “conhecer” não se limita a “saber algo sobre alguém” e acaba por fazer muito mais do que simplesmente confirmar a informação formulada pelo POL1.

O Excerto 16 evidencia que a *Pergunta QU- de Contar*, realizada pelo POL1 no turno de fala que inicia a sequência de perguntas sobre os fatos do crime, não se mostra eficiente, ao gerar a mesma consequência observada no uso de *Perguntas de Busca Aberta* da seção

anterior: o não alinhamento do INT. É apenas depois de o POL1 tomar o turno de fala novamente, de modo a especificar o nome da vítima e, aparentemente, fornecer mais detalhes acerca da acusação do INT, que este toma o turno responsivo para, em um primeiro momento, negar uma possível acusação por parte do POL1 e, depois, declarar que não há nada para dizer a respeito da vítima, não provendo a 2PP projetada na pergunta. Somente em momento posterior, através de pós-expansões não mínimas da sequência, o POL1 consegue obter informações da relação do INT com a vítima e, portanto, atinge o objetivo de coletar informações possivelmente relevantes para as investigações acerca do fato do crime. Mais uma vez, o percurso sequencial realizado pelas perguntas do policial revela que, à medida que as perguntas se estreitam, novas informações são fornecidas.

O próximo fragmento de fala integra um interrogatório policial gravado em áudio, que teve a participação de Pablo, policial (POL); e André, interrogado acusado de uma tentativa de homicídio (INT). Conforme as investigações, o INT, com a ajuda de outro suspeito, teria esfaqueado um homem dentro de uma danceteria. O excerto escolhido para análise acontece quando o interrogatório se encaminha para o final. Nas linhas que precedem o fragmento abaixo, o POL realiza uma pergunta a respeito daquilo que uma facção criminosa (para a qual o INT relata ter sido convidado a integrar) promete aos seus potenciais membros. Salientamos que o INT, antes de informar que fora convidado a participar, nega ser membro do grupo em questão:

Excerto 17: DPC\_pablo\_ANDRÉ\_02\_05\_2017<sup>22</sup>

01 INT:           que que tu querê eles te dã:o mas só que eles  
02                ali .h eles são bem diferente do que as outras  
03                facção ↑né  
04                (0.4)  
05 INT:           porque:: bá: tá loco (.) totalmente  
06                diferente  
07 POL:   -> mas diferente por ↑quê tu diz  
08                (.)  
09 INT:           a:i eles s::- sã::o né:: eles são difere:nte né  
10                meu e os- os outros [que não                ]  
11 POL:    [tá mas em que se]n↑tido  
12                (0.7)  
13 INT:           [diferente ] de tudo eles trabalham ce:rto  
14 POL:           [°diferente°]  
15 INT:           eles não sã:o fa::lso nem nada, que que tu  
16                precisá eles apó:::iam

<sup>22</sup> O Excerto completo encontra-se no Apêndice G.

17 (0.5)  
 18 INT: sabe?  
 19 (0.4)  
 20 INT: e: por mais que se::ja é que nem uma família  
 21 >mas só que eles não-< eles são tudo pelo certo  
 22 †sabe e::: n- (0.5) n::ada de tipo:: (. ) vamo  
 23 supor n- do (1.2) {{hh}ai} como eu posso te  
 24 dizê cara  
 25 (. )  
 26 INT: {{hh}ai}  
 27 (0.8)  
 28 INT: ts  
 29 (0.8)  
 30 INT: eles são::: {{hh}bá::} cara como é que pode te  
 31 explicá meu  
 32 (1.6)  
 33 INT: e eles ô- e eles ajudam o cara ao máximo o cara  
 34 podê:: se o cara querê: tu::do assim mas  
 35 >nã- nã- não é que nem tudo a-< aqueles outros  
 36 não e que tu mata ou tu- .hhh tu vai matá por  
 37 nós ou que se não nós vamo te matá não é::  
 38 as[sim]  
 39 POL: [sim]  
 40 (0.7)

Tendo em vista que as *Perguntas QU- de Contar* operam também na busca por explicações (FOX; THOMPSON, 2010), observamos que, possivelmente motivado pela descrição da facção criminosa<sup>23</sup> como “diferente” por parte do INT (l. 02, 05 e 06), o POL realiza uma *Pergunta QU- de Contar*, de modo a pedir-lhe explicação: mas diferente por †quê tu diz (l. 07).

Nesse contexto, apesar de se alinhar ao POL, tomando o turno após uma micropausa, o INT provê uma resposta não conformativa e despreferida em relação à pergunta, uma vez que não atende ao tipo de resposta tornado relevante na 1PP (no caso, uma explicação): a:i eles s::- sã::o né:: eles são difere:nte né meu e os- os outros [que não] (l. 09-10). Destacamos o formato da resposta do INT, que apresenta elementos característicos de despreferência, tais como atraso na resposta, repercutindo em silêncio (micropausa da linha anterior); iniciação precedente (a:i); interrupção abrupta (s::-; os-); repetições e alongamento de som (eles s::- sã::o né:: eles são). Apesar de o INT aparentemente seguir falando a respeito das “outras facções” (os outros [que não]), abandona a sua fala, pois o POL toma o turno em sobreposição: [tá mas em que se]n†tido (l. 11). Ao que tudo

<sup>23</sup> Salientamos que a facção criminosa descrita como “diferente” por parte do INT diz respeito à facção para a qual o acusado relata que fora convidado a participar.

indica, o POL, ao perceber que a resposta do INT não atende ao que fora solicitado, pós-  
expande a sequência, de maneira a pedir-lhe especificação.

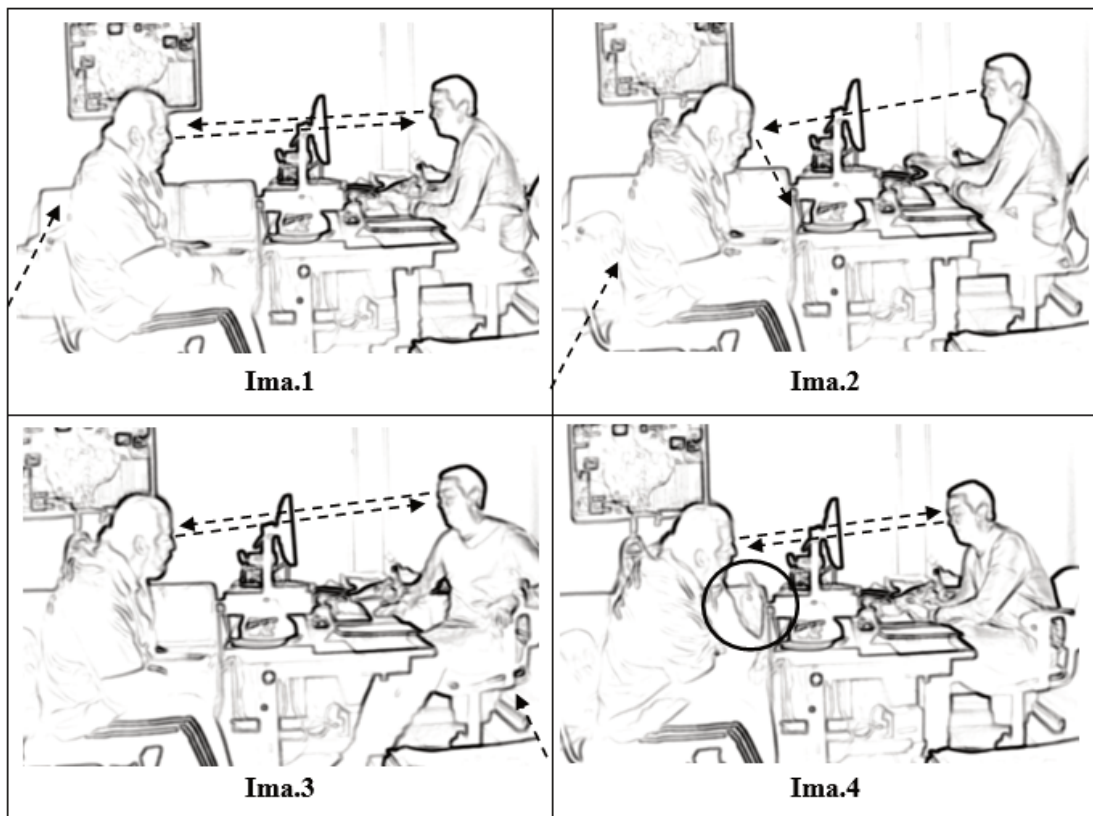
Como podemos observar, apesar de se passarem sete décimos de segundo até que seja dada uma resposta, o INT provê uma série de explicações ao POL ao longo de vinte e quatro linhas (l. 13-38). Durante os turnos de fala responsivos, embora o INT aparentemente tenha dificuldades de continuar provendo explicações ({{hh}ai} como eu posso te dizê cara / {{hh}bá::} cara como é que pode te explicá meu), ele acaba por fornecer informações significativas concernentes à sua posição em relação à “facção”: eles trabalham ce:rto eles não sã:o fa:::lso nem nada, que que tu precisá eles apó:::iam / é que nem uma família / eles são tudo pelo certo / eles ajudam o cara ao máximo o cara / não é que nem tudo a-< aqueles outros não e que tu mata ou tu- .hhh tu vai matá por nós ou que se não nós vamo te matá não é:: as[*sim*]. O INT se mostra bastante conhecedor (C+) sobre como a facção em questão opera, revelando seu respeito ao grupo. Assim, apesar de o INT negar seu envolvimento com a organização criminosa, suas explicações possibilitam depreender que existe uma relação de proximidade e de conhecimento (C+) entre ele e a facção em pauta.

A análise do Excerto 17 revela que, apesar de se alinhar ao POL, tomando o turno em resposta à *Pergunta QU- de Contar*, a 2PP provida pelo INT não atende à ação de pedido de explicação feita pelo POL, culminando na necessidade de o investigador pós-expandir a sequência, de forma a pedir especificação. É somente depois de uma pós-expansão não mínima – que, de certo modo, restringe o pedido de explicação realizado anteriormente – que o POL consegue obter não apenas uma explicação, mas uma série delas. Desse modo, a trajetória sequencial das perguntas elaboradas pelo POL corrobora a discussão do excerto analisado anteriormente, uma vez que é por meio do estreitamento das perguntas que se consegue alcançar, neste caso, explicações que podem servir como informações relevantes acerca do crime do qual o interrogado é acusado.

O último fragmento a ser analisado nesta seção de *Perguntas QU- de Contar* contempla um interrogatório gravado em áudio e vídeo, cujos participantes são o policial Pablo (POL) e o interrogado Wilson (INT). O INT, que é companheiro da interrogada Amanda (Excertos 14 e 15), é acusado pelo mesmo crime que ela, bem como por tráfico e posse de drogas. No excerto apresentado a seguir, o INT está respondendo pelo episódio de agressão física aos dois jovens mencionados na contextualização dos excertos 14 e 15. O Excerto 18 acontece pouco tempo depois da metade do interrogatório. As ações corporificadas do POL correspondem ao símbolo de acento circunflexo (^), ao passo que o símbolo de asterisco (\*) refere-se às ações corporificadas do INT.



Figura 8 - Captura de vídeo das imagens do Excerto 18



Fonte: Elaborada pela autora com base nos registros de vídeo.

De posse da informação de que o INT havia amarrado os dois jovens com fita adesiva, o POL – pouco tempo depois de concluir a ação de registro, por meio da digitação em seu computador, das informações até então fornecidas – realiza uma *Pergunta QU- de Contar*: *tá e o que mais* (l. 08). A partir dessa pergunta, observamos, na sequencialidade interacional, que o POL realiza um pedido por mais informações concernentes ao momento em que o INT agredira as vítimas. Entretanto, verificamos que o INT não se alinha à fala do POL, não tomando o turno em resposta. Possivelmente orientado para a ausência de resposta do INT, o POL direciona seu olhar a ele, realizando um diretivo (*po- me- pode me falá detalhes assim (tchê)*), de maneira a solicitar-lhe o tipo de informação requerida: *detalhes*.

Apesar de o INT não se alinhar verbalmente ao diretivo (l. 10), ele se mostra alinhado ao POL de maneira corporificada, uma vez que, ainda durante o turno de fala do investigador, leva seu torso em direção a ele (Imagens 1 e 2). Passados quatro décimos de segundo, o POL toma o turno mais uma vez, aparentemente para explicar/propor-lhe algo: *assim ó- ou t-* (l. 12). Não se pode saber com exatidão em que curso de ação o POL se engaja, pois ele interrompe a sua própria fala de maneira abrupta. Contudo, como é possível visualizar por



meio da Imagem 3, o POL se movimenta com a cadeira para o lado esquerdo, de modo a se direcionar corporificadamente ao INT. Essa ação corporificada é capaz de evidenciar que o POL está orientado ao INT e, ao que tudo indica, de prontidão para ouvi-lo.

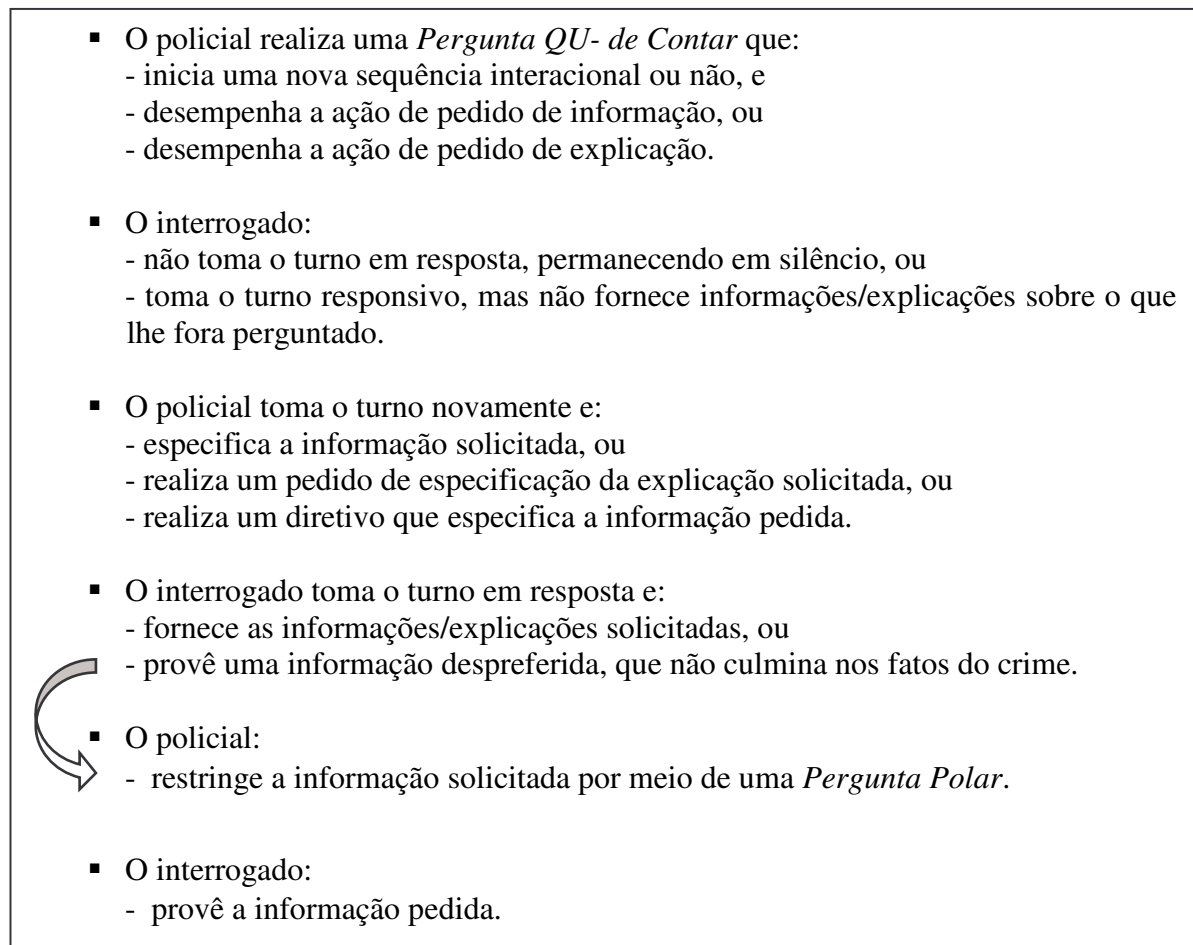
É apenas depois de oito décimos de segundo, após a terceira (re)tomada de turno do POL, que o INT se alinha de maneira verbal. Entretanto, antes de prover os detalhes solicitados pelo POL, o INT declara estar com dificuldade em relação ao modo de fornecer as informações (como é que eu vou te di+zê), o que não se evidencia ao longo do restante de seu turno: eu pegue:i, >trouxe eles pra dentro d- da garagem, fechei a garagem da casa, tirei eles do porta mala, [bo]tei eles pra dentro mandei eles fica abaixa:do, peguei e tirei a roupa deles, amarre:i, mandei eles ficá ali e comecei a ba|tê< (l. 14-30).

Observamos que o INT, ao prover os detalhes solicitados pelo POL por meio de um relato, realiza ações corporificadas: movimento da mão direita para os lados direito e esquerdo, conforme cada ação é relatada; movimento circular “de amarrar” com o dedo indicador da mão direita, ao mesmo tempo em que verbaliza que amarrou as vítimas (Imagem 4); e estalo de dedos da mão direita, ao mesmo tempo em que verbaliza que bateu nos jovens. Tais ações, alinhadas à fala do INT, reforçam os fatos por ele relatados.

Embora o INT tenha fornecido uma série de detalhes acerca de um dos crimes pelo qual está sendo acusado, é possível observar, pela trajetória sequencial, que o provimento de tais detalhes não é ocasionado por meio da *Pergunta QU- de Contar*, apesar de esse tipo de pergunta servir a essa finalidade. É só depois de especificar que a informação requerida consiste em detalhes, redirecionando-se corporificadamente ao INT de forma a evidenciar prontidão, que o POL consegue obter informações mais precisas por meio do relato do INT. Novamente, verificamos que a busca por informações sobre o crime é alcançada a partir da delimitação de uma pergunta de formato aberto.

A análise dos excertos de fala que integram esta seção de *Perguntas QU- de Contar* mostra-se correspondente aos resultados alcançados ao longo da análise das *Perguntas de Busca Aberta*. Ao que tudo indica, isso decorre da similaridade concernente à amplitude dos dois tipos de pergunta, que, por culminarem em não alinhamento por parte dos interrogados – e/ou alinhamento por meio de respostas cujas ações não proveem informações e/ou explicações acerca dos crimes –, levam os policiais a estreitarem a sequência interacional, através de perguntas de ações e/ou formatos mais restritivos que repercutem no provimento de informações. Nesse âmbito, as respostas obtidas podem servir como elementos significativos no que tange aos fatos dos crimes.

Quadro 4 - Descrição formal da trajetória sequencial a partir das *Perguntas QU- de Contar*



Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro acima representa, por meio de uma esquematização, as consequências interacionais ocasionadas a partir da realização de uma *Pergunta QU- de Contar*. Como é possível observar, esse tipo de pergunta não culmina em relatos, explicações ou narrativas por parte dos interrogados. Além disso, as respostas tornadas relevantes pelas *Perguntas QU- de Contar* só se efetivam com o estreitamento das ações e/ou dos formatos das perguntas ao longo do percurso sequencial da interação.

Na próxima seção, analisamos excertos que integram as *Perguntas QU- de Tipo Específico*.

#### 4.3 “O SENHOR [...] CONHECIA ELA DA ONDE?”: A BUSCA POR INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES POR MEIO DE *PERGUNTAS QU- DE TIPO ESPECÍFICO*

As perguntas *QU- de Tipo Específico*, como o próprio nome indica, buscam “[...] elementos específicos de informação”. (FOX; THOMPSON, 2010, p. 135<sup>24</sup>). Apesar de serem por nós consideradas de formato aberto, entendemos que as perguntas *QU- de Tipo Específico* não se constituem de forma tão aberta quanto as *Perguntas de Busca Aberta* e as *Perguntas QU- de Contar*, pois, como a própria denominação sugere, trata-se de perguntas que buscam respostas de informação específica.

O primeiro excerto desta seção consiste na representação de parte de uma interação gravada apenas em áudio. Trata-se do mesmo interrogatório já analisado na seção 4.2, cujos participantes são Denis, policial (POL1); Ivo, interrogado acusado de roubo seguido de lesões (INT); e Joana, policial (POL2). Salientamos que a POL2 encontra-se exercendo a função de Escrivã de Polícia e, portanto, participa desta parte do interrogatório apenas de maneira corporificada, registrando, no computador, as informações fornecidas pelo INT.

A interação a ser apresentada encontra-se mais ou menos na metade do interrogatório. Nas linhas precedentes ao Excerto 19, quando questionado a respeito de ter agredido a vítima, Ivo nega a acusação.

##### Excerto 19: DPA\_denis\_joana\_IVO\_24\_05\_2017<sup>25</sup>

```

01 POL1:      ^pode falá só um pouquinho mais ↑alto
    pol2      >>^digita-->1.03
02           (0.5)
03 POL1:      ã^:::
    pol2      -->^
04           (3.6)
05 POL1:  -> o senhor conhece ela da on↑de conhecia ela da
06           on↑de
07           ^ (0.9)
    pol2      ^digita-->1.08
08 INT:      °>ainda<°^ eu conheci ela na época que: t-
    pol2      -->^
09           tinha cancha de bocha ali na cancha de bocha
10           ((nome do lugar omitido)) ali na:- (0.7) no
11           trevo ali do °°((nome do lugar omitido))°°
12           (1.0)

```

<sup>24</sup> “[...] particular pieces of information”.

<sup>25</sup> O excerto completo encontra-se no Apêndice H.

13 INT: faz muitos [an-]  
 14 POL1: [o s]enhor já saiu com †ela ou  
 15 †não=  
 16 INT: =não.  
 17 (0.4)

Nas linhas 05-06, observamos que o POL1 realiza, por meio de *Perguntas QU- de Tipo Específico*, um pedido de informação ao INT. Sabemos, pela sequencialidade interacional, que o referente “ela” concerne à vítima. Ressaltamos o fato de que o POL1, depois de realizar uma *Pergunta QU- de Tipo Específico* (o senhor conhece ela da on†de), repara a sua própria fala, de modo a refazer a pergunta, modificando o tempo do verbo “conhecer” (conhecia ela da on†de). O POL1 deixa de usar o verbo no presente do indicativo e passa a utilizá-lo no pretérito imperfeito do indicativo. Essa mudança é capaz de evidenciar o entendimento do POL1 quanto ao sentido do verbo “conhecer” atribuído pelo INT, como vimos no Excerto 16 (“conhecer” para além de “ter informações sobre alguém”). Além disso, o uso do verbo no pretérito imperfeito do indicativo corresponde ao tempo verbal utilizado pelo INT em linhas anteriores (Excerto 16): =conheci:a agora faz muito tempo que eu não vejo °ela°.

Apesar de se passar quase um segundo, observamos que o INT provê a informação solicitada ao longo das linhas 08-11: °>ainda<° eu conheci ela na época que: t- tinha cancha de bocha ali na cancha de bocha ((nome do lugar omitido)) ali na:- (0.7) no trevo ali do °°((nome do lugar omitido))°°. Nesse ínterim, destacamos o tempo verbal de “conhecer” utilizado pelo INT no provimento da informação: pretérito perfeito do indicativo (exprime uma ação iniciada e concluída no passado). Além disso, o léxico que compõe o turno de fala do INT (na época que: t- tinha cancha de bocha) é capaz de evidenciar um certo distanciamento em relação ao tempo presente.

Também observamos que a resposta do INT à pergunta *QU- de Tipo Específico* do POL1 faz mais do que simplesmente responder ou prover a informação solicitada. Trata-se de um tipo de resposta que Fox e Thompson (2010) chamam de “oracional”<sup>26</sup>, cuja subcategoria concerne a um “sintagma dentro de orações completas”. (FOX; THOMPSON, 2010<sup>27</sup>). De acordo com as autoras, esse tipo de resposta, mesmo que proveja a informação solicitada, indica algum problema com a sequência ou com a pergunta, ou algum problema em prover a resposta apropriada. O formato oracional pode sugerir que a resposta não seja fornecida de

<sup>26</sup> “Clausal Responses”.

<sup>27</sup> “Phrase-in-Clause Clauses”.

maneira direta. No caso do Excerto 19, a pausa de quase um segundo antes de o INT tomar o turno responsivo, seguida do advérbio (<°>ainda<°>) e do reuso das palavras utilizadas pelo POL1 em sua pergunta (conheci ela), por exemplo, são elementos característicos de uma resposta oracional. É possível observar, também, uma pausa de sete décimos de segundo dentro do turno responsivo do INT, no momento em que ele especifica o lugar de onde “conhecia” a vítima (ali na:- (0.7) no trevo ali do °°((nome do lugar omitido))°°).

Pode-se especular que a resposta oracional fornecida pelo INT revele problemas em relação à pergunta do POL1, porque pede por uma informação que implica um possível vínculo entre Ivo e a vítima. Além de manifestar um certo distanciamento em relação ao tempo presente (eu conheci ela na época que: t- tinha cancha de bocha ali na cancha de bocha ((nome do lugar omitido))), o INT parece ter dificuldades para informar onde teria conhecido a vítima: ali na:- (0.7) no trevo ali do °°((nome do lugar omitido))°°. Nesse contexto, chama atenção o fato de que, após fornecer a informação solicitada, o INT ainda realiza uma justificativa: faz muitos [an-] (1.13). Essa justificativa, que aparentemente seria “faz muitos anos”, parece operar a serviço da construção de uma identidade de inocência por parte do INT, porque o fato de “fazer muitos anos” que o INT “conheceria” a vítima pode desviá-lo da possibilidade de tê-la roubado e de tê-la agredido recentemente.

Em sobreposição à fala de Ivo, nas linhas 14-15, o POL1 realiza um outro pedido de informação ao INT ([o s]enhor já saiu com ↑ela ou ↑não=), cuja resposta é provida sem demora: =não. (1. 16). Salientamos que o INT nega ter saído com a vítima, tendo em vista o sentido atribuído por ele ao verbo “conhecer” no Excerto 16. Ao que parece, se o INT informasse já ter saído com a vítima, mesmo que no passado, ele revelaria uma relação mais próxima com a mulher, prejudicando, assim, sua condição de acusado, pois haveria mais um indício para firmar suspeitas contra ele.

O Excerto 19 evidencia que a *Pergunta QU- de Tipo Específico* realizada pelo POL1 mobiliza uma resposta por parte do INT. Entretanto, apesar de prover a informação solicitada, vimos, pela composição do turno responsivo, que Ivo realiza uma resposta oracional, isto é, uma resposta capaz de indicar um problema em relação à pergunta. E é por meio dessa resposta oracional que o INT trabalha interacionalmente, de modo a fazer mais do que responder à pergunta e prover a informação solicitada: Ivo desvia-se de elementos que possam associá-lo ao crime pelo qual está sendo acusado.

O segundo excerto a compor esta seção também integra um interrogatório já abordado neste trabalho Trata-se do mesmo interrogatório discutido no Excerto 17 (seção 4.2). Conforme explicado anteriormente, as investigações apontam que André (INT), juntamente com outro acusado, teria esfaqueado a vítima (um homem) em uma danceteria.

O fragmento apresentado a seguir acontece na metade do interrogatório. Nas linhas que o precedem, o INT confirma ao POL que, na noite do crime, estava com a sua companheira em uma danceteria.

Excerto 20: DPC\_pablo\_ANDRÉ\_02\_05\_2017<sup>28</sup>

```

01 POL:     e ela ficô o tempo todo conti↓go
02         (.)
03 INT:     <todo o tempo comigo>
04         (6.9)^(0.5)
           pol         ^digita-->1.17
05 POL: → quem mais que tava junto con↑tigo
06         (1.8)
07 INT:     tinha mai:::::s os: dois primo meu, (1.2) du::-
08         duas tia, um tio e:: dois amigo meu
09         (2.3)
10 INT:     eu tenho tudo como prová meu:s amigo lá tudo
11         vão e tinha mais gent[e no ca:s]o
12 POL:                                     [mhm      ]
13         (0.4)
14 INT:     tava junto né mas esses daí que eu consigo entrá
15         em contato ↑né
16         (2.9)
17 POL:     tu não se envolveu^ em nenhuma brig- briga lá,
           -->^
18         ↑nada

```

Depois de receber a confirmação (l. 03) referente ao que fora solicitado na linha 01 (e ela ficô o tempo todo conti↓go), o POL pede uma informação ao INT por meio de uma *Pergunta QU- de Tipo Específico*: quem mais que tava junto con↑tigo (l. 05). Como podemos observar, trata-se de uma pergunta que torna relevante uma informação que especifique outras pessoas com quem o INT estivera na festa.

Observamos que o INT toma o turno responsivo quase dois segundos após o pedido de informação do POL, provendo a informação solicitada: tinha mai:::::s os: dois primo meu, (1.2) du::- duas tia, um tio e:: dois amigo meu (l. 07-08). Porém, o formato

<sup>28</sup> O excerto completo encontra-se no Apêndice I.

de seu turno de fala evidencia que se trata de uma resposta oracional, composta por um sintagma dentro de uma oração completa. Conforme explicado anteriormente, tais respostas revelam algum problema com a sequência/pergunta. Apesar de a informação ser fornecida, a resposta não é iniciada de maneira direta: (1) o INT começa a responder apenas depois de uma pausa de um segundo e oito décimos; (2) o provimento da informação também é atrasado, devido ao léxico que compõe a iniciação de resposta (*tinha mai:::::s*) por parte do INT, o qual repete – de maneira alongada – uma palavra utilizada pelo próprio POL na pergunta (*mai:::::s*); e (3) o provimento da informação é fragmentado, devido à presença de uma pausa de um segundo e dois décimos. A presença de tais elementos capazes de atrasar o fornecimento da informação pode ter decorrido de tudo o que está implicado na pergunta: ao pedir a informação referente às outras pessoas que estavam com o INT no dia e no local do crime, o POL possivelmente busca por pessoas que podem ser potenciais testemunhas para depor sobre o fato.

Depois de prover a informação, o INT toma o turno novamente, de forma a fornecer justificativas em favor da construção de uma identidade de inocência: *eu tenho tudo como prová meu:s amigo lá tudo vão e tinha mais gent[e no ca:s]o* (l. 10-11). Além disso, justifica-se explicando que, apesar de mais pessoas terem estado junto com ele na noite do fato, as supracitadas são aquelas com quem o INT consegue entrar em contato (*tava junto né mas esses daí que eu consigo entrá em contato ↑né*). Tal justificativa evidencia uma orientação do INT para o fato de as pessoas por ele mencionadas poderem ser chamadas pela polícia para prestarem depoimento – aspecto que corrobora a observação de que a pergunta do POL (*quem mais que tava junto con↑tigo*) se mostra problemática para o INT, que a responde de forma oracional.

Assim como no primeiro excerto analisado nesta seção, verificamos que a *Pergunta QU- de Tipo Específico*, possivelmente por se mostrar problemática ao INT, culmina em uma resposta oracional, cujo provimento de informação é precedido e fragmentado por atrasos. Mais uma vez, o INT evidencia fazer mais do que simplesmente responder à pergunta e prover a informação solicitada: revela potenciais testemunhas para deporem sobre o crime pelo qual está sendo acusado, as quais seriam capazes de favorecer a condição do INT, tendo em vista a provável relação amistosa que ele tem com elas. Assim, a justificativa posterior ao provimento da informação do INT, da mesma maneira que acontece no excerto anterior, opera a serviço da construção de uma identidade de inculpabilidade por parte do acusado.

O último excerto a integrar esta seção de *Perguntas QU- de Tipo Específico* diz respeito a um interrogatório gravado em áudio e vídeo, cujos participantes são: Mário, policial (POL); Frederico; interrogado acusado de uma tentativa de homicídio (INT); e Lucas,

advogado de defesa do interrogado. No fragmento escolhido para análise, não há a interação verbal do advogado.

Conforme apontam as investigações, o INT teria esfaqueado um homem. Já no início do interrogatório, o acusado acaba confessando o crime, alegando ter agido em legítima defesa. De acordo com sua versão dos fatos, a esposa da vítima, que reside próximo ao seu local trabalho<sup>29</sup>, passou na rua oferecendo-lhe um biscoito caseiro. Após o INT ter aceitado e comido o biscoito, o esposo da mulher, enciumado, teria lhe agredido com um soco, ameaçando-o posteriormente com espetos. A vítima ainda teria ameaçado matar o INT.

O fragmento a seguir acontece um pouco antes da metade da interação. Na transcrição multimodal, o símbolo de acento circunflexo (^) diz respeito às ações corporificadas realizadas pelo POL, e o símbolo de asterisco (\*) remete às do INT.

Excerto 21: DPC\_mário\_lucas\_FREDERICO\_18\_01\_2018

```

01 POL:      aí vocês entraram em vias de fato é i↑sso
02 INT:      *sim  aí eu  ^encon*trei um: pedaço de made::ra,
              *assente c/ cabeça rep.*
              pol                               ^digita-->1.04
03           e fui pra cima dele ele andô pra trás eu passei
04           na churrasquera e peguei uma fa↓ca^
              pol                               -->^
05           (0.7)
06 INT:      uma churrasquera no meio da rua é uma rua
07           ^trancada que não passa carro nada aí
              pol                               ^digita-->1.10
08           (0.9)
09 INT:      aí eu peguei um:- uma faca na churrasque:ra e
10           e- e continue::i^
              pol                               -->^
11           [andando em direção dele           ]
12 POL:      -> [onde é que tava essa churras↑quera]
13           (0.6)
14 INT:      [sabe?]
15 POL:      -> [onde ] tava essa churras↑quera
16           (.)
17 INT:      ^essa *chu#rrasquera tava no meio# *da rua^
              *leva seu torso em direção ao POL*
              pol                               ^digita-----^
              ima                               #ima.1           #ima.2
18 POL:      a::^:=
              ^assente c/ a cabeça repetidamente-->1.19

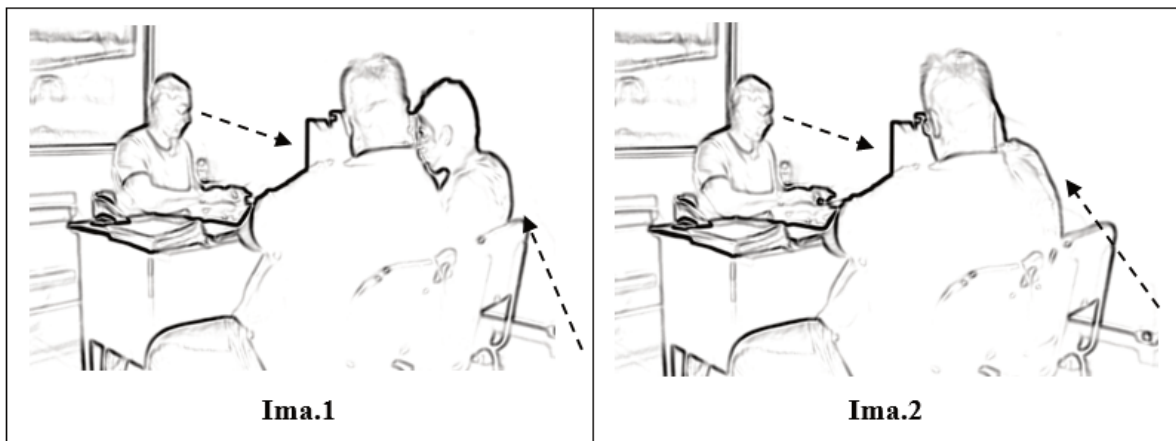
```

<sup>29</sup> Frederico trabalha em uma fruteira.



19 INT: =é uma rua trancada que tem ali^ ela é uma  
 pol -->^  
 20 rua que eles ^fizeram um muro no meio pra não  
 pol ^digita-->1.21  
 21 passá carro >até por causa da polícia^ mesmo  
 pol -->^  
 22 não invadi muito rápido ali porque< (.) daí pega  
 23 eles no no fragrante e [eles] não querem fragrante  
 24 POL: [mhm ]  
 25 (0.6)  
 26 INT: a real é essa.  
 27 ^ (0.5)  
 pol ^assente c/ a cabeça de leve e rep. -->>

Figura 9 - Captura de vídeo das imagens do Excerto 21



Fonte: Elaborada pela autora com base nos registros de vídeo.

Após confirmar uma formulação feita pelo POL, o INT relata detalhes que compõem as “vias de fato<sup>30</sup>”: aí eu encontrei um: pedaço de made::ra, e fui pra cima dele ele andô pra trás eu passei na churrasquera e peguei uma fa|ca (l. 02-04). Possivelmente orientado para o silêncio de quatro décimos de segundo após o término de sua fala, o INT toma o turno novamente, de forma a prover explicações acerca da localização da churrasqueira: uma churrasquera no meio da rua é uma rua trancada que não passa carro nada aí (l. 06-07). Salientamos o fato de que o POL registra as informações do interrogatório em seu computador ao longo de parte das explicações do INT (l. 07), o que explica o seu pedido de informação na linha 12: [onde é que tava essa churras|quera].

<sup>30</sup> “Vias de fato” é uma expressão técnica do contexto jurídico. Trata-se da prática de atos de violência contra o outro, considerada infração penal.

Provavelmente em razão de estar digitando, o POL não atenta aos detalhes fornecidos pelo INT concernentes à localização da churrasqueira. Seu pedido de informação, contudo, ocorre em sobreposição à fala do INT, possível razão pela qual este não se alinha. O POL, então, refaz, na linha 15, o pedido ([onde] tava essa churrasqueira). Como podemos observar, trata-se de uma *Pergunta QU- de Tipo Específico*, que, apesar de ter sido iniciada em sobreposição à fala do INT, é por ele respondida depois de uma micropausa: *essa churrasqueira tava no meio da rua* (l.17). Ressaltamos a existência de uma micropausa que precede a 2PP do INT, seguida da repetição das mesmas palavras utilizadas pelo POL na composição da pergunta (*essa churrasqueira tava*). Tais elementos evidenciam que a 2PP do INT se trata de uma resposta oracional (sintagma dentro de uma oração completa) – elementos esses que atrasam o fornecimento da informação (*no meio da rua*). Conforme discutimos anteriormente, a resposta oracional costuma indicar algum problema em relação à pergunta/sequência. Nesse caso, o problema pode remeter ao fato de a pergunta pedir uma informação já fornecida pelo INT. Apesar disso, a informação é provida novamente e, junto a ela, há um movimento corporificado por parte do INT que revela orientação ao POL (Imagens 1 e 2).

O POL, na linha 18, ao prover uma partícula indicativa de mudança de estado cognitivo (*a:::*), combinada com a ação corporificada de assentimento de cabeça, evidencia uma mudança em seu estado epistêmico – de menos conhecedor (C-) para mais conhecedor (C+) – a respeito da informação fornecida pelo INT. Este último, sem demora, prossegue em seu relato, de maneira a prover mais detalhes sobre a localização da churrasqueira (*é uma rua trancada que tem ali ela é uma rua que eles fizeram um muro no meio*), bem como justificativas atinentes ao fato de se tratar de uma “rua trancada” (*>até por causa da polícia mesmo não invadi muito rápido ali porque< (.) daí pega eles no fragrante e [eles] não querem fragrante*). Salientamos o fato de que o INT utiliza o referente “eles” ao longo de seu turno de fala. Apesar de não especificar de quem se trata, é possível especular que ele esteja fazendo menção a pessoas que cometem infrações, como, por exemplo, tráfico de drogas – isso porque, em princípio, a polícia “invade para pegar em flagrante” quando suspeita de alguma situação irregular. Nesse contexto, o uso do referente “eles” para fazer menção a essas pessoas evidencia um distanciamento do INT em relação a práticas delituosas e, assim, opera a serviço da construção de uma identidade de insuspeito no que tange a outros crimes que não o crime pelo qual está sendo acusado.

Ao longo da justificativa do INT (l. 23), observamos que o POL se mostra orientado a ele por meio do provimento de um continuador (*mhm*). Além disso, ao final da fala do INT (*a*

real é essa.), o POL assente com a cabeça de leve e repetidamente, ação corporificada que, ao que tudo indica, evidencia recebimento de informação.

A análise desse excerto também revela a culminância de uma resposta oracional ocasionada por meio de uma *Pergunta QU- de Tipo Específico*. O aparente “problema” com o pedido de informação, cujo fornecimento se deu após atrasos (micropausa e repetições de palavras), remete ao fato de a informação já ter sido fornecida pelo INT anteriormente, embora o POL não tenha se mostrado orientado. Além disso, assim como nos excertos anteriores, após prover a informação solicitada, o INT realiza justificativas que operam, de certo modo, para favorecer a sua condição enquanto acusado.

Apesar de as respostas oracionais às *Perguntas QU- de Tipo Específico* analisadas nesta seção terem indicado um possível problema com a pergunta, os policiais obtiveram a informação solicitada. Nesse sentido, tais perguntas mostraram-se mais eficazes na busca por informações concernentes aos fatos dos crimes em relação às *Perguntas de Busca Aberta* e às *Perguntas QU- de Contar*. Salientamos, também, o fato de que nenhuma das *Perguntas QU- de Tipo Específico* aqui analisadas iniciou uma nova sequência, isto é, apesar de elas configurarem uma 1PP e projetarem uma 2PP, operam de modo a pós-expandir uma sequência de fala anterior.

Para concluir esta seção, apresentamos, no quadro a seguir, a descrição formal da trajetória sequencial a partir das *Perguntas QU- de Tipo Específico* dos excertos aqui tratados.

Quadro 5 - Descrição formal da trajetória sequencial a partir das *Perguntas QU- de Tipo Específico*

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O policial realiza uma <i>Pergunta QU- de Tipo Específico</i> que: <ul style="list-style-type: none"> <li>- não inicia uma nova sequência interacional e</li> <li>- desempenha a ação de pedido de informação.</li> </ul> </li> <li>▪ O interrogado: <ul style="list-style-type: none"> <li>- toma o turno responsivo após pausa/micropausa,</li> <li>- provê a informação solicitada por meio de uma resposta oracional e</li> <li>- provê justificativas e/ou explicações.</li> </ul> </li> </ul>
--

Fonte: Elaborado pela autora.

A maior eficácia das *Perguntas QU- de Tipo Específico* em relação às *Perguntas de Busca Aberta* e às *Perguntas QU- de Contar* torna-se visível no quadro acima: em razão de se constituírem de formato menos aberto e, dessa forma, buscarem informações mais específicas, as *Perguntas QU- de Tipo Específico* analisadas nesta seção alcançaram as informações

solicitadas sem a necessidade de estreitamento da sequência por meio de outras perguntas. Também ressaltamos que essas informações são seguidas por justificativas e/ou explicações, usadas pelos interrogados em prol da construção de uma identidade de inculpabilidade.

Na última seção que integra este capítulo, analisamos as *Perguntas Polares*.

#### 4.4 “TU CONHECIA O FRANCISCO ANTERIORMENTE?”: A BUSCA POR INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES POR MEIO DE *PERGUNTAS POLARES*

As *Perguntas Polares*, por meio das quais o “[...] falante faz referência a uma proposição completa [...] e expressa uma falta de conhecimento quanto à veracidade dessa proposição” (ENFIELD; BROWN; DE RUITER, 2012, p. 195<sup>31</sup>), tornam relevantes respostas que indicam que a proposição do perguntador é verdadeira (nesse caso, respostas como “sim” ou equivalente) e respostas que indicam que a proposição do perguntador não se valida (nesse caso, respostas como “não” ou equivalente). À vista disso, trata-se de perguntas de formato fechado, que projetam respostas mais restritivas em relação às perguntas analisadas nas seções anteriores.

Isto posto, analisamos, nesta seção, o desdobramento interacional das *Perguntas Polares* realizadas por policiais a interrogados. Para tanto, contemplamos excertos de três interrogatórios distintos.

O primeiro excerto compreende um interrogatório gravado em áudio e vídeo, que teve a participação de Ricardo, o policial (POL); e Renan, interrogado acusado de homicídio doloso (INT). Conforme apontam as investigações, o INT é acusado de ter assassinado um homem que fora encontrado morto na mesma rua em que o INT reside, a poucos metros de sua casa. A vítima, cujo nome era Francisco, fora morta a tiros.

O fragmento analítico encontra-se no início do interrogatório. O símbolo de acento circunflexo (^) remete às ações corporificadas realizadas pelo POL, ao passo que o símbolo de asterisco (\*) corresponde às ações corporificadas do INT. Na linha que inicia o Excerto 22, o POL encontra-se lendo em voz alta as informações que está digitando. Trata-se de informações fornecidas anteriormente pelo INT.

---

<sup>31</sup> “[...] speaker makes reference to a complete proposition [...], and expresses a lack of knowledge as to the truth of this proposition”.



advérbio de tempo “anteriormente”, ao que tudo indica, refere-se a um tempo anterior à morte da vítima – ou seja, o POL pergunta se o INT conhecia Francisco antes de este último ter sido vítima de uma tentativa de homicídio. A *Pergunta Polar* de formato interrogativo, que condiz com aquilo que Heritage (2010) chama de interrogativa de sim/não, é capaz de evidenciar que o POL pede uma informação sobre a qual não possui (muito) conhecimento (C-). Salientamos o fato de que o POL direciona seu olhar ao INT ao longo do pedido de informação (Imagem 1). Essa ação corporificada se mantém até o final do excerto, evidenciando uma constante orientação do POL ao INT.

O INT inicia a resposta à pergunta antes mesmo de ela estar concluída, tomando o turno em um Local de Relevância para a Transição entre Falantes. (OSTERMANN, 2006). Isso ocorre porque, no momento em que o INT inicia o provimento da informação, a pergunta do POL encontra-se sintaticamente completa (a::: m: (.) tu conhecia (.) o francisco ((sobrenome omitido))). Atentamos para a velocidade mais acelerada com a qual o INT provê a 2PP: [>nã:o ele disse que eu] conhecia ele ma eu vi ele umas vez lá ma não sabia bem quem era ele [ente↑ndeu<] (l. 06-08). Tendo em vista que uma *Pergunta Polar* torna relevante uma resposta de sim, não ou equivalente, observamos que o INT inicia a 2PP atendendo ao tipo de resposta tornado relevante na pergunta, de modo a negar (não) a proposição da 1PP (tu conhecia (.) o Francisco ((sobrenome omitido)) [°anteriormente°]). Entretanto, depois de negar que conhecia a vítima, o INT provê explicações que vão de encontro à informação concedida inicialmente (não). Ao longo das explicações, além de informar algo que, segundo ele, a própria vítima havia dito (ele disse que eu] conhecia ele<sup>32</sup>), o INT informa ter visto a vítima mais de uma vez (ma eu vi ele umas vez lá) e informa ter sabido, mesmo que minimamente, quem era Francisco (ma não sabia bem quem era ele). Essas explicações são capazes de invalidar o provimento de informação do INT quanto a não conhecer a vítima. Além disso, podem evidenciar que, assim como o interrogado Ivo no Excerto 16, Renan atribui ao verbo “conhecer” um sentido distinto ao de ter uma alguma informação sobre alguém. Ao que tudo indica, o INT atribui a “conhecer” um sentido capaz de evidenciar uma relação de maior proximidade ou convívio com “esse alguém”. Ao negar conhecer a vítima – principalmente neste último sentido –, o INT descarta qualquer vinculação a Francisco e,

---

<sup>32</sup> Pela gravação do interrogatório e pelas notas de campo, não é possível saber para quem a vítima havia dito que conhecia o INT.

portanto, qualquer associação ao crime cometido. Porém, as suas explicações tendem a deslegitimar a sua negação<sup>33</sup>.

À vista disso, podemos afirmar que as explicações providas pelo INT possibilitam uma espécie de silogismo lógico:

#### Quadro 6 - Silogismo lógico identificado no Excerto 22

- “Conhecer” abrange “ver” e “ter informação superficial” sobre alguém.
- O INT alega ter visto a vítima mais de uma vez e alega saber, mesmo que não muito bem, de quem se tratava.
- Logo, o INT conhecia a vítima.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, por meio das explicações do INT, depreendemos que a resposta à *Pergunta Polar* seja “sim”.

Nesse contexto, é importante retomar um detalhe explicitado anteriormente: a velocidade mais rápida com a qual o INT provê a 2PP. Possivelmente de modo a refutar a imputação que lhe fora atribuída, a primeira ação do INT consiste em uma negação. Isso ocorre porque, como vimos, ter conhecido a vítima pode implicar uma associação entre o INT e o fato ocorrido. Além disso, é apenas por meio das explicações do INT, posteriores à negação, que podemos obter a informação solicitada na *Pergunta Polar* do POL. Assim, apesar de essa pergunta ter mobilizado uma resposta cuja ação condiz com aquela que é tornada relevante, as posteriores explicações do INT a invalidam, revelando a tendência da resposta para um “sim”.

Possivelmente motivado para o provimento das explicações do INT, o POL toma o turno em sobreposição à fala de Renan, em um Local de Relevância para a Transição entre Falantes (OSTERMANN, 2006), de modo a pós-expandir a sequência interacional e realizar a ação de formulação: [mas] *conhecia* (l. 09-10). Trata-se de uma *Pergunta Polar* de formato declarativo, a que Heritage (2010) nomeia de declarativa de sim/não. Isso ocorre

<sup>33</sup> Mais adiante no interrogatório, inclusive, o INT confirma ter conversado com a vítima:

01 POL: mas só nesses três dias tu já *vi:u*, já *falô:*,  
 02 já ficô sa[bendo quem era o *chiqui:nho*,]  
 03 INT: [A conversá ali::: ] é  
 04 com todo mundo que eu *converso* ali ↑né  
 05 (0.8)  
 06 INT: °ali todo mundo conversa°

porque, diferentemente da *Pergunta Polar* anterior (cujo formato era o interrogativo), por meio do formato declarativo, o POL evidencia possuir algum conhecimento (C+) prévio a respeito daquilo que está sendo perguntado, tornando relevante apenas uma confirmação ou desconfirmação por parte do INT.

Posteriormente a uma micropausa, o INT toma o turno responsivo, de modo a confirmar a formulação do POL (é). Salientamos o item lexical com o qual o INT realiza a confirmação: apesar de corresponder a um “sim”, o “é” possui um escopo semântico menos contundente, capaz de atenuar a confirmação do INT. Tal escolha lexical não parece ser à toa, pois opera em serviço de certo distanciamento do INT em relação à vítima. Depois disso, Renan continua provendo explicações similares às que foram fornecidas anteriormente: eu já vi e:le ma não que eu conhecia assim memo ma eu já vi ele em al[gum lugar] (l. 12-14). Nesse ínterim, atentamos para as ações corporificadas realizadas pelo INT ao longo de seu turno de fala: ao prover uma explicação equivalente a “não conhecer bem” (ma não que eu conhecia assim), o INT balança a cabeça negativamente; ao explicar já ter visto a vítima em algum lugar, ele assente com a cabeça repetidamente. Tais gestos são congruentes às ações verbais que acontecem concomitantemente a eles. Como podemos observar, as explicações do INT também operam em serviço de um certo distanciamento de sua parte em relação à vítima.

Por fim, na linha 15, o POL pós-estende a sequência em sobreposição ao final do turno de fala do INT, de modo a realizar mais uma formulação por meio de uma *Pergunta Polar* de formato declarativo – ou, para Heritage (2010), uma pergunta declarativa de sim/não. Através da IPP [conhecia] de vis<sup>†</sup>ta, o POL solicita uma confirmação ao INT, revelando possuir conhecimento (C+) prévio concernente ao que está sendo perguntado. Observamos, na linha 16, que o INT toma o turno sem demora, provendo a confirmação: é:. Mais uma vez, a confirmação é fornecida por um item lexical cujo escopo semântico se revela menos contundente que “sim”. Entretanto, ao longo do provimento da confirmação, o INT assente com a cabeça, corporificando o “sim”. Não se pode deixar de mencionar, também, que “confirmar conhecer a vítima” é diferente de “confirmar conhecer a vítima *de vista*”. Esta última confirmação é capaz de afastar o INT de ter tido uma relação mais próxima com Francisco e, portanto, de distanciá-lo da imputação que lhe fora atribuída.

O Excerto 22 evidencia que a *Pergunta Polar* inicial (l. 04-05) faz mais do que simplesmente mobilizar uma resposta de sim/não ou equivalentes. Essa pergunta, além de culminar em uma de suas ações responsivas prototípicas, repercute em uma série de explicações que se contrapõem à negação do interrogado. Tais explicações são capazes de



levar ao provimento de outra informação, evidenciando um conhecimento do INT em relação à vítima. Outro exemplo que revela uma resposta (a uma *Pergunta Polar*), para além da prototípica, consiste na primeira pós-expansão não mínima realizada pelo POL nas linhas 09-10. Além de ter recebido a confirmação tornada relevante na pergunta, o POL continua recebendo explicações por parte do INT acerca do conhecimento que este possui sobre a vítima. Somente a última *Pergunta Polar* realizada pelo POL (l. 15), cuja ação responsiva é a de confirmação apenas, mostra-se diferente das *Perguntas Polares* anteriores, no sentido de não se estender para realizar uma outra ação.

Passamos à análise de um excerto gravado em áudio e vídeo, que contempla o mesmo interrogatório dos Excertos 14 e 15 analisados neste capítulo. Na transcrição, o símbolo de acento circunflexo (^) indica as ações corporificadas desempenhadas pelo POL (Pablo), ao passo que o símbolo de asterisco (\*) corresponde às da INT (Amanda). A interação se aproxima do final do interrogatório.

Anteriormente ao fragmento trazido aqui, a INT informa que ela e o seu companheiro haviam ficado aproximadamente duas horas com as vítimas que foram agredidas. Ao longo linhas 01-03, enquanto o POL registra informações já fornecidas pela INT, a acusada informa que ela e o esposo já observavam os dois jovens antes de eles realizarem o roubo à sua filha e a uma colega.

Excerto 23: DPC\_pablo\_AMANDA\_01\_06\_2017<sup>34</sup>

```

01 INT:      ^nós já tava cuidando eles
    pol      >>^digita-->1.06
02          (1.8)
03 INT:      eles tavam ali tentando: assaltá a:s criança
04          (1.2)
05 POL:      arrã
06          (2.0)^(.)
    pol      -->^
07 POL:      -> tá e nessas duas horas com esses cara ali
08          vocês não ^ficaram todo tempo ba[tendo] neles ↑né
                ^olha p/ INT-->1.10
09 INT:      * [↓n#ão]
                *bal. a cabeça
                negativamente-->1.10
    ima      #ima.1
10          ↓não# (.) * ^isso não
                -->*

```

<sup>34</sup> O excerto completo encontra-se no Apêndice J.

```

pol          -->^
pol          ^digita-->>
ima        #ima.2
11          (0.7)
12 INT:      °até porque se não eles não tinham nem
13          sobre[vivido] eu ach:o°
14 POL:      [sim  ]
15          (2.5)
16 INT:      >a que mais bateu *fui eu<          *
              *assente c/ a cabeça*
17          (0.4)
18 INT:      isso é fato.
19          (22.2)

```

Figura 11 - Captura de vídeo das imagens do Excerto 23



Fonte: Elaborada pela autora com base nos registros de vídeo.

Ao longo das linhas 07-08, o POL realiza um pedido de confirmação à INT por meio de uma *Pergunta Polar*, cujo formato consiste em uma asserção declarativa (tá<sup>35</sup> e nessas duas horas com esses cara ali vocês não ficaram todo tempo ba[tendo] neles), seguida de uma *tag* interrogativa (↑né). Tal formato evidencia que o POL possui algum conhecimento sobre o que está sendo perguntado. (HERITAGE, 2010). Além disso, a pergunta, em virtude do formato que integra a partícula negativa “não”, tende a preferir uma resposta negativa. (POMERANTZ, 1984).

A INT toma o turno responsivo (l. 09) antes mesmo de o POL concluir a pergunta (↓não). Porém, depois do término do pedido de confirmação do POL, a INT repete a resposta, de maneira a confirmá-la: ↓não (.) isso não (l.10). Atentamos para a ação corporificada

<sup>35</sup> O uso do marcador discursivo “tá”, que inicia o turno de fala do POL, é capaz de evidenciar um estado de prontidão por parte do investigador, pois, na linha anterior, ele deixou de realizar a ação de digitação no computador.

que indica negação ao longo do turno de fala da INT. Essa ação gestual (Imagens 1 e 2) é capaz de intensificar a confirmação verbal.

A INT, então, provê explicações ao POL: °até porque se não eles não tinham nem sobre[vivido] eu ach:o° (l. 12-13) >a que mais bateu fui eu< (l.16) isso é fato. (l. 18). A explicação da INT, ao longo das linhas 12-13, consiste em uma razão pela qual ela e Vilson não ficaram batendo o tempo todo nas vítimas. Contudo, é capaz de evidenciar, também, a intensidade com a qual eles bateram nos rapazes: violentamente, de modo que os jovens não sobreviveriam caso a agressão durasse duas horas. Essa explicação – que aparentemente favorece a condição da INT e a de seu companheiro, por terem batido nas vítimas por pouco tempo –, ao mesmo tempo, pode prejudicá-los, tendo em vista a intensidade da agressão.

Por fim, observamos que, ao continuar se explicando (l. 16 e 18), a INT assume a maior parte da responsabilidade sobre o crime. Nesse contexto, pode-se especular que se trata de uma explicação que opera de maneira a beneficiar seu companheiro, que, além da agressão aos dois jovens, responde por tráfico e posse de drogas.

A análise do Excerto 23, assim como a do primeiro fragmento analisado nesta seção, revela que a *Pergunta Polar*, além de ocasionar uma de suas respostas prototípicas, repercute em explicações por parte da INT – explicações essas que, apesar de terem operado de modo a favorecer a sua condição e, principalmente, a de seu companheiro Vilson, contêm informações significativas concernentes aos fatos do crime.

O último excerto analítico desta seção e, portanto, deste capítulo contempla o mesmo interrogatório do Excerto 21, que se inicia quando a sessão se encontra um pouco antes da metade. Conforme referido anteriormente, as ações corporificadas do POL (Mário) estão sinalizadas por meio de um acento circunflexo (^), e as do INT (Frederico) estão representadas por um asterisco (\*). Em linhas anteriores ao excerto trazido aqui, o INT informa que a vítima teria primeiro lhe dado um soco.

Excerto 24: DPC\_mário\_lucas\_FREDERICO\_18\_01\_2018<sup>36</sup>

```
01 INT:      aí da- da- daí eu ^fiz um jeito pra cima dele
           pol                                ^digita-->1.04
02          também, aí ele andô pra trás e passô na
03          churrasquera e pegô:: espeto pegô dois espeto
04          e veio ^ de espeto
           pol                                -->^
```

<sup>36</sup> O excerto completo encontra-se no Apêndice K.

05 (. )^(1.1)  
 pol ^digita--> 1.06  
 06 POL: -> aí^ vocês ^ entraram# em ^  
 -->^ ^c/ as mãos, faz movim. circ. indic. briga-->^  
 ima #ima.1  
 07 vias de fato é i↑sso  
 08 INT: \*sim aí eu ^encon\*trei um: pedaço de made::ra,  
 \*assente c/ cabeça rep.\*  
 pol ^digita-->1.10  
 09 e fui pra cima dele ele andô pra trás eu passei  
 10 na churrasquera e peguei uma fa↓ca^  
 pol -->^  
 11 (0.7)  
 12 INT: uma churrasquera no meio da rua é uma rua  
 13 ^trancada que não passa carro nada aí  
 pol ^digita-->1.16  
 14 (0.9)  
 15 INT: aí eu peguei um:- uma faca na churrasque:ra e  
 16 e- e continue::i^ [andando em direção dele]  
 pol -->^

Figura 12 - Captura de vídeo da imagem do Excerto 24



Fonte: Elaborada pela autora com base nos registros de vídeo.

Ao longo das linhas 01-04, o INT provê, por meio de um relato, informações a respeito do que aconteceu posteriormente ao soco que, segundo ele, a vítima lhe dera: aí da-da- daí eu fiz um jeito pra cima dele também, aí ele andô pra trás e passô na churrasquera e pegô:: espeto pegô dois espeto e veio de espeto. Salientamos a maneira com a qual o INT descreve sua própria ação: daí eu fiz um jeito pra cima dele também. Ao que tudo indica, trata-se de uma forma mais atenuada de o INT

relatar o momento em que revidara – forma essa que não especifica o modo e/ou o instrumento de revide. Nesse contexto, é possível especular, pelo uso do advérbio “também”, que o INT teria dado um soco na vítima.

Após o relato do INT, observamos que o POL deixa de realizar a ação de digitação em seu computador e faz uma formulação que pede por confirmação: *aí vocês entraram em vias de fato é i↑sso* (l. 06-07). Trata-se de uma *Pergunta Polar* de formato equivalente ao da *Pergunta Polar* analisada no excerto anterior: uma asserção declarativa (*aí vocês entraram em vias de fato*), seguida de uma *tag* interrogativa (*é i↑sso*), o que revela que o POL possui algum conhecimento (C+) concernente ao conteúdo da pergunta. (HERITAGE, 2010). Ressaltamos ainda a expressão jurídica que compõe a pergunta do policial: “vias de fato”. Possivelmente orientado para um desconhecimento do INT em relação a essa expressão, observamos que o POL realiza uma ação corporificada por meio da qual elucida o sentido de “vias de fato” (Imagem 1).

Sem demora, o INT toma o turno responsivo, de modo a prover a confirmação tornada relevante na 1PP do POL (*sim*). O INT prossegue, provendo informações a respeito do que acontecera depois de a vítima ter avançado em direção a ele com dois espetos. Tais informações são providas por meio de um relato de estrutura narrativa, as quais não foram solicitadas pelo POL: *aí eu encontrei um: pedaço de made::ra, e fui pra cima dele ele andô pra trás eu passei na churrasquera e peguei uma fa↓ca* (l. 08-10) *uma churrasquera no meio da rua é uma rua trancada que não passa carro nada aí* (l. 12-13) *aí eu peguei um:- uma faca na churrasque:ra e e- e continue::i andando em direção dele* (l. 15-16).

O INT, que, no início do interrogatório, já havia confessado o delito, justificando-se que teria agido em legítima defesa, provê, neste momento, detalhes concernentes aos fatos do crime. Chama a atenção, ao longo da narrativa do INT, o momento em que ele passa a fazer referência à arma do crime (faca). Logo após informar ter pegado uma faca, ele não provê, de imediato, a informação relativa ao que acontecera posteriormente. Nesse âmbito, notamos que o INT inicia uma explicação a respeito da localização da churrasqueira. É só depois dessa explicação que ele repete a informação de que pegara a faca, para então, aparentemente, prosseguir com a narrativa (que é interrompida pelo POL, como podemos observar ao longo da análise do Excerto 24). Observamos também as marcas de autorreparo, fala alongada e repetição de palavras que compõem o final da fala do INT: *aí eu peguei um:- uma faca na churrasque:ra e e- e continue::i andando em direção dele*. Tais elementos, em conjunto com a interrupção da narrativa por meio da explicação da localização da churrasqueira, podem indicar hesitação

por parte do INT em prover a informação relativa ao ato seguinte, que, ao que tudo indica, diz respeito ao momento em que a vítima fora esfaqueada.

A análise do último excerto desta seção evidencia que a *Pergunta Polar* realizada pelo POL, além de culminar em uma confirmação por parte do INT, repercute no provimento de informações por meio de um relato detalhado acerca dos fatos do crime. Corroborando os outros dois excertos desta seção, a *Pergunta Polar* opera para além da projeção de uma resposta de sim/não ou equivalente. Assim, por mais fechado que seja, esse tipo de pergunta se revela mais bem-sucedido no que tange às consequências interacionais e sequenciais das *Perguntas de Busca Aberta* e das *Perguntas QU- de Contar*.

De forma a concluir este capítulo, apresentamos, a seguir, a descrição formal da trajetória sequencial a partir das *Perguntas Polares*:

#### Quadro 7 - Descrição formal da trajetória sequencial a partir das *Perguntas Polares*

- O policial realiza uma *Pergunta Polar*:
  - em um formato interrogativo, declarativo ou *tag question*, que
  - inicia uma nova sequência interacional ou não, e que
  - pede uma informação ou uma confirmação.
  
- O interrogado:
  - toma o turno responsivo sem demora e
  - provê a informação ou a (des)confirmação, bem como
  - provê explicações e/ou outras informações que possam ter ou que tenham relação com os fatos do crime.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos observar, as *Perguntas Polares*, apesar de serem de formato fechado, mostram-se, em nossas análises, bem-sucedidas na busca por informações que tenham relação com os crimes dos quais os interrogados estão sendo acusados. Contudo, não podemos deixar de mencionar que, ao fornecerem explicações e informações que possam ter ligação com o fato ocorrido, os acusados tentam se beneficiar desses dados, de forma a revelar um distanciamento em relação ao crime. Assim, acabam por aproveitar a oportunidade para elaborar a narrativa com informações em prol de sua própria defesa e, portanto, para construir uma identidade de inculpabilidade.

## 4.5 DISCUSSÃO

Após a análise da busca por informações relacionadas aos fatos dos crimes por meio de perguntas de formatos aberto e fechado, podemos observar alguns resultados.

As *Perguntas de Busca Aberta* evidenciam um não alinhamento verbal por parte dos interrogados, o que faz com que os policiais tomem o turno novamente, de maneira a especificar a informação requerida por meio do estreitamento da ação ou do formato da pergunta. É apenas através do estreitamento realizado ao longo da trajetória sequencial que a polícia consegue obter a informação buscada naquela sequência específica.

As *Perguntas QU- de Contar* muito se assemelham às *Perguntas de Busca Aberta*, por também apresentarem tamanha amplitude que não gera o provimento de informações/explicações sobre os crimes. Apesar de alguns interrogados se alinharem ao formato, tomando o turno em resposta, não fornecem informações/explicações sobre o que é perguntado – o que, assim como nas *Perguntas de Busca Aberta*, repercute na necessidade de estreitamento do formato da pergunta. Mais uma vez, é somente através desse afunilamento, ocasionado ao longo do percurso sequencial, que se obtém uma resposta condizente à 1PP.

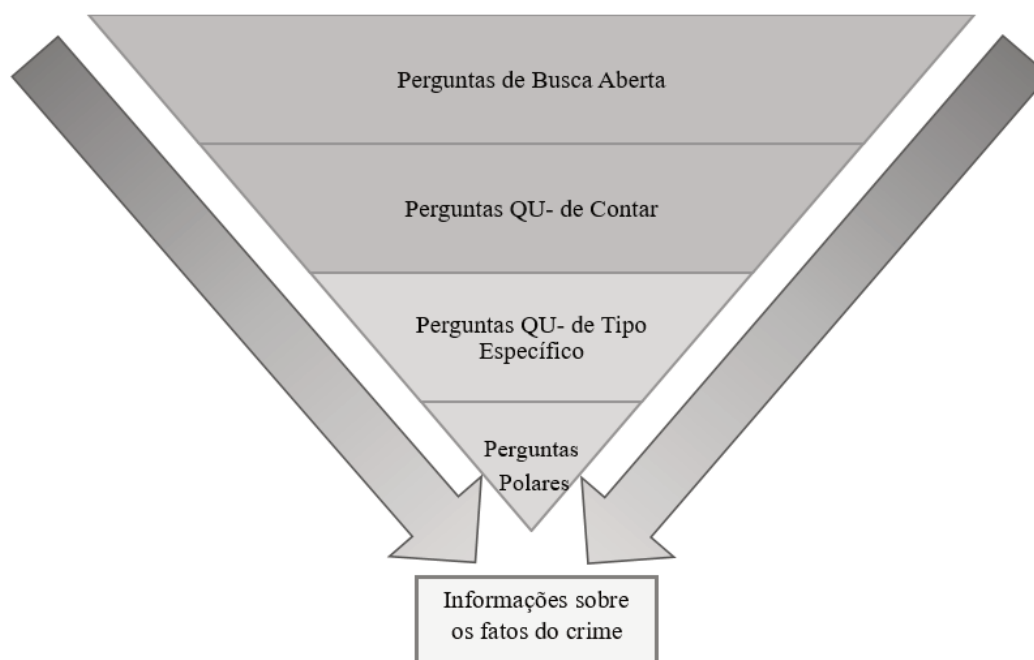
Faz-se oportuno lembrar que Kidwell (2009) explica que as respostas às perguntas de formato aberto normalmente se constituem de várias UCTs. No entanto, no contexto desta investigação, isso não sucede com as *Perguntas de Busca Aberta*, nem com as *Perguntas QU- de Contar*, ambas de formato aberto.

As *Perguntas QU- de Tipo Específico*, como já explicado neste capítulo, apesar de serem de formato aberto, constituem-se menos abertas do que as *Perguntas QU- de Contar*. Provavelmente, é por isso que elas se mostram mais eficazes na busca por informações acerca dos crimes. Isso ocorre porque, apesar de as respostas acontecerem após pausas, os interrogados proveem as informações tornadas relevantes na 1PP. E fazem mais: depois disso, proveem justificativas e/ou explicações. Contudo, trata-se de justificativas e/ou explicações que operam de forma a favorecer a condição dos próprios acusados.

Por fim, as *Perguntas Polares*, consideradas de formato fechado, mostram-se ainda mais eficazes na busca por informações: apesar de tornarem relevantes e alcançarem respostas de sim/não ou equivalentes, mobilizam a suplementação de outras informações por parte dos interrogados, as quais podem ter relações com os fatos dos crimes. Tais informações extras consistem naquilo que Raymond (2010) chama de elaborações, que, segundo ele, são uma prática comum por parte de respondentes de *Perguntas Polares*. Além disso, os interrogados fornecem respostas sem demora, o que corrobora a eficácia desse formato de pergunta.

A Figura 13 sintetiza os resultados encontrados neste capítulo analítico: é a partir das perguntas de formato mais fechado, ou, do estreitamento sequencial de perguntas de formatos mais abertos para mais fechados, que informações sobre os crimes são alcançadas.

Figura 13 - Estreitamento dos tipos de perguntas



Fonte: Elaborada pela autora.

Anteriormente à conclusão deste capítulo, necessário se faz considerar que, ao fornecerem informações acerca dos crimes sob investigação, os acusados se beneficiam dos turnos de fala responsivos, de forma a prover informações extras e/ou justificativas em favor de sua própria inocência. O provimento das informações sobre os fatos dos crimes, assim, não se revela à toa, “de graça”; em vez disso, ele se mostra circunstanciado pelo favorecimento dos próprios acusados.

Findamos este capítulo retomando a noção de perguntas de formatos aberto e fechado em termos de senso comum. Conforme observado no início da primeira seção, frequentemente encontramos “dicas” e até mesmo “treinamentos” estabelecendo que as perguntas abertas, por não controlarem o que está por vir, tendem a obter respostas mais elaboradas, com mais informações, ao passo que as perguntas fechadas, por mobilizarem respostas de curta extensão, não são eficazes (isto é, não consistem em um “bom” formato de pergunta) na busca por informações. Contudo, o que a análise dos interrogatórios revela é justamente o contrário. Nesse contexto, as perguntas de formatos mais abertos, possivelmente



por serem mais amplas, demandam a necessidade de perguntas mais específicas por parte do policial; as perguntas de formatos menos abertos e também fechados, por sua vez, além de culminarem em respostas que atendem ao que foi mobilizado na pergunta, fornecem informações *adicionais* concernentes aos crimes pelos quais os interrogados estão sendo acusados. Essas informações, contudo, podem tanto ser substanciais para as investigações como podem ser usadas em favor da própria inocência dos interrogados.

## 5 O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES

Após analisarmos, por meio dos formatos aberto e fechado de perguntas, como os policiais investigadores realizam a busca por informações acerca dos crimes pelos quais os interrogados estão sendo acusados, focalizamos, neste capítulo, no trabalho interacional que os interrogados fazem para resguardar tais informações. Ademais, também discutimos como esse resguardo é, por vezes, oportunizado pelos próprios policiais na interação, criando, assim, um paradoxo para o próprio evento interrogatório.

Este capítulo analítico conta com duas seções: a primeira delas engloba o resguardo dos fatos dos crimes por parte dos acusados, ou, dito de outra forma, compreende alguns meios com os quais os interrogados fornecem respostas que não atendem às ações tornadas relevantes nas perguntas feitas pelos policiais. A segunda seção abrange interações nas quais o resguardo dos fatos é oportunizado pelos próprios policiais, quando, em suas perguntas, permitem que os interrogados resistam ao provimento de informações concernentes aos crimes pelos quais estão sendo acusados. Faz-se importante mencionar que ambas as seções são resultado da recorrência dos fenômenos analíticos em nossos dados.

### 5.1 “NÃO TÔ LEMBRADO DE TÊ COMPRADO”: O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES REALIZADO PELOS INTERROGADOS

Esta seção de análise contempla excertos de fala-em-interação em que os interrogados, em seus turnos responsivos, não desempenham as ações tornadas relevantes nas perguntas feitas pelos policiais. Em vez disso, as ações em resposta consistem, predominantemente, em declarações de desconhecimento, deslembração ou dessaber em relação aos fatos do crime<sup>1</sup>. Tais declarações, realizadas por meio do uso de verbos de cognição em sua forma negativa pelos interrogados, acabam por resguardar informações acerca das infrações sob investigação.

A primeira sequência que integra esta seção contempla o mesmo interrogatório analisado no Excerto 13, gravado em áudio. O Excerto 25 tem a participação dos policiais Pablo (POL1) e Manuel (POL2) e do interrogado Júlio (INT), acusado pelo crime de estelionato. Segundo as investigações, o INT teria realizado a compra de uma arma de pressão com um cheque falso. O extrato a seguir acontece no início do interrogatório. É necessário esclarecer que as imagens que o POL1 mostra para o INT se referem a capturas de vídeo do

---

<sup>1</sup> Como veremos a seguir, as respostas dos interrogados que não condizem com o que é projetado nas perguntas dos policiais também abarcam as ações de concordância e de provimento de justificativas, bem como de outras informações (que não as solicitadas).



“não” prefaciador não opera como advérbio de negação<sup>3</sup>. O item lexical, nesse caso, opera como marcador discursivo que, de certa forma, afilia-se a algo que está proposto na pergunta do POL1: o INT, de certo modo, concorda com o POL1 ao reconhecer que a pessoa presente nas imagens se parece com ele. Assim, ao realizar essa espécie de concordância, o INT parece reconhecer que o POL1 tem alguma razão em acreditar que ele é a pessoa das imagens. E, apesar de não confirmar ser ele, o INT não realiza nenhuma negação (ou desconfirmação). Assim, notamos certa resistência do INT em (des)confirmar o que foi solicitado pelo POL1. Se confirmasse que a pessoa das imagens é ele, por exemplo, o INT estaria se entregando. Se simplesmente insistisse não ser ele, por outro lado, estaria disputando o “óbvio”, disponibilizado socialmente a todos os participantes presentes, pois a imagem no vídeo revela um sujeito que, no mínimo, apresenta grande semelhança física com o INT. Assim, ao admitir que a pessoa presente nas imagens é bem parecida com o ele, o INT consegue “driblar” as evidências, provendo uma resposta “verídica” e pela qual não pode ser imputado de ter mentido. Reconhecer ser bem parecido é, portanto, uma maneira de o INT não confirmar, nem desconfirmar a acusação que lhe é atribuída – e, ainda, de se eximir dela.

Antes mesmo de o INT concluir a sua fala (l. 06), o POL1, possivelmente orientado para o não recebimento de uma confirmação ou de uma desconfirmação, toma o turno em sobreposição, de forma a desafiar o INT, pedindo-lhe uma informação equivalente àquela solicitada inicialmente ([é: não::] v:- é ou não ↑é). Trata-se de uma maneira de o POL1 colocar o INT “contra a parede”, uma vez que tenta, novamente, obter uma resposta que, de fato, responda àquilo que é solicitado. Observamos que, até o INT tomar o turno, há uma ausência de fala de um segundo e três décimos, durante a qual o INT pigarreia. Esses elementos que precedem a 2PP do INT (atraso na resposta e pigarreio) são característicos de resposta despreferida, uma vez que são capazes de postergar o turno responsivo do INT. Ao responder, observamos que ele provê uma resposta cuja ação é despreferida, pois não condiz com a resposta tornada relevante na pergunta: *n:ão tô lembrado de tê comprado* (l. 10). Como se pode observar, o INT não provê a informação solicitada. Dessa vez, ele declara não estar lembrado de ter comprado (a arma de pressão). Trata-se, assim, de uma resposta não conformativa, pois ela não atende à ação e nem ao formato tornados relevantes na pergunta. A resistência ao provimento da informação por parte do INT é capaz de operar em favor de sua inculpabilidade, pois a declaração de deslembração pode consistir em uma estratégia do INT para “sair pela tangente” inimputável, uma vez que o uso do verbo de cognição “lembrar”, em sua forma

---

<sup>3</sup> O “não” é proferido com som agudo e não possui entonação descendente. Além do mais, não há pausa entre o item lexical e a continuação do turno de fala do INT.

negativa, é também uma maneira de não mentir, já que a “deslembança” não é algo disputável. Além disso, se o INT respondesse que a pessoa das imagens não é ele, essa informação poderia ser passível de discussão, considerando que a polícia dispunha de imagens da ação do crime.

Assim, no Excerto 25, observamos que, apesar de responder ao POL1, o INT não provê as ações tornadas relevantes nas perguntas. Dessa forma, acaba por resguardar possíveis informações acerca do crime pelo qual está sendo acusado – as quais poderiam aproximá-lo da autoria do delito.

O segundo excerto desta seção, gravado em áudio, compreende o mesmo interrogatório dos Excertos 17 e 20. Trata-se de uma interação com a participação do policial Pablo (POL) e de um interrogado acusado de uma tentativa de homicídio, André (INT). O fragmento representado abaixo acontece na metade do interrogatório. Faz-se importante mencionar que, de acordo com as investigações, o crime, que acontecera em uma danceteria, fora cometido por duas pessoas, e suspeita-se que o outro infrator seja alguém chamado Alexandre, primo de André. Em linhas anteriores ao fragmento trazido aqui, o INT informa ao POL que Alexandre é seu primo.

#### Excerto 26: DPC\_pablo\_ANDRÉ\_02\_05\_2017<sup>4</sup>

01 POL: tá e o ale- esse alexandre ali que tu:: citô  
 02 ele f- se envolveu em alguma briga >ou ↑não<  
 03 (.)  
 04 INT: o alexandre?  
 05 POL: é  
 06 (1.6)  
 07 INT: eu fiquei sabendo só aqueles dia ali mas eles  
 08 não me falaram nada que ele:: b- [fe- b-] e tal:  
 09 POL: [mhm ]  
 10 INT: brigaram::: .h  
 11 (.)  
 12 INT: ^eu não tenho como te dizê que eles brigaram  
 pol ^digita-->>  
 13 -> porque eu não s- não sei de na:::da cara  
 14 (0.6)  
 15 INT: porque ó: (0.5) eu quase nem saí: nem::: quase  
 16 saí de perto da minha guri:a cara  
 17 (0.8)  
 18 POL: mhm

<sup>4</sup> O excerto completo encontra-se no Apêndice L.

Ao longo das linhas 01-02, o POL pede uma informação ao INT por meio de uma *Pergunta Polar*<sup>5</sup>: tá e o ale- esse alexandre ali que tu:: citô ele f- se envolveu em alguma briga >ou ↑não<. Trata-se de uma pergunta relativa ao primo do INT, Alexandre. Como se pode observar, o INT toma o turno depois de uma micropausa, mas não provê a informação solicitada na pergunta do POL. Em vez disso, ele inicia um reparo<sup>6</sup> por meio de uma expansão inserida, pedindo uma confirmação: o alexandre? Pode-se especular que essa iniciação de reparo não se refira a algum problema de audição ou de entendimento por parte do INT em relação à pergunta do POL – isso porque, nas linhas que antecedem o Excerto 26, os interagentes já estavam falando sobre Alexandre. A iniciação de reparo pode consistir, assim, em uma estratégia de o INT postergar a sua resposta à pergunta do POL.

Observamos que, depois de o POL realizar a confirmação (é), passa-se um pouco mais de um segundo e meio até o INT tomar o turno, de forma a iniciar o provimento de uma resposta: eu fiquei sabendo só aqueles dia ali mas eles não me falaram nada que ele:: b- [fe- b-] e tal: brigaram:: .h. Como se pode notar, o INT não provê a informação solicitada pelo POL. Em vez disso, ele provê uma espécie de justificativa por não fornecê-la. Além disso, sabemos que aqueles dia ali refere-se a uma data posterior à do crime, porque, conforme relatado pelo próprio INT, ele soube de sua acusação quando estava em uma festa ocorrida durante o dia, realizada posteriormente à data do crime e promovida pelo município onde ele reside<sup>7</sup>. Apesar de ter ficado sabendo de sua própria acusação, o INT torna explícito que não fora informado de uma briga na qual seu primo estava envolvido. Nesse contexto, não podemos deixar de mencionar que, quando o INT se refere a Alexandre, sua fala apresenta marcas de despreferência, tais como alongamento de sons, interrupções abruptas de fala e inspiração audível, elementos que revelam hesitação e resistência em prover a informação solicitada.

Depois de uma micropausa, o INT torna explícita a impossibilidade de prover a informação (eu não tenho como te dizê que eles brigaram) e provê uma outra justificativa para isso (porque eu não s- não sei de na:::da cara). Mais uma vez, a justificativa contém, em seu formato, elementos característicos de despreferência (interrupção de fala, repetição de palavras e alongamento de som), os quais revelam resistência por parte do

<sup>5</sup> Observamos que essa pergunta também possui a característica de pergunta alternativa, em razão de oferecer duas opções de resposta em sua construção.

<sup>6</sup> Um reparo ocorre quando “[...] os participantes param a interação para lidar com mal-entendidos da ordem da fala, da audição ou do entendimento”. (SILVA, ANDRADE, OSTERMANN, 2009, p. 12).

<sup>7</sup> Salientamos que tal festa do município não tem nenhuma relação com a festa ocorrida na danceteria onde aconteceu o crime.

INT em prover o que fora solicitado pelo POL. Ao declarar-se desconhecedor (C-) daquilo que foi perguntado, o INT acaba provendo uma justificativa inimputável, uma vez que ele se utiliza de um verbo de cognição, ou seja, um verbo que remete a uma atividade não correspondente ao mundo material – dito de outra maneira, que endereça uma atividade supostamente mental. (COSTA; CUNHA, 2016). De modo geral, não há meios de comprovar que o INT não sabe de nada. Ainda assim, trata-se de uma maneira de ele evitar se comprometer com o provimento de uma informação capaz de lhe prejudicar, ou de prejudicar seu primo.

Depois de seis décimos de segundo, o INT, possivelmente orientado para o fato de o POL não ter se alinhado a sua justificativa (todavia, atentamos para o fato de o POL estar realizando a ação de digitação), e/ou por reconhecer não ter fornecido uma justificativa credível ao POL, provê uma outra, que aparenta se sustentar mais: porque ó: (0.5) eu quase nem saí: nem::: quase saí de perto da minha guri:a cara. Ainda assim, a resposta também contém marcas de despreferência: pausa, repetição de palavras e alongamento de sons. Enfatizamos que, ao prover essa justificativa, o INT faz menção ao dia e ao local do crime, uma vez que, no início da interação, ele já havia informado ao POL que estivera a maior parte do tempo com a sua companheira.

Assim, no Excerto 26, observamos que o INT, apesar de responder à 1PP do POL, fornece uma resposta não conformativa, pois não atende à ação e nem ao formato (pergunta de “sim”/“não”) tornados relevantes na pergunta. Em vez disso, o INT declara-se sem acesso epistêmico à informação solicitada (C-). Essa declaração de “não saber de nada”, combinada às demais justificativas fornecidas pelo INT, acaba por resguardar informações concernentes ao crime pelo qual está sendo acusado. Tudo isso opera, inclusive, de forma a preservar a condição de seu primo Alexandre, acusado pelo mesmo crime de tentativa de homicídio.

O último extrato a integrar esta seção contempla exatamente o mesmo fragmento de fala analisado no Excerto 16. Ressaltamos que o foco analítico do Excerto 27 está no resguardo dos fatos do crime, e não nos formatos das perguntas feitas pelo policial. A interação, gravada em áudio, tem a participação de Denis, policial investigador (POL1); Ivo, interrogado acusado de roubo seguido de lesões (INT); e Joana, policial (POL2) que realiza a digitação das informações do interrogatório. A linha 01 do Excerto 27 dá início às perguntas sobre os fatos do crime.

## Excerto 27: DPA\_denis\_joana\_IVO\_24\_05\_2017

01 POL1: bom seu ivo então o que o senhor tem pra dizê  
 02 sobre esse fato †tá relacionado à::: à víti†ma  
 03 (1.0)  
 04 POL1: vítima cláudia que o se[nhor (a pessoa-)]  
 05 INT: -> [não eu ] não tenho  
 06 -> nada pra dizê lá [daquela guria]  
 07 POL1: [o senhor ] conhe[ce †ela]  
 08 INT: -> [eu nem ]  
 09 -> conheço ela eu conheci ela faz muito tempo faz  
 10 muitos anos ela foi::-  
 11 (1.4)  
 12 POL1: ^o senhor conhece ela en†tão=  
 pol2 ^digita-->>  
 13 INT: -> =conheci:a  
 14 a[gora faz ]muito tempo que eu não vejo [°ela°]  
 15 POL1: [conhe†cia] [quan ]to  
 16 tempo faz que o senhor não conversa com e:la

Observamos que, apesar de o POL1 realizar um pedido de informação ao INT nas linhas 01-02 (bom seu ivo então o que o senhor tem pra dizê sobre esse fato †tá relacionado à::: à víti†ma), o INT toma o turno em resposta somente depois que o POL1 especifica o nome da vítima, na linha 04 (vítima cláudia que o se[nhor (a pessoa-)]). Porém, em vez de prover alguma informação sobre o fato relacionado à vítima, o INT alega não ter nada a declarar sobre ela: ([não eu] não tenho nada pra dizê lá [daquela guria]). Trata-se, portanto, de uma resposta que não atende ao que fora tornado relevante pela pergunta. Isso ocorre porque, ao perguntar o que o senhor tem pra dizê, o POL1 pressupõe que o INT tenha alguma informação para fornecer – porém, nenhum dado relevante é provido pelo INT. Assim, ao produzir uma resposta que resiste ao provimento da informação requisitada, o INT parece resguardar possíveis informações capazes de aproximá-lo do fato ocorrido.

Possivelmente orientado para a resistência do INT em prover alguma informação, o POL1 pós-expande a sequência, de modo a pedir-lhe uma informação mais específica: [o senhor] conhe[ce †ela]. Antes mesmo de o POL1 concluir a pergunta, o INT já toma o turno, negando conhecer a vítima: [eu nem] conheço ela. Ao realizar essa ação de negação, o INT se exime de qualquer relação com a vítima e, portanto, com o crime do qual está sendo acusado. Tendo em vista a trajetória da interação nos turnos de fala seguintes, entendemos que essa negação consiste em uma maneira de o INT resistir ao pedido de informação do POL1. No prosseguimento de seu turno de fala, o INT fornece uma informação



aparentemente contrária à provida anteriormente ([eu nem] conheço ela): eu conheci ela faz muito tempo faz muitos anos ela foi::-. Como já analisado nesta dissertação, constatamos, pelos tempos verbais utilizados pelo INT, que o sentido por ele atribuído ao verbo “conhecer” diz respeito a encontrar-se e/ou manter relações sociais com a vítima. Assim, ao alegar tê-la “conhecido” no passado, e não a “conhecer” mais essa pessoa no presente, o INT revela-se como inimputável pelo crime, já que ele acontecera nos tempos atuais, e não quando o INT “conhecia” a vítima.

O POL1, então, fundamentado no pressuposto de que não é possível ter conhecido alguém no passado e deixar de conhecê-lo no presente, realiza uma formulação na qual evidencia sua inferência: o senhor conhece ela então. Mais uma vez, observamos que o INT revela resistência em declarar conhecer a vítima, pois, em vez de confirmar ou desconfirmar a formulação do policial, responde utilizando-se do verbo “conhecer” no pretérito imperfeito do indicativo: conheci:a. O uso desse tempo verbal pode ser explicado pelo sentido de “conhecer” atribuído pelo INT. Ao alegar que “conhecia” a vítima, ele evidencia uma ação passada de duração no tempo, mas que já não acontece mais. Ao que tudo indica, trata-se de tê-la encontrado frequentemente e/ou de ter mantido relações de convivência com ela. E isso vai ao encontro do prosseguimento de seu turno de fala: a[gora faz] muito tempo que eu não vejo [°ela°]. Ao se justificar, o INT admite que via a vítima no passado; ou seja, circunscreve seu conhecimento (e, possivelmente, convívio) ao passado. Assim, dá a entender que não vê a vítima no presente, revelando-se, dessa forma, inimputável pelo crime pelo qual está respondendo.

De modo geral, no Excerto 27, observamos que o INT, ao responder às perguntas realizadas pelo POL1, resiste ao provimento das informações e/ou de confirmação tornadas relevantes na IPP. Essa resistência é capaz de propiciar o resguardo de fatos que poderiam prejudicar a sua condição de acusado por um crime. Além disso, em seus turnos responsivos, o INT fornece outras informações e justificativas que operam de forma a distanciá-lo da imputação que lhe é atribuída.

Analisados os excertos desta seção, apresentamos, a seguir, um quadro com a descrição formal das sequências de resguardo de informações acerca dos crimes, por meio das ações responsivas de declaração de desconhecimento, deslembração ou dessaber; concordância; justificativas; e provimento de outras informações por parte dos interrogados.

Quadro 8 - Descrição formal das sequências de resguardo de informações acerca dos crimes por meio de verbos de cognição e outras ações responsivas

- O policial realiza uma pergunta que desempenha a ação de:
  - pedido de informação, ou
  - pedido de confirmação.
- O interrogado inicia um reparo, ou fornece uma resposta que não atende ao que fora tornado relevante na pergunta por meio de uma:
  - concordância, ou
  - declaração de não ter nada a dizer.
- O policial:
  - leva a cabo o reparo iniciado pelo interrogado.
  - realiza uma pergunta que desempenha a ação de pedido de informação.
- O interrogado fornece uma resposta que não condiz à tornada relevante na pergunta, por meio de uma:
  - declaração de deslembração, ou
  - declaração de deslembração, ou
  - declaração de desconhecimento, seguida de informações contrárias.
- O policial realiza uma pergunta que:
  - desempenha a ação de um pedido de confirmação.
- O interrogado:
  - provê uma resposta que não condiz à tornada relevante na pergunta, e que é seguida por justificativa.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio do quadro acima, observamos que, nos turnos de fala responsivos, os interrogados não atendem ao que foi tornado relevante nas perguntas dos policiais. Essa não conformidade, que culmina em resistência por parte dos acusados, é ocasionada pela declaração de desconhecimento, deslembração ou deslembração, dentre outras ações responsivas que operam em favor da construção da inculpabilidade dos interrogados.

Ao mesmo tempo em que isso evidencia que os interrogados fornecem “respostas que não respondem”, o Quadro 8 possibilita observarmos que os policiais não abandonam, na primeira resistência dos interrogados, a busca acerca das informações concernentes aos crimes sob investigação. Os investigadores, possivelmente insatisfeitos por não alcançarem o provimento das informações/confirmações solicitadas, realizam pós-expansões não mínimas por meio de outras perguntas, na tentativa de buscar respostas que atendam às ações tornadas

relevantes nas perguntas iniciais. Mas, como se pode observar, as respostas a essas outras perguntas também não atendem ao que fora tornado relevante pelo policial.

Ainda que não seja o foco analítico desta seção e, portanto, não esteja discriminado no Quadro 8, faz-se necessário esclarecer que as *Perguntas Polares*, tais como que é é íné (Excerto 25), apesar de terem se revelado bem-sucedidas nas trajetórias sequenciais analisadas no capítulo anterior, mostram-se pouco eficazes nesta seção, pois, embora alcancem respostas por parte dos interrogados, trata-se de respostas despreferidas e não conformativas, uma vez que não atendem à ação e nem ao formato tornados relevantes nas perguntas. Entretanto, ressaltamos que os interrogados não apenas resistem às informações/confirmações buscadas por meio de *Perguntas Polares*, mas também às informações buscadas por meio de *Pergunta QU- de Contar*, como em: bom seu ivo então o que o senhor tem pra dizê sobre esse fato í tá relacionado à::: à víti↑ma / vítima cláudia que o se[nhor (a pessoa-)] (Excerto 27).

## 5.2 “TU SABE MAIS OU MENOS QUE HORAS FOI?”: O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS CRIMES OPORTUNIZADO PELA POLÍCIA

Vimos, na seção anterior, uma prática que permeia os interrogatórios policiais, tendo em vista o propósito da polícia em apurar os fatos dos crimes sob investigação: trata-se do resguardo de informações concernentes aos crimes pelos quais os interrogados estão sendo acusados, ocasionado por respostas que não condizem com aquelas tornadas relevantes nas perguntas – ou, então, respostas que, de certo modo, resistem ao provimento de informações e/ou confirmações por meio de declarações de deslembança, dessaber ou desconhecimento, dentre outras ações responsivas. Conforme analisamos, trata-se do resguardo realizado pelos próprios interrogados na interação.

Esta seção de análise, por sua vez, integra excertos nos quais os próprios policiais investigadores, em suas perguntas, oportunizam aos interrogados o resguardo de informações concernentes aos crimes dos quais estes últimos estão sendo acusados. Apesar de isso ir de encontro aos propósitos de inquirição do interrogatório policial, veremos, a seguir, que o resguardo oportunizado pelos policiais se trata de uma prática existente no contexto interacional em questão.

O primeiro extrato a compor esta seção contempla o mesmo interrogatório do Excerto 28, cujos participantes são o policial Ricardo (POL) e o interrogado Renan (INT), acusado de homicídio doloso. Trata-se de uma interação gravada em áudio e vídeo. O fragmento a seguir acontece pouco tempo depois de o POL dar início às perguntas sobre os fatos do crime. Quanto

à transcrição dos gestos dos interagentes, o símbolo de acento circunflexo (^) refere-se às ações corporificadas do POL, ao passo que o símbolo de asterisco (\*) diz respeito aos gestos do INT.

Excerto 28: DPC\_ricardo\_RENAN\_05\_01\_2018

```

01 POL:      ^<pois (.) estava dormindo na hora dos fatos>
              >>^digita-->1.02
02          (1.7)^
    pol      -->^
03 POL:  ->  tu sabe mais ou menos que horas ^↑foi
              ^olha p/ INT-->1.08
04 INT:      *          m m          *
              *balança a cabeça negativamente*
05          (.)
06 INT:      isso aí eu não *[sei ]
              *balança a cabeça negativamente-->1.08
07 POL:      [não?]
08          ^(.)^*(1.0)
    pol      ^digita-->1.12
    pol      -->^
    int      -->*
10 POL:      °<não sabe (.) dizer que horário foi praticado o
11          crime°>
12          (.)^(0.6)
              -->^

```

Na linha 01, o POL lê em voz alta o que está digitando. Trata-se de informações fornecidas anteriormente pelo INT. Após finalizar o registro dessas informações, o POL pede uma nova informação ao acusado: tu sabe mais ou menos que horas ↑foi. Salientamos as escolhas lexicais do POL na composição de sua pergunta: ao utilizar-se de um verbo de cognição (sabe), ele oferece ao INT a oportunidade para este declarar “não saber” (C-) a informação requerida, sem que isso seja tomado como algum tipo de resistência em colaborar com o POL.

Podemos observar, pelas linhas 04-06, que esse resguardo das informações é construído de maneira colaborativa entre o POL e o INT, quando o INT se declara sem acesso epistêmico (C-) no que concerne à informação solicitada: m m / isso aí eu não [sei]. Além da resposta verbalizada, ele nega dispor da informação relacionada ao horário do crime de forma corporificada, ao balançar a cabeça negativamente.

Observamos que o resguardo oportunizado pelo POL das informações acerca do crime resulta em uma resposta cuja ação não condiz com uma resistência, já que esse resguardo não é iniciado pelo INT, mas mobilizado pelo POL. Há, por exemplo, uma evidente diferença entre as

perguntas tu sabe mais ou menos que horas ↑foi e “A que horas foi?”. Entendemos que uma resposta equivalente a “não sei” para ambas ocasiona diferentes implicações: quando responsiva à primeira pergunta, a declaração de não saber mostra-se conformativa, uma vez que atende à ação e ao formato tornados relevantes na 1PP; quando responsiva à segunda pergunta, a declaração de não saber revela-se não conformativa, pois evidencia resistência por parte do respondente, que não atende à ação e nem ao formato tornados relevantes na pergunta.

Assim, a análise do Excerto 28 possibilita a apreensão de que o resguardo das informações acerca do crime, quando oportunizado pelo POL na interação, revela-se tão favorável para o INT que a sua própria resposta deixa de se constituir um resguardo dos fatos.

Dando continuidade à análise, passamos para o Excerto 29, que compreende o mesmo interrogatório apresentado no Excerto 18, gravado em áudio e vídeo. Os participantes são dois: o policial Pablo (POL) e um interrogado acusado de agressão física, Vilson (INT). Salientamos que o INT também está respondendo por posse e tráfico de drogas; entretanto, no extrato abaixo, que corresponde ao meio do interrogatório<sup>8</sup>, ele está sendo interrogado pelo crime de agressão física.

#### Excerto 29: DPC\_pablo\_VILSON\_01\_06\_2017

01 INT: e daí foi onde que eu consegui pegá os guri e:  
 02 (0.8) levei pra casa e bati  
 03 POL: tá  
 04 (.)  
 05 POL: °então ^vamo vê° ^  
 ^aproxima-se do computador c/ a cadeira^  
 06 (0.9)  
 07 POL: -> que dia foi ↑iss^o te ↑lembra=  
 ^olha p/ INT-->>  
 08 INT: =\*não me lembro.  
 \*balança a cabeça  
 negativamente-->1.09  
 09 (0.6) \*  
 --> \*  
 10 POL: faz quanto tempo mais ou me[nos]  
 11 INT: \*[faz] tempinho já  
 \*assente c/ a cabeça  
 positivamente -->>

<sup>8</sup> Antes de responder às perguntas sobre o crime de agressão física, o INT respondera a perguntas sobre os outros dois crimes pelos quais estava sendo acusado.

Nas linhas 01-02, o INT está terminando um relato concernente aos fatos que culminaram no crime de agressão física. Faz-se importante mencionar que, até esse momento, o POL ainda não havia digitado nenhuma informação sobre esse crime no Termo de Interrogatório. Assim, depois de explicitar o recebimento das informações fornecidas pelo INT por meio do marcador discursivo *tá*, o POL, ao mesmo tempo em que profere *então vamo vê*, aproxima-se do computador com a cadeira, evidenciando a necessidade de registrar essas e outras informações sobre o fato em questão. Como se pode observar, o POL, então, começa a inquirir o INT.

Na linha 07, o POL pede ao INT uma informação relativa ao dia do fato: *que dia foi isso te lembra*. Observamos que, ao pedir essa informação, o POL faz o uso de duas perguntas, sendo que a primeira delas (*que dia foi isso*) já seria suficiente para mobilizar uma resposta por parte do INT. Ao perguntar *te lembra*, o POL acaba por facilitar o não provimento da informação, uma vez que se utiliza do verbo de cognição “lembra” e, assim, fornece a possibilidade de o INT declarar deslembração em relação ao que está sendo perguntado. Como se pode observar, é o que de fato acontece: o INT, sem demora, declara verbalmente não se lembrar (*não me lembro*), ao mesmo tempo em que balança a cabeça negativamente.

Dessa forma, ao fazer a segunda pergunta, o POL vai de encontro a uma das finalidades principais do próprio interrogatório – a apuração de informações sobre o crime –, pois, assim como no excerto anterior, ele oportuniza que o INT resguarde os fatos. Se o POL se utilizasse apenas da primeira pergunta para realizar o pedido de informação, por exemplo, a resposta de “não se lembrar” poderia ser provida pelo próprio INT, situação essa que traria consequências distintas para a interação, uma vez que a declaração de deslembração operaria como resistência, e não como conformativa e alinhada à pergunta.

Como podemos observar na continuidade da interação, o POL, então, pede outra informação (*faz quanto tempo mais ou me[nos]*) por meio de uma pergunta cuja composição não integra verbos de cognição (como “lembra”, “saber” etc.) e que, portanto, não oportuniza um resguardo dos fatos do crime. E, apesar de não ser com exatidão, verificamos que o INT provê uma informação (*[faz] tempinho já*). A eficácia dessa pequena sequência de pergunta-resposta, diferentemente da sequência anterior, opera de forma a corroborar os propósitos práticos de inquirição do interrogatório policial.

A análise do Excerto 29 permite entendermos que, diante de todas as possibilidades de perguntas que o POL pode realizar para buscar os fatos do crime, este parece falhar quando

se utiliza de um verbo de cognição ao pedir uma informação ao INT, possibilitando que o acusado resguarde informações de relevância para a investigação.

O último fragmento analítico a integrar esta seção (e este capítulo) compreende o mesmo interrogatório dos Excertos 17, 20 e 26, gravado em áudio, cujos participantes são o policial Pablo (POL) e o interrogado André (INT), acusado de uma tentativa de homicídio. A linha 01 do fragmento a seguir corresponde ao início das perguntas sobre os fatos do crime.

#### Excerto 30: DPA\_pablo\_ANDRÉ\_02\_05\_2018

01 POL: tu::: (1.4) sobre essa ocorrência aí do dia:::  
 02 (1.8) vinte e do- >a ocorrência< vinte e dois  
 03 cinquenta e um ↑né (0.9) que dia que foi isso::  
 04 -> °andré° tu ↑lembra  
 05 (.)  
 06 INT: o quê?  
 07 (.)  
 08 POL: que aconteceu essas::  
 09 INT: não nem sabia de {{rindo{na::da} cara fiquei  
 10 sabendo o:ntem cara (0.4) que os cara tem uns  
 11 cara atrás de mi::m que por causa do cara né que  
 12 tinha um irmão que é i:::sso [e pá]::  
 13 POL: [mhm ]  
 14 (0.8)  
 15 INT: daí eu::: falei eu não tenho nada a vê meu eu  
 16 vou andá aí cabeça erguida que eu sei que eu  
 17 não tenho nada a vê  
 18 (0.6)

Ao elaborar a primeira pergunta concernente às informações acerca do crime pelo qual o INT está sendo acusado, observamos que o POL confunde o dia do fato com o número do boletim de ocorrência e, portanto, repara a sua própria fala: tu::: (1.4) sobre essa ocorrência aí do dia::: (1.8) vinte e do- >a ocorrência< vinte e dois cinquenta e um ↑né (0.9) que dia que foi isso:: °andré° tu ↑lembra. Ao que tudo indica, o POL não perguntaria sobre a data do crime; entretanto, possivelmente orientado para o fato de não a ter encontrado, pede essa informação ao INT. Como podemos observar, de maneira semelhante ao excerto anterior, o POL faz o uso de duas perguntas para pedir a informação ao INT (que dia que foi isso:: °andré° tu ↑lembra). Mais uma vez, o POL parece “pisar na bola”, pois oportuniza que o INT responda apenas à última pergunta (tu ↑lembra) e declare deslembração, tendo em vista a presença do verbo de cognição “lembrar” na composição da pergunta.

Antes de prover uma resposta, observamos que o INT inicia um reparo de classe aberta, por meio de uma expansão inserida (SCHEGLOFF, 2007<sup>9</sup>): *o quê?. É possível especular que essa iniciação de reparo decorra do fato de o POL ter se utilizado do referente *isso*: para fazer menção ao crime. Ao levar o reparo a cabo, observamos que o POL, mais uma vez, não torna explícito o termo “crime” ou qualquer termo equivalente, como “episódio” ou “fato” – que aconteceu essas:. Entretanto, como se pode verificar, o INT não apresenta problemas em entendê-lo, pois, sem demora, provê a resposta à pergunta (não). Assim, o INT provê uma resposta conformativa à segunda pergunta do POL (*tu lembra*). Em seguida, ele ainda fornece uma série de justificativas por não lembrar do dia do fato e por não ter cometido o crime: *nem sabia de {{rindo{na::da} cara fiquei sabendo ontem cara (0.4) que os cara tem uns cara atrás de mi::m que por causa do cara né que tinha um irmão que é i::sso [e pá]:. Depois de menos de um segundo, continua: daí eu::: falei eu não tenho nada a vê meu eu vou andá aí cabeça erguida que eu sei que eu não tenho nada a vê.**

Apesar de outros fenômenos serem passíveis de análise nessa interação, o que nos propusemos a explorar aqui é, mais uma vez, o resguardo de informações acerca do crime oportunizado pelo POL, por meio de uma pergunta cuja composição integra um verbo de cognição. Este excerto, assim como os demais desta seção, revela uma prática existente em interrogatórios policiais que se mostra incompatível com o propósito da apuração dos fatos do crime, o qual consiste no cerne do evento interacional em pauta. Ao oportunizar o resguardo de informações relevantes sobre o crime, de modo a oferecer ao INT o uso de um verbo de cognição, o POL deixa de obter uma resposta “informativa” pelo acusado e, portanto, deixa de alcançar uma resposta que poderia ser significativa para a investigação.

Analisados os fragmentos de fala-em-interação desta seção, apresentamos, abaixo, o quadro com a descrição formal das sequências de resguardo de informações acerca dos crimes, quando este é oportunizado pela polícia por meio de perguntas cuja composição integra verbos de cognição.

---

<sup>9</sup> “Insert expansion”. Uma expansão inserida acontece quando, entre os dois turnos de fala da sequência interacional mínima – o par adjacente –, há outra sequência de par adjacente. Dito de outra forma, entre uma 1PP e uma 2PP (nesse caso, uma pergunta e uma resposta, como podemos observar nas linhas 4 e 9), há outra 1PP e outra 2PP (nesse caso, outra pergunta e outra resposta, conforme as linhas 6 e 8 da transcrição).



Quadro 9 - Descrição formal das sequências de resguardo de informações acerca dos crimes oportunizado pela polícia por meio de perguntas com verbos de cognição

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O policial realiza um pedido de informação:           <ul style="list-style-type: none"> <li>- composto por uma ou por duas perguntas, que</li> <li>- possuem um verbo de cognição em sua composição e que, portanto,</li> <li>- oportunizam que o interrogado resguarde as informações solicitadas.</li> </ul> </li>   <li>▪ O interrogado:           <ul style="list-style-type: none"> <li>- provê uma resposta conformativa à tornada relevante na pergunta do policial, de forma a declarar dessaber ou deslembração sobre a informação requerida, ou</li> <li>- inicia um reparo, de modo a pedir por especificação.</li> </ul> </li>   <li>▪ O policial:           <ul style="list-style-type: none"> <li>- leva o reparo a cabo.</li> </ul> </li>   <li>▪ O interrogado:           <ul style="list-style-type: none"> <li>- provê uma resposta conformativa à tornada relevante na pergunta do policial, de forma a declarar deslembração sobre a informação requerida, e provê justificativas.</li> </ul> </li> </ul>
---

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 9 evidencia que, ao pedirem informações por meio de perguntas que integram verbos de cognição, tais como “saber” e “lembrar”, os policiais investigadores viabilizam o fornecimento de respostas que provejam declarações de dessaber ou de deslembração por parte dos interrogados.

Apesar de este capítulo não focalizar nos tipos e formatos das perguntas e, portanto, não discriminar essa questão no Quadro 9, é importante esclarecer que as perguntas – que contêm verbos de cognição – realizadas pelos policiais nos excertos que integram esta seção são *Polares* e, portanto, de formato fechado<sup>10</sup>. De acordo com a análise abordada no capítulo 4, as *Perguntas Polares* mostraram-se as mais eficazes na busca por informações acerca dos crimes sob investigação, pois, além de mobilizarem as suas respostas prototípicas, ocasionaram o provimento de informações adicionais por parte dos interrogados. Por outro lado, nesta seção, verificamos que essas perguntas não mobilizam respostas que vão além das prototípicas.

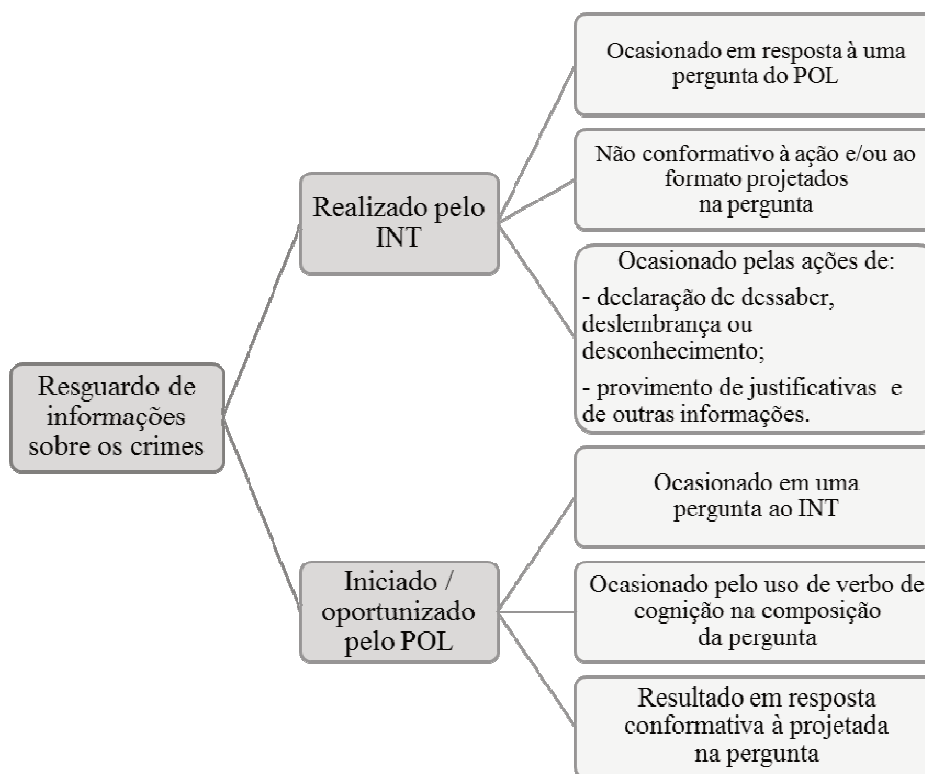
<sup>10</sup> Necessitamos esclarecer, todavia, que apenas as orações que contêm verbos de cognição constituem-se *Polares*. Por exemplo, na pergunta que dia que foi isso:: °andré° tu ↑lembra, tem-se a oração que dia que foi isso:: °andré°, que possui as características de uma *Pergunta QU-* de *Tipo Específico*, e se tem a oração tu ↑lembra, que possui as propriedades de uma *Pergunta Polar*.

Entendemos que tal aspecto decorre daquilo que é oportunizado aos interrogados pelos próprios policiais investigadores nas perguntas: o resguardo das informações concernentes ao crime.

### 5.3 DISCUSSÃO

Analisamos, neste capítulo, fragmentos de interrogatórios policiais que abrangem o resguardo de informações acerca dos crimes. Vimos que esse resguardo pode ser: (1) iniciado pelos interrogados em suas respostas; e (2) iniciado pelos próprios policiais investigadores em suas perguntas. Na figura a seguir, apresentamos uma síntese das implicações dessas duas possibilidades.

Figura 14 - Síntese das possibilidades de resguardo de informações acerca dos crimes



Fonte: Elaborada pela autora.

Como podemos observar, as duas possibilidades de resguardo de informações acerca dos crimes analisadas neste capítulo têm distintas implicações. Quando o resguardo dos fatos é realizado pelos interrogados, observamos que eles resistem ao provimento de informações e/ou confirmações tornado relevante nas perguntas dos policiais e, portanto, proveem respostas não conformativas – respostas essas cujas ações consistem em declaração de des saber, deslembança ou desconhecimento, bem como em provimento de justificativas e/ou

de outras informações. Por meio de tais ações, os interrogados parecem distanciar-se de informações acerca dos crimes, eximindo-se da imputação que lhes é atribuída. Apesar de não estar discriminado na Figura 14, faz-se importante mencionar que esse resguardo dos fatos realizado pelos interrogados é perseguido de pós-expansões não mínimas mobilizadas pelos policiais, de forma a continuarem buscando as informações/confirmações a respeito dos crimes sob investigação.

Quando o resguardo de informações acerca dos crimes é “oferecido” pelos próprios policiais, observamos que eles se utilizam de perguntas cuja composição integra verbos de cognição. Ao perguntarem se os interrogados “sabem” ou “lembram” de alguma informação referente ao fato ocorrido, os investigadores oportunizam que os interrogados declarem *dessaber e/ou deslembança* em suas respostas. As respostas dos interrogados são, portanto, conformativas, pois condizem com as que são tornadas relevantes nas perguntas dos policiais. À vista disso, as informações acerca dos crimes são resguardadas sem que os interrogados revelem resistência em suas respostas.

Analisadas essas duas práticas de resguardo de informações acerca dos crimes, entendemos que a primeira delas – o resguardo realizado em segunda posição pelos interrogados – é inevitável, uma vez que os acusados têm livre arbítrio ao prover as suas respostas; a segunda delas – o resguardo oportunizado nas perguntas dos policiais – , por sua vez, trata-se de uma prática que pode ser controlada e evitada, visto que os investigadores, no Brasil, têm autonomia na escolha dos elementos composicionais de suas perguntas, desde que, ao interrogarem, não deixem de solicitar as informações discriminadas no Art. 187 da Lei 10792/2003 (BRASIL, 2003), topicalizadas na subseção 2.1.1 desta dissertação.

Ressaltamos, neste âmbito, a ausência de formação e de manuais que abranjam especificamente técnicas de interrogar, tendo em vista a apuração de informações concernentes aos crimes sob investigação. Reconhecemos que os policiais, durante a prática de interrogar, esforçam-se como podem, dada essa lacuna em seu processo formativo. Nesse contexto, uma formação mais especializada em recursos linguístico-interacionais, tratando de modos de interrogar, revela-se imprescindível, considerando-se os elevados índices de violência e de criminalidade que o Brasil enfrenta, combinados ao crescente arquivamento de inquéritos, como visto na introdução desta dissertação. Desse modo, entendemos que, se os investigadores tivessem acesso às consequências interacionais geradas pelas perguntas que oportunizam o resguardo dos fatos dos crimes, por exemplo, poderiam refletir sobre as suas próprias práticas de interrogar – práticas essas capazes de propiciar outras trajetórias interacionais e, quem sabe, até mesmo outros desfechos às investigações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, propusemo-nos a investigar, pela perspectiva da fala-em-interação, como ocorre a busca vs. o resguardo de informações acerca dos crimes em interrogatórios policiais de três Delegacias de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. À vista disso, analisamos e descrevemos as implicações interacionais: (1) dos formatos das perguntas utilizados pelos policiais na busca por informações concernentes aos crimes sob investigação; e (2) dos recursos por meio dos quais os participantes dos interrogatórios policiais resguardam informações acerca dos crimes. Esses propósitos de pesquisa não foram definidos aprioristicamente: sucederam da recorrência dos fenômenos interacionais nos dados gerados e foram alcançados por meio de minuciosas análises.

Antes de apresentarmos as análises que viabilizaram os resultados desta dissertação, na introdução, propusemo-nos a mostrar que a prática de perguntar e de responder é constante na fala-em-interação mundana e institucional. Em seguida, apresentamos o evento interacional de análise deste estudo. Preocupamo-nos em atestar a relevância social desta pesquisa, por meio da apresentação de indicadores estatísticos que se contrapõem, evidenciando que, apesar de a violência mostrar-se crescente no Brasil, o número de inquéritos policiais arquivados sem que a autoria do crime seja identificada revela-se elevado. Apresentamos, também, a relevância acadêmica desta pesquisa, por meio da qual visamos ao preenchimento de uma lacuna existente nos estudos de interrogatórios policiais no Brasil sob o aparato da AC.

Optamos por iniciar a revisão de literatura discorrendo sobre o interrogatório policial como um todo, de forma a propiciar ao nosso leitor um entendimento geral a respeito do evento interacional analisado neste estudo, para, então, adentrarmos nosso foco analítico, constituído dos recursos por meio dos quais se realizam a busca e o resguardo de informações acerca dos crimes sob investigação: as perguntas e as respostas. Atentamos para o uso de exemplos – dentre os quais destacam-se aqueles retirados de interações naturalísticas de fala – na elucidação dos aspectos que circundam as perguntas e respostas.

Na metodologia, além de termos contemplado um panorama geral sobre o arcabouço teórico-metodológico da AC, utilizado nesta dissertação, e de termos discorrido a respeito de questões referentes à transcrição, preocupamo-nos em descrever todo o processo de geração de dados, desde a incursão em campo até a codificação dos dados gerados, em um detalhado relato de campo. Por meio desse relato, tencionamos oferecer ao nosso leitor uma maior aproximação com relação ao contexto de pesquisa.

Quanto à análise, escolhemos dividi-la em dois capítulos, tendo em vista os objetivos específicos que contemplam esta dissertação. No primeiro deles, analisamos os diferentes formatos e tipos de perguntas por meio dos quais os policiais buscam por informações concernentes aos crimes sob investigação; no segundo, analisamos os recursos por meio dos quais os policiais e os interrogados resguardam os fatos dos crimes. Na próxima seção deste capítulo final, sintetizamos os resultados alcançados neste estudo para, em seguida, apresentarmos algumas contribuições para o contexto investigado e para os estudos da AC.

## 6.1 RESULTADOS ALCANÇADOS

No que concerne à busca de informações acerca dos crimes sob investigação, vimos que ela é realizada pelos policiais por meio de perguntas de tipos e formatos variados. Compreendemos que, em parte, essa variabilidade pode ser resultado da inexistência de manuais que abarquem técnicas de interrogar, assim como da lacuna no que tange à formação dos investigadores quanto a essa prática. Assim, pudemos observar que os policiais têm livre-arbítrio na escolha dos elementos que compõem as suas perguntas aos acusados.

Observamos que os policiais, ao interrogarem suspeitos acusados de crimes, utilizam-se de perguntas de formatos aberto e fechado em prol de um objetivo principal: obter informações acerca da autoria e da materialidade dos crimes sob investigação. Tendo em vista esse propósito, percebemos, por meio das análises, que a eficácia das perguntas aumenta à medida que elas se estreitam em termos de formato e ações. Dessa forma, vimos que as perguntas de formatos mais abertos, tais como as *Perguntas de Busca Aberta* e as *Perguntas QU- de Contar* (FOX; THOMPSON, 2010), não se mostraram bem-sucedidas na busca por informações acerca dos fatos dos crimes, resultando em não alinhamento por parte dos interrogados, ou em alinhamento por meio de respostas não conformativas, aspecto que demanda a necessidade de os policiais perseguirem na busca por respostas que atendam ao que fora solicitado, estreitando a sequência interacional por meio de perguntas mais restritivas.

As *Perguntas QU- de Tipo Específico* (FOX; THOMPSON, 2010), de formato menos aberto que as anteriores, mostraram-se mais eficientes nessa busca, pois, apesar de culminarem em respostas oracionais, mobilizaram o provimento das informações solicitadas, que foi seguido de justificativas e/ou explicações. Já as *Perguntas Polares* (FREED; EHRLICH, 2010; STIVERS; ENFIELD, 2010; ENFIELD; BROWN; DE RUITER, 2012), de formato fechado, mostraram-se ainda mais eficazes, uma vez que as respostas por elas tornadas relevantes foram normalmente providas sem demora, seguidas de explicações e/ou

outras informações adicionais. Essas explicações e informações adicionais que sucedem o provimento das informações e/ou confirmações das *Perguntas Polares* consistem naquilo que Raymond (2010) chama de elaborações. Apesar de o autor tê-las encontrado em respostas a *Perguntas Polares*, nesta dissertação, também as encontramos em respostas às *Perguntas QU- de Tipo Específico* (por meio de justificativas e/ou explicações que sucedem o provimento das informações). Essas elaborações mostraram-se operar de forma a favorecer a condição dos próprios acusados, distanciando-os da imputação que lhes fora atribuída. Assim, pudemos perceber que a eficácia das perguntas de formato mais restritivo não se revela ao acaso: ela é circunscrita pelo benefício dos próprios interrogados. Entretanto, vimos que tais elaborações podem abarcar informações substanciais para as investigações policiais no que tange aos crimes em questão, e isso corrobora a eficiência das perguntas de formatos mais restritivos.

Nossos achados no que tange à busca por informações acerca dos crimes sob investigação, assim, vão de encontro à noção de que as respostas às perguntas de formato aberto (mais aberto, nesse caso) seriam normalmente constituídas de várias UCTs (KIDWELL, 2009). Os resultados também se opõem às concepções, baseadas no senso comum, de que: (1) as perguntas abertas ocasionam respostas com mais informações e detalhamento; (2) e as perguntas de formato fechado não têm grande eficácia na busca por informações. Em nosso estudo, as respostas às perguntas de formato menos aberto (*Perguntas QU- de Tipo Específico*) e de formato fechado (*Perguntas Polares*) foram as que mais se aproximaram dos propósitos da polícia no que diz respeito à apuração das informações acerca dos crimes sob investigação.

Em relação à ação de resguardar informações acerca dos crimes, observamos que ela pode ser realizada pelos interrogados em seus turnos de fala responsivos, ou oportunizada pelos policiais investigadores em suas perguntas. Constatamos que o resguardo realizado pelos interrogados consiste em uma prática comum no evento interacional investigado, que decorre da resistência por parte dos acusados em prover as informações solicitadas pelos policiais. Vimos que essa resistência é revelada por meio de respostas não conformativas àquelas tornadas relevantes nas perguntas, cujas ações consistem predominantemente em declarações de desconhecimento, deslembração e deslembração.

Pudemos observar que os policiais investigadores oportunizam que as informações concernentes aos crimes sejam resguardadas pelos interrogados quando realizam perguntas cuja composição integra verbos de cognição (NEVES, 2000; COSTA; CUNHA, 2016), tais como “saber” e “lembrar”, possibilitando, assim, que os interrogados simplesmente “concordem” com os policiais, ao declararem, em suas respostas, deslembração e/ou deslembração,

sem que essas respostas denotem resistência ou não conformidade em relação à pergunta. Entendemos que a prática de “resguardo oportunizado” decorre da circunstância já mencionada neste trabalho: a escassez de pesquisas com foco em interrogatórios naturalísticos e a ausência de manuais e de formações que abarquem métodos e/ou técnicas de interrogar, de forma a assegurar que o processo de inquirição seja bem-sucedido, resultando em um meio de prova substancial no que concerne à apuração da materialidade e da autoria dos crimes.

## 6.2 CONTRIBUIÇÕES PARA O CONTEXTO INVESTIGADO

A fala-em-interação corresponde a uma importante ferramenta no que tange ao propósito principal do interrogatório policial, dado que é por meio da linguagem em uso, no evento institucional em questão, que a polícia tem a possibilidade de apurar informações acerca da materialidade e da autoria de práticas delituosas. Entretanto, frente a um evento interacional de tamanha relevância social, é escassa, por parte do Governo Estadual, a oferta de formação sobre o uso da linguagem em favor das investigações – ou, dito de outra forma, sobre a prática de interrogar suspeitos acusados por crimes. Ao mesmo tempo, pudemos perceber que os policiais investigadores se esforçam consideravelmente, tendo em vista essa lacuna em sua formação.

Como garantimos um retorno concernente aos resultados deste estudo aos responsáveis pelas DPs que, de maneira solícita, possibilitaram a geração de dados nos locais, intentamos poder contribuir com os nossos achados para as práticas de inquirição que permeiam os interrogatórios policiais nessas instituições. Se nos for permitido, pretendemos oferecer oficinas aos policiais investigadores que conduzem interrogatórios, mostrando-lhes, com o cuidado de preservar a identidade de todas as pessoas que participaram da pesquisa, as práticas que se revelaram bem-sucedidas ao longo dos interrogatórios e aquelas que se mostraram pouco ou nada eficazes na busca por informações acerca dos crimes sob investigação. Intentamos, sobretudo, mostrar que a composição de suas perguntas pode ser determinante no que concerne ao provimento de informações substanciais acerca das infrações sob investigação e que, em caso de não fornecimento dessas informações por parte dos acusados, a expansão da sequência interacional por meio de outras perguntas pode ser satisfatória.

Acreditamos que, em larga parte dos interrogatórios que estão por vir, a aplicabilidade das práticas de perguntar que se mostraram bem-sucedidas nesta pesquisa, assim como o evitamento das práticas pouco eficazes, podem assegurar outros rumos às investigações. A

partir disso, quem sabe, haja uma redução do percentual de inquéritos arquivados sem que se descubra a autoria e a materialidade dos crimes.

Reconhecemos que os resultados alcançados ao longo desta dissertação, justamente por decorrerem de uma pesquisa qualitativa, não possuem um caráter generalizador. Entretanto, pudemos observar práticas que são recorrentes em uma organização social, identificadas pela perspectiva do “aqui” e “agora” interacional: a fala-em-interação.

### 6.3 CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DA CONVERSA

Como já mencionamos nesta dissertação, o Brasil ainda carece de estudos desenvolvidos pelo aparato teórico-metodológico da AC no que tange ao evento interrogatório policial. Apesar de pesquisas existirem, larga parte delas focalizam em interrogatórios ocorridos em Delegacias de Repressão a Crimes Contra a Mulher, e não em DPs não especializadas, nas quais se investiga todo e qualquer tipo de crime – contexto analítico que esta pesquisa se propôs a explorar. Assim, este estudo contribui para o preenchimento da escassez existente na esfera nacional e, de certa forma, alinha-se à AC desenvolvida no contexto jurídico no cenário internacional.

Embora não tenha sido o foco desta dissertação, identificamos uma Organização Estrutural Geral (DREW; HERITAGE, 1992) nos interrogatórios policiais analisados. Tal organização não é encontrada – até onde se viu – na literatura. Dessa forma, entendemos que possamos contribuir para estudos interacionais futuros acerca de interrogatórios policiais que possam evidenciar as diferentes fases identificadas nas interações analisadas.

Identificamos, também, um tipo de pergunta não encontrado na literatura pesquisada, as *Perguntas de Busca Aberta*. Pode-se especular que essas perguntas não sejam utilizadas apenas em interrogatórios policiais, o que nos leva a crer que elas podem manifestar-se em dados de outros estudos de fala-em-interação. Assim, investigações futuras podem se valer da denominação por nós atribuída a essas perguntas de formato aberto.

Na seção anterior, reconhecemos que os resultados alcançados ao longo desta dissertação não possuem caráter generalizador, uma vez que abrangem interrogatórios de três instituições policiais do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. À vista disso, sugerimos que outros estudos interacionais sejam desenvolvidos de forma a abarcar DPs de outras regiões do estado e, sobretudo, do País. As implicações interacionais da busca e do resguardo de informações acerca dos crimes sob investigação, ou, então, da prática de perguntar e de responder em interrogatórios policiais, mostraram-se passíveis de um número extensivo de



análises e revelaram que têm muito a contribuir para as instituições investigadas e para os estudos interacionais. Tudo leva a crer que a fala-em-interação em interrogatórios policiais de outras DPs do Brasil seja constituída de fenômenos substanciais a serem explorados no que tange a perguntas e respostas.

Por fim, acreditamos que essa pesquisa tenha corroborado nosso “compromisso com a transformação social” (OLIVEIRA, 2009, p. 93) enquanto linguistas aplicadas, contribuindo para os estudos interdisciplinares aos quais a AC abre espaço (SILVA; ANDRADE; OSTERMANN, 2009) – aspectos que possibilitam uma interface entre a ciência da linguagem e as ciências jurídicas, capaz de trazer contribuições teóricas e práticas para ambas. Desse modo, esperamos que, com os resultados desta dissertação de mestrado, consigamos disseminar a importância dos estudos linguístico-interacionais para outras áreas, sobretudo para o Direito Penal.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. N. P. **O uso de referentes pessoal e de lugar e o uso de reformulações em interrogatórios na corte**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2010.
- ANDRADE, D. N. P. **Recomendações e prescrições para cuidados de saúde no pós-alta: a investigação de um programa educativo a pacientes cardiopatas sob uma perspectiva interacional**. 2016. 2018 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2016.
- ANDRADE, D. N. P.; OSTERMANN, A. C. O interrogatório policial no Brasil: a fala institucional permeada por marcas de conversa espontânea. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 92-104, 2007.
- ANDRADE, D. N. P.; SILVA, C. R.; OSTERMANN, A. C. Tu conhece a moreninha aquela??: A co-construção da masculinidade na fala situada de um inspetor policial e de um suspeito em uma interação em contexto de interrogatório policial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.
- ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf)> Acesso em: 27 Jun. 2018.
- BAXTER, J. Discourse-Analytic Approaches to Text and Talk. In: LITOSSELITI, L. **Research Methods in Linguistics**. London: Continuum, 2010. p. 117-137.
- BÖHM, D. B. **Recomendações médico/a-paciente em consultas de aconselhamento genético e o processo de tomada de decisão**. 2018. 154 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Inqueritômetro**. [S.l., 2018?]. Disponível em: <<https://inqueritometro.cnmp.mp.br/inqueritometro/home.seam>> Acesso em: 27 Jun. 2018.
- BRASIL. **Decreto lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 10.792, de 1 de janeiro de 2003**. Altera A Lei no 7.210, de 11 de Junho de 1984 - Lei de Execução Penal e O Decreto-lei no 3.689, de 3 de Outubro de 1941 - Código de Processo Penal e Dá Outras Providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.792.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.792.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e

reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)>. Acesso em: 23 jun. 2018.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

CAVALCANTE, M. Tramitação direta do inquérito policial entre a Polícia e o Ministério Público. **Dizer o Direito**, [S.l.], maio 2014. Disponível em: <<http://www.dizerodireito.com.br/2014/05/tramitacao-direta-do-inquerito-policial.html?m=1>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CLAYMAN, S. E.; HERITAGE, J. Questioning presidents: journalistic deference and adversarialness in the Press Conferences of U.S. presidents Eisenhower and Reagan. **Journal of Communication**, [S.l.], v. 52, n. 4, p. 749-775, 2002.

CLIFT, R. Conclusion: discovering order. In: CLIFT, R. **Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 272-274.

CLIFT, R. The structure of sequences I: preference organisation. In: CLIFT, R. **Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 140-184.

CLIFT, R. Why that, now? Position and composition in interaction. In: CLIFT, R. **Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 64-94.

COLARES, V. **Linguagem & direito: caminhos para a linguística forense**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2016. v. 1.

CONHECER. In: DICIONÁRIO online Caldas Aulete: o dicionário da língua portuguesa. [S.l.]: Lexikon, [2018?]. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/conhecer>> Acesso em: 24 Jun. 2018.

COSTA, J. G. 15 dicas de perguntas fechadas para vender mais. In: **Portal Administradores Negócios Digitais**, Paraíba, 22 set. 2014. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/15-dicas-de-perguntas-fechadas-para-vender-mais/81258>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

COSTA, S. P. T. S.; CUNHA, M. A. F. A construção com verbos de cognição no português brasileiro: um estudo preliminar. **Gragoatá**, Niterói, n. 40, p. 250-272, 2016.

COULTHARD, M. Algumas aplicações forenses da linguística descritiva. In: COLARES, V. **Linguagem & Direito: caminhos para linguística forense**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2016. v. 1. p. 17-45.

COULTHARD, M; JOHNSON, A. Introduction. In: COULTHARD, M; JOHNSON, A. **An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence**. Londres: Routledge, 2007. p. 1-10.

DE RUITER, J. P. Questions are what they do. In: DE RUITER, J. P. (Ed.). **Questions: formal, functional, and interactional perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 1-7.

DEL CORONA, M. O. **O universo do 190 pela perspectiva da fala-em-interação**. 2011. 247 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

DREW, P.; HERITAGE, J. **Talk at work: interaction in institutional settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

EDWARDS, D. Facts, norms and dispositions: practical uses of the modal verb would in police interrogations. **Discourse Studies**, London. v. 8, n. 4, p. 475-501, 2006.

EDWARDS, D.; STOKOE, E. 'Black this, black that': racial insults and reported speech in neighbour complaints and police interrogations. **Discourse and Society**, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 337-372, 2007.

EDWARDS, D.; STOKOE, E.; 'Did you have permission to smash your neighbour's door?' Silly questions and their answers in police-suspect interrogations. **Discourse Studies**, London. v. 10, n. 1, p. 89-111, 2008.

EDWARDS, D.; STOKOE, E. "You Don't Have to Answer": Lawyers' Contributions in Police Interrogations of Suspects. **Research on Language and Social Interaction**, [S.l.], v. 44, n. 1, p. 21-43, 2011.

ENFIELD, N. J.; BROWN, P.; DE RUITER, J. P. Epistemic dimensions of polar questions: sentence-final particles in comparative perspective. In: DE RUITER, J. P. **Questions: formal, functional, and interactional perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 193-221.

FOX, B. A.; THOMPSON, S. A. Responses to WH-Questions in English Conversation. **Research on Language and Social Interaction**, [S.l.], v. 43, n. 2, p. 133-156, 2010.

FREED, A. F.; EHRLICH, S. **Why do you ask?** The function of questions in institutional discourse. New York: Oxford University Press, 2010.

FREED, A. F.; EHRLICH S. The Function of Questions in Institutional Discourse: An Introduction. In: FREED, A. F.; EHRLICH S. **'Why do you ask?' The Function of Questions in Institutional Discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 3-19.

FROST, R. A estrada não trilhada (1920). Tradução de Renato Suttana. **Arquivo de Renato Suttana**, [S.l., 2018?]. Disponível em: <<http://www.arquivors.com/rfrost.htm>> Acesso em: 04 jul. 2018.

GAGO, P. C.; PINTO, P. J. G. O uso de reformulações por um inspetor de polícia durante a atividade de negociação nos interrogatórios policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher (DRCCM). **Veredas**, Juiz de Fora, v. 17, n.2, p. 136-151, 2013.

GARCEZ, P. M. Microethnography in the classroom. In: KING, K. A.; HORNBERGER, N. H. (Eds.). **Encyclopedia of Language and Education**. Berlim: Springer, 2008. v. 10. p. 257-272.

GARCEZ, P. M.; BULLA, G. S.; LODER, L. L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. **Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 257-288, 2014.

- HAYANO, K. Question design in conversation. In: SIDNELL, J.; STIVERS, T. **The Handbook of Conversation Analysis**. Massachusetts: Wiley-Blackwell, 2013. p. 395-414.
- HERITAGE, J. Conversation Analysis and Institutional Talk: Analyzing Distinctive Turn-Taking Systems. In CMEJRKOVÁ, S. et al. (Eds.). **Proceedings of the 6th International Congress of IADA** (International Association for Dialog Analysis). Tübingen: Niemeyer, 1998. p. 3-17.
- HERITAGE, J. Questioning in medicine. In: FREED, A. F.; EHRLICH, S. **Why do you ask? The function of questions in institutional discourse**. New York: Oxford University Press, 2010. p. 42-68.
- HERITAGE, J. The epistemic engine: sequence organization and territories of knowledge. **Research on Language and Social Interaction**, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 30-52. 2012b.
- HERITAGE, J. The limits of questioning: negative interrogatives and hostile question content. **Journal of Pragmatics**, [S.l.], v. 34, n. 10-11, p. 1427-1446, 2002.
- HOEY, E. M.; KENDRICK, K. H. Conversation Analysis. In: DE GROOT, M. B.; HAGOORT, P. (Eds.). **Research Methods in Psycholinguistics and the Neurobiology of Language: A Practical Guide**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2017. p. 151-173.
- HUTCHBY, I. Resisting the incitement to talk in child counselling: aspects of the utterance 'I don't know'. **Discourse Studies**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 147-168, 2002.
- JEFFERSON, G. Transcript notation. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. **Structures of Social Action: studies in conversation analysis**. New York: Cambridge University Press, 1984. p. ix-xvi.
- KIDWELL, M. What happened?: an Epistemics of Before and After in "At-the-Scene" Police Questioning. **Research on Language and Social Interaction**, [S.l.], v. 42, n. 1, p. 20-41, 2009.
- KIDWELL, M.; MARTÍNEZ, E. G. 'Let me tell you about myself': A method for suppressing subject talk in a 'soft accusation' interrogation. **Discourse Studies**, [S.l.], v. 12, n.1, p. 65-89. 2010.
- LELUDDAK, D. Entendendo a importância de uma boa pergunta. **Caddan**, Curitiba, [2018?]. Disponível em: <<http://caddan.com.br/Artigos/entendendo-a-importancia-de-uma-boa-pergunta.html>>. Acesso em 15 mai. 2018.
- MARINHO, R. F. O interrogatório no processo penal brasileiro. **Revista de Direito**, São Paulo, v. 13, n. 17, p. 169-185, 2010.
- MARQUES, D. A tentativa de construção sequencial da verdade num interrogatório policial da delegacia de repressão a crimes contra a mulher. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 61-79, 2008.
- MONDADA, L. Conventions for multimodal transcription. **MAINLY: Multimodal (INter)actions LYon**, Lyon, 2014. Disponível em: <[https://mainly.sciencesconf.org/conference/mainly/pages/Mondada2013\\_conv\\_multimodalit\\_y\\_copie.pdf](https://mainly.sciencesconf.org/conference/mainly/pages/Mondada2013_conv_multimodalit_y_copie.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2017.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

NUCCI, G. S. **Código de Processo Penal Comentado**. 9. edição rev. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2009.

OLIVEIRA, M. C. L. Por uma Linguística Aplicada mais inclusiva. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 7, n. 2, p. 93-96. 2009.

OLSSON, J. Introduction. In: OLSSON, J. **Word Crime**. Solving Crime Through Forensic Linguistics. Londres: Bloomsbury, 2009. p. 1-5.

O QUE SÃO perguntas fechadas e abertas? **Parceiros Digitais**, [S.l.], 13 out. 2017. Disponível em: <<https://www.parceirosdigitais.com.br/blog/2017-10-13/o-que-sao-perguntas-fechadas-e-abertas>>. Acesso em: 15 maio 2018.

OSTERMANN, A. C. Comunidades de Prática: gênero, trabalho e face. In: HEBERLE, V. M.; OSTERMANN, A. C.; FIGUEIREDO, D. C. **Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

OSTERMANN, A. C.; SILVA, C. R. A formulação em consultas médicas: para além da compreensão mútua entre os interagentes. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 7, n. 2, p. 97-111. 2009.

PERGUNTAS abertas e perguntas fechadas. **Canal do Consultor**, Campinas, 27 jan. 2016. Disponível em: <<http://canaldoconsultor.com.br/perguntas-abertas-e-perguntas-fechadas>>. Acesso em 15 mai. 2018.

PERINI, M. **Gramática descritiva do português**. Rio de Janeiro: Ática, 2005.

PINTO, P. J. G. **Práticas de apurar crimes em interrogatórios policiais: uma abordagem da Análise da Conversa Etnometodológica**. 2015. 325 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

POMERANTZ, A. Agreeing and disagreeing with assessment: Some features of preferred/dispreferred turn shapes. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. **Structure of Social Action: Studies in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 57-101.

RAYMOND, G. Grammar and social organization: Yes/no interrogatives and the structure of responding. **American Sociological Review**, [S.l.], v. 68, n. 6, p. 939-967, 2003.

RAYMOND, G. Grammar and social relations: Alternative forms of yes/no-type initiating actions in health visitor interactions. In: FREED, A. F.; EHRLICH, S. **Why do you ask? The function of questions in institutional discourse**. New York: Oxford University Press, 2010. p. 87-107.

SACKS, H. On the preferences for agreement and contiguity in sequences in conversation. In: BUTTON, G.; LEE, J. R. E. (Eds.). **Talk and Social Organization**. Clevedon: Multilingual Matters, 1987. p. 54-69.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. **Language**, [S.l.], v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974. SCHEGLOFF, E. A. Insert Expansion. In: SCHEGLOFF, E. A. **Sequence Organization in Interaction: A Primer in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. v. 1, p. 97-114.

SCHEGLOFF, E. A. Introduction to sequence organization. In: SCHEGLOFF, E. A. **Sequence Organization in Interaction: A Primer in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. v. 1, p. 1-12.

SCHEGLOFF, E. A. Post-expansion. In: SCHEGLOFF, E. A. **Sequence Organization in Interaction: A Primer in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. v. 1, p. 115-168.

SCHEGLOFF, E. A. The adjacency pair as the unit for sequence construction. In: SCHEGLOFF, E. A. **Sequence Organization in Interaction: A Primer in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, v. 1, p. 13-21.

SELTING, M. et al. A system for transcribing talk-in-interaction: GAT2 translated and adapted for English by Elizabeth Couper-Kuhlen and Dagmar Barth-Weingarten. **Gesprächsforschung – Online-Zeitschrift zur verbalen Interaktion**, [S.l.], v. 12, p. 1-51, 2011.

SHUY, R. W. How linguistics examine the language of perjury. In: SHUY, R. W. **The Language of Perjury Cases**. New York: Oxford University Press, 2011. p. 21-35.

SIDNELL, J. The design and positioning of questions in inquiry testimony. IN: FREED, A. F.; EHRLICH, S. **“Why do you ask?”: The function of questions in institutional discourse**. New York: Oxford University Press, 2010. p. 20-41.

SILVA, C. R.; ANDRADE, D. N. P.; OSTERMANN, A. C. Análise da Conversa: Uma breve introdução. **ReVEL**, [S.l.], v. 11, n. 13, p. 1-21, 2009.

STIVERS, T.; ENFIELD, N. J. A coding scheme for question–response sequences in conversation. **Journal of Pragmatics**, [S.l.], v. 42, n. 10, p. 2620–2626, 2010.

STOKOE, E. "I've got a girlfriend": Police officers doing 'self-disclosure' in their interrogations of suspects. **Narrative Inquiry**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 154-182, 2009.

URBANO, H. et al. Perguntas e respostas na conversação. In: CASTILHO, A. T. (Org.) **Gramática do Português Falado**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 75-97.

URIARTE, M. U. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 11, p. 1-13, 2012.

**APÊNDICE A – MODELO DE CARTA DE ANUÊNCIA****CARTA DE ANUÊNCIA**

Projeto: Ações Evidenciadas nas Perguntas em Interrogatórios Policiais Brasileiros

Pesquisadora: Paola Gabriela Konrad

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Ostermann

Eu, (nome do delegado omitido), delegado de polícia, declaro estar ciente da pesquisa que será realizada em nossa/s Delegacia/s de Polícia de (nome da cidade omitido) sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cristina Ostermann, intitulada “Ações Evidenciadas nas Perguntas em Interrogatórios Policiais Brasileiros”, conforme projeto que me foi apresentado e cujo objetivo principal é buscar, por meio da metodologia da Análise da Conversa, as ações evidenciadas nas perguntas ao longo de interrogatórios policiais brasileiros.

Uma vez que a localização da/s Delegacia/s de Polícia e a identidade dos/as participantes envolvidos/as na pesquisa serão estritamente protegidas, autorizo o andamento das atividades listadas abaixo, através das quais serão gerados os dados para o estudo:

- Conversa com os/as participantes da pesquisa a fim de apresentar uma síntese do estudo a ser realizado;
- Observação dos interrogatórios policiais;
- Anotações de campo;
- Gravação dos interrogatórios observados em áudio e vídeo.

Os dados gerados deverão ser utilizados somente para fins de pesquisa e divulgação científica e ficarão sob inteira responsabilidade da pesquisadora e de sua orientadora de pesquisa.

São Leopoldo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_



## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação  
Comitê de Ética em Pesquisa

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado/a a participar de um estudo sobre o funcionamento das perguntas nos interrogatórios policiais brasileiros. Este estudo está sendo conduzido por mim, Paola Gabriela Konrad, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Cristina Ostermann (professora e pesquisadora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS). Através desta pesquisa, queremos identificar as ações realizadas por meio de perguntas ao longo dos interrogatórios policiais nesta delegacia de polícia.

As atividades que servirão de dados para a pesquisa são: a) conversa informal com os/as participantes da pesquisa a fim de apresentar uma síntese do estudo realizado; b) observação dos interrogatórios policiais; c) anotações de campo sobre o ambiente pesquisado e sobre os/as participantes da pesquisa; d) gravação dos interrogatórios policiais em áudio e/ou vídeo.

Sendo você participante do interrogatório, solicitamos sua autorização para gravar e analisar interações em áudio e/ou vídeo com a sua participação e anotar informações suas no transcorrer do interrogatório. Sua participação nos ajudará a compreender um pouco mais como se dá a interação entre os/as envolvidos/as nos interrogatórios policiais.

Não há riscos associados à sua participação nesta pesquisa para além daqueles associados à vida cotidiana. Além disso, compreendemos que a presença da pesquisadora e dos equipamentos de gravação possa causar constrangimento. Caso você sinta qualquer tipo de desconforto durante a gravação, os equipamentos serão desligados e os dados desconsiderados. As informações que obtivermos de você serão rigorosamente confidenciais. Sua identidade, seu nome real, o nome da instituição em que trabalha, nomes de outras pessoas que forem mencionados durante o andamento do interrogatório e mesmo o nome da cidade em que a delegacia de polícia está situada serão substituídos por outros nomes em qualquer apresentação ou publicação do nosso estudo. Além disso, caso você autorize a gravação também vídeo, a imagem que a câmera gerar de você será propositalmente borrada durante a transcrição do vídeo. Seus dados serão absolutamente confidenciais e sua participação no estudo é totalmente voluntária.

Os dados gerados ficarão sob nossa inteira responsabilidade e, após o término do estudo, serão gravados em CD e arquivados, permanecendo conosco para eventuais consultas necessárias a publicações científicas. Os dados serão guardados por tempo indeterminado e poderão ser utilizados no futuro para fins de pesquisa.

Você pode se recusar a participar ou se retirar a qualquer momento sem qualquer penalidade. Não há nenhuma relação entre este estudo e a delegacia de polícia (cidade da delegacia de polícia omitida). Ou seja, sua decisão em participar ou não da pesquisa não afetará em nada a rotina neste local ou os serviços prestados. Você também tem o direito de fazer perguntas e de esclarecer dúvidas sobre o estudo a qualquer momento.

Se você tiver dúvidas ou perguntas, entre em contato conosco pelo telefone (51) 3590-8476, ou pelo e-mail [pkonrad@edu.unisinos.br](mailto:pkonrad@edu.unisinos.br).

Este documento será assinado em duas vias, ficando uma em seu poder e a outra com a pesquisadora. Com sua assinatura, você declara sua concordância em participar do estudo nas condições descritas. Agradecemos por sua colaboração e interesse em nosso projeto.

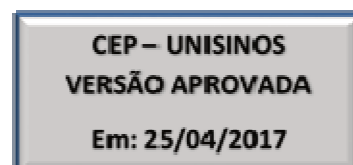
Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura da Pesquisadora: \_\_\_\_\_

Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-000 São Leopoldo Rio Grande do Sul Brasil Fone: (51) 3591-1198 ou  
ramal 2198 Fax: (51) 3590-8118 <http://www.unisinos.br>



### APÊNDICE C – CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO<sup>11</sup>

(1.8)	Pausa
(.)	Micropausa
=	Fala colada
[Texto]	Falas sobrepostas
,	Entonação contínua
↑texto	Entonação ascendente da sílaba
↓texto	Entonação descendente da sílaba
.	Entonação descendente da UCT
?	Entonação ascendente da UCT
-	Marca de interrupção abrupta da fala
:::	Alongamento de som
>Texto<	Fala acelerada
>>Texto<<	Fala muito acelerada
<Texto>	Fala mais lenta
<<Texto>>	Fala muito mais lenta
TEXTO	Fala com volume mais alto
°texto°	Volume baixo
°°texto°°	Volume muito baixo
<u>Texto</u>	Sílaba, palavra ou som acentuado
(Texto)	Dúvidas da transcritora
Xxxx	Fala inaudível
((Texto))	Comentários da transcritora
hhh	Riso expirado
hahahehehihi	Risada com som de vogal
{{rindo} texto}	Turnos ou palavras pronunciadas rindo
.hhh	Inspiração audível

<sup>11</sup> Modelo de transcrição traduzido e adaptado pelo grupo FEI a partir da proposta de Jefferson (1984), com marcações sugeridas pelo GAT2 (SELTING et al., 2011).

## APÊNDICE D – CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO MULTIMODAL<sup>12</sup>

* * ^ ^	Cada participante da interação deve ganhar um símbolo de identificação diferente.
--> (linha x)	A ação descrita continua por linhas subseqüentes.
-->>	A ação descrita continua até o final do excerto.
>>	A ação descrita inicia antes do início do excerto.

### Observações:

- 1) Cada movimento corporal é atribuído a um participante, identificado por seu pseudônimo e por um símbolo que será utilizado ao longo da transcrição.
  
- 2) Se a ação corporal é realizada pelo participante que está utilizando o turno, não é necessária sua identificação na margem. No entanto, se a ação for feita por um participante diferente, ele será identificado na margem. Utiliza-se letra minúscula em tamanho 11 na cor cinza claro para a descrição dos movimentos corporais e para a identificação dos participantes.
  
- 3) Os símbolos de identificação de cada participante são utilizados para demonstrar onde a ação inicia e termina. Estes símbolos são utilizados, também, na linha de fala, para que seja possível ao leitor sincronizar as ações multimodais. Tenta-se alinhar os símbolos para representar essa simultaneidade. A descrição da ação é inserida entre estes dois símbolos. Caso seja necessário preencher o espaço entre os símbolos para alinhamento, utiliza-se o sinal gráfico traço.

<sup>12</sup> Modelo de transcrição traduzido e adaptado pelo grupo FEI a partir da proposta de Mondada (2014).

**APÊNDICE E – LISTA DE ABREVIATURAS DAS DESCRIÇÕES DOS GESTOS**

bal.	balança
circ.	circulares
comp.	computador
conf.	conforme
dir.	direita
dire.	direção
esq.	esquerda
indic.	indicando
mov.	move/movimenta
movim.	movimentos
negativ.	negativamente
p/	para
rep.	repetidamente

## APÊNDICE F – EXCERTO 14 COMPLETO

### Excerto 14: DPC\_pablo\_AMANDA\_01\_06\_2017

01 POL: e o outro como é que foi abordado a↑li  
 02 (.)  
 03 POL: aí daí [botaram ] no: xxx °o outro ainda  
 04 INT: [o outro-]  
 05 POL: consegui fugi o que supospostamente é o armado°  
 06 (0.4)  
 07 POL: sendo abordado mais adiante ↑né  
 08 (.)  
 09 INT: ↓é só que daí nessa abordagem eu não tava mais  
 10 junto daí eu fiquei em casa pra buscá:: pedi pra  
 11 vizinha [me levá] na creche h  
 12 POL: [a tá ]  
 13 (0.4)  
 14 INT: eu já não posso te ajudá nessa- (0.5) como foi lá  
 15 .h  
 16 (0.5)  
 17 POL: sendo abordado mais ta:rde então  
 18 (.)  
 19 INT: é:  
 20 (0.4)  
 21 POL: por vilson?  
 22 INT: isto  
 23 (1.5)  
 24 INT: o vilson conseguiu achá °ele°  
 25 (1.2)  
 26 POL: tá e aquele o primeiro que que vocês fi↑zeram  
 27 (.)  
 28 POL: [ t-]  
 29 INT: [ >>ta]va junto com o vilson<<  
 30 POL: a ficô no [ca↑rro ]  
 31 INT: [ficô no] carro  
 32 POL: [a: tá ]  
 33 INT: [ele foi] junto com o [vilson ]  
 34 POL: [ficô jun]↑to  
 35 INT: mhm  
 36 (.)\*(.)  
 int \*olha p/ POL-->1.43  
 37 POL: e aí: depois  
 38 (0.7)  
 39 POL: ^que tavam os dois^ no ca:rro ^foi-  
 ^olha p/ INT-----^ ^digita-->1.47  
 40 [os dois foram colo]cados

41 INT: [aí foram::: ]  
42 foram lá pra casa  
43 (2.1)\*(1.6)  
int -->\*

44 POL: <°no carro (.) e levados:°>  
45 (1.6)  
46 POL: <°para a casa da declarante°>  
47 (1.5)^(.)  
pol -->^

48 POL: tá \*e: ^↑daí  
int \*olha p/ POL-->>  
pol ^olha p/ INT-->1.63

49 (0.8)

50 POL: ^vai me ^contando °tudo°  
^move mão dir. em dire. à INT^

51 (.)

52 INT: aí: eu cheguei em casa, (0.4) tava as  
53 {{rindo} duas} ch- s- abraçadas chorando dentro  
54 [de ^ca]sa  
pol ^assente com a cabeça de leve e rep.-->1.57

55 POL: [mhm ]  
56 (0.4)

57 INT: aí eu ligue::i nós ligamos (0.4) e ^ela- a menina  
pol -->^

58 ligô na verdade (0.4) pro::- pra mãe,  
59 (.)

60 POL: m[hm]

61 INT: [a ] mãe foi pará na upa,  
62 (.) ^ (0.5) ^

pol ^assente c/ a cabeça de leve e rep.^

63 INT: \*<que subiu a\* pressão> daí veio o: f- ^o irmão  
\*mov. mão esq. p/ cima\*

pol -->^

64 da ^menina também lá em casa  
pol ^olha p/ INT-->1.68

65 POL: tá:  
66 (0.6)

67 INT: e aí: (0.6) quando eu olhei pra cara dos dois  
68 eu \*não me segurei^ \*  
\*balança a cabeça negativ.\*  
pol -->^

## APÊNDICE G – EXCERTO 17 COMPLETO

### Excerto 17: DPC\_pablo\_ANDRÉ\_02\_05\_2017

01 POL: ent[ão tá]  
 02 INT: [ô e ] aqueles cara me:u ô (.) tu vai tê  
 03 que fazê alguma coisa [porque eu °sô-°]  
 04 POL: [tá mas e tu ] tá:::  
 05 com os manos agora ou ↘não  
 06 (0.5)  
 07 INT: [não e v-]  
 08 POL: [tu tá ] envolvido no:- (.) te convi↘daram  
 09 INT: ((assente com a cabeça))  
 10 POL: convidaram?  
 11 (0.5)  
 12 POL: mas o que que eles pro↘metem  
 13 (0.6)  
 14 INT: prometem na::da s[ó::] v- o cara fazê a vida  
 15 POL: [ã? ]  
 16 INT: do cara e ↘de:u  
 17 (1.1)  
 18 INT: [e aí:: ]  
 19 POL: [tá mas o que que] eles te pro↘metem d- te  
 20 fornecem a ↗arma ã::-  
 21 (0.6)  
 22 INT: nã::o[o que o que ] (.)o que que tu  
 23 POL: [>°que que eles dizem°<]  
 24 INT: querê:: eles ã- tu sabe como é que é facção o  
 25 que que tu querê eles te dã:o mas só que eles  
 26 ali .h eles são bem diferente do que as outras  
 27 facção ↗né  
 28 (0.4)  
 29 INT: porque:: bá: tá loco (.) totalmente  
 30 diferente  
 31 POL: mas diferente por ↗quê tu diz  
 32 (.)  
 33 INT: a:i eles s::- sã::o né:: eles são difere:nte né  
 34 meu e os- os outros [que não ]  
 35 POL: [tá mas em que se]n↗tido  
 36 (0.7)  
 37 INT: [diferente ] de tudo eles trabalham ce:rto  
 38 POL: [°diferente°]  
 39 INT: eles não sã:o fa::lso nem nada, que que tu  
 40 precisá eles apó::iam  
 41 (0.5)  
 42 INT: sabe?



43 (0.4)  
44 INT: e: por mais que se::ja é que nem uma família  
45 >mas só que eles não-< eles são tudo pelo certo  
46 ↑sabe e::: n- (0.5) n::ada de tipo:: (. ) vamo  
47 supor n- do (1.2) {{hh}ai} como eu posso te  
48 dizê cara  
49 (. )  
50 INT: {{hh}ai}  
51 (0.8)  
52 INT: ts  
53 (0.8)  
54 INT: eles são::: {{hh}bá::} cara como é que pode te  
55 explicá meu  
56 (1.6)  
57 INT: e eles ô- e eles ajudam o cara ao máximo o cara  
58 podê:: se o cara querê: tu::do assim mas  
59 >nã- nã- não é que nem tudo a-< aqueles outros  
60 não e que tu mata ou tu- .hhh tu vai matá por  
61 nós ou que se não nós vamo te matá não é::  
62 as[sim]  
63 POL: [sim]  
64 (0.7)

## APÊNDICE H – EXCERTO 19 COMPLETO

### Excerto 19: DPA\_denis\_joana\_IVO\_24\_05\_2017

01 POL1:        ^o senhor não pegô o dinheiro então  
 pol2        >>^digita-->1.06

02 INT:        nã:o.=

03 POL1:        =e também o senhor nega que tenha agredido

04                ↑el[a]

05 INT:        [s]im

06                (0.4) ^

pol2        -->^

07 POL1:        o senhor não [agre]↑diu

08 INT:        [sim ]

09                (0.4) ^

pol2        ^digita-->1.15

10 INT:        °°nãoo°°

11 POL1:        nãoo?

12                (0.9)

13 POL1:        pode falá só um pouquinho mais ↑alto

14                (0.5)

15 POL1:        ã^:::::

pol2        -->^

16                (3.6)

17 POL1:        o senhor conhece ela da on↑de conhecia ela da

18                on↑de

19                ^(0.9)

pol2        ^digita-->1.20

20 INT:        °>ainda<°^ eu conheci ela na época que: t-

pol2        -->^

21                tinha cancha de bocha ali na cancha de bocha

22                ((nome do lugar omitido)) ali na:- (0.7) no

23                trevo ali do °°((nome do lugar omitido))°°

24                (1.0)

25 INT:        faz muitos [an-]

26 POL1:        [o s]enhor já saiu com ↑ela ou

27                ↑nãoo=

28 INT:        =nãoo.

29                (0.4)



## APÊNDICE J – EXCERTO 23 COMPLETO

### Excerto 23: DPC\_pablo\_AMANDA\_01\_06\_2017

01 POL: mas e quanto tempo mais ou menos deu ↑isso  
 02 (0.4)  
 03 INT: acho [que:: do- ]  
 04 POL: [umas duas horas?]  
 05 (.)  
 06 INT: do horário que nós pegamo até o horário que  
 07 [eles] foram foi umas duas horas  
 08 POL: [arrã ]  
 09 ^ (0.5)  
 pol ^digita-->1.25  
 10 INT: eu acredito  
 11 (1.0)  
 12 INT: que o:- os guri c- aconselha:ram eles também:  
 13 (1.1)  
 14 INT: e eles- eles falaram que era: as- a primeira  
 15 que eles tinham assaltado mas não fo:i eles  
 16 pegaram um guri da <vizinha> de cima  
 17 também=  
 18 POL: =arrã  
 19 (4.3)  
 20 INT: nós já tava cuidando eles  
 21 (1.8)  
 22 INT: eles tavam ali tentando: assaltá a:s criança  
 23 (1.2)  
 24 POL: arrã  
 25 (2.0)^(.)  
 pol -->^  
 26 POL: tá e nessas duas horas com esses cara ali  
 27 vocês não ^ficaram todo tempo ba[tendo] neles ↑né  
 ^olha p/ INT-->1.29  
 28 INT: \*[↓não ]  
 \*bal. a cabeça  
 negativamente-->1.29  
 29 ↓não (.) \* ^isso não  
 -->\*  
 pol -->^  
 pol ^digita-->>  
 30 (0.7)  
 31 INT: °até porque se não eles não tinham nem  
 32 sobre[vivido] eu ach:o°  
 33 POL: [sim ]  
 34 (2.5)

35 INT: >a que mais bateu \*fui eu<                   \*  
  \*assente c/ a cabeça\*

36           (0.4)

37 INT: isso é fato.

38           (22.2)

## APÊNDICE K – EXCERTO 24 COMPLETO

### Excerto 24: DPC\_mário\_lucas\_FREDERICO\_18\_01\_2018

01 POL: ele se armou de quê pra ir pra cima de ↑ti  
 02 (0.7)  
 03 INT: de:: [espeto ]  
 04 POL: [primeiro ele] foi de ↑soco=  
 05 INT: =é primeiro  
 06 ele me deu soco  
 07 (.)  
 08 INT: aí da- da- daí eu ^fiz um jeito pra cima dele  
 pol ^digita-->1.11  
 09 também, aí ele andô pra trás e passô na  
 10 churrasquera e pegô:: espeto pegô dois espeto  
 11 e veio ^ de espeto  
 pol -->^  
 12 (.)^(1.1)  
 pol ^digita--> 1.13  
 13 POL: aí^ vocês ^ entraram# em ^  
 -->^ ^c/ as mãos, faz mov. circ. indic. briga-->^  
 ima #ima.1  
 14 vias de fato é i↑sso  
 15 INT: \*sim aí eu ^encon\*trei um: pedaço de made::ra,  
 \*assente c/ cabeça rep.\*  
 pol ^digita-->1.17  
 16 e fui pra cima dele ele andô pra trás eu passei  
 17 na churrasquera e peguei uma fa|ca^  
 pol -->^  
 18 (0.7)  
 19 INT: uma churrasquera no meio da rua é uma rua  
 20 ^trancada que não passa carro nada aí  
 pol ^digita-->1.23  
 21 (0.9)  
 22 INT: aí eu peguei um:- uma faca na churrasque:ra e  
 23 e- e continue::i^ [andando em direção dele]  
 pol -->^

## APÊNDICE L – EXCERTO 26 COMPLETO

### Excerto 26: DPC\_pablo\_ANDRÉ\_02\_05\_2017

01 POL: tu foi embora com- o:: com ↑quem  
 02 (.)  
 03 INT: fui com a minha ti::a, com a minha guri:::a,  
 04 (0.8)  
 05 INT: e com um primo meu e mais a guria ↓dele  
 06 (13.4)  
 07 POL: tá e que o teu primo que tava junto quem ↑era  
 08 (.)  
 09 INT: o everton  
 10 (0.4)  
 11 POL: >tá mas< e esse alexan↑dre  
 12 (0.8)  
 13 INT: esse da[í também ] é meu primo  
 14 POL: [°esse é-° ]  
 15 INT: [mas só que ] ele não foi junto com nós  
 16 POL: [°também primo°]  
 17 INT: porque [não tinha lu]gar né  
 18 POL: [mh:m ]  
 19 (9.5)  
 20 POL: tá e o ale- esse alexandre ali que tu:: citô  
 21 ele f- se envolveu em alguma briga >ou ↑não<  
 22 (.)  
 23 INT: o alexandre?  
 24 POL: é  
 25 (1.6)  
 26 INT: eu fiquei sabendo só aqueles dia ali mas eles  
 27 não me falaram nada que ele:: b- [fe- b-] e tal:  
 28 POL: [mhm ]  
 29 INT: brigaram::: .h  
 30 (.)  
 31 INT: ^eu não tenho como te dizê que eles brigaram  
 pol ^digita-->>  
 32 porque eu não s- não sei de na:::da cara  
 33 (0.6)  
 34 INT: porque ó: (0.5) eu quase nem saí: nem::: quase  
 35 saí de perto da minha guri:a cara  
 36 (0.8)  
 37 POL: mhm